

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**OS HOMENS DA ORDEM E A ORDEM DOS HOMENS:  
ORDENAMENTO URBANO E POLICIAMENTO EM BELO  
HORIZONTE**

Dissertação de mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal de  
Juiz de Fora como requisito parcial à  
obtenção do título de mestre em  
História por FÁBIO LUIZ  
RIGUEIRA SIMÃO.  
Orientador: Professora Dra. Cláudia  
Maria Ribeiro Viscardi.

**Juiz de Fora  
2008**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que estiveram envolvidos direta ou indiretamente nessa pesquisa, em especial à minha família pela admiração que me ilumina; aos meus pais pela vibração e carinho; aos meus amores, Lucas e Henrique, que, mesmo sem percebê-lo, me impulsionaram e inspiraram sempre; à Marcela, por me conduzir a amar várias vezes de formas diferentes, e pela maneira decidida com que muito me ensinou sobre todas as coisas; à Natália, à Dona Terezinha e à Tia Maria, que fazem parte da minha feliz memória de início de curso; à Pri, que me acolheu e me apoiou com tanta estima e bom humor; à Professora Cláudia, pelo apoio irrestrito e pelas ricas conquistas intelectuais. Ao programa de mestrado em História da UFJF que acreditou no sucesso dessa investida.

## RESUMO

A construção de Belo Horizonte entre 1895 e 1897 está inserida em um contexto histórico de transformações das instituições políticas, sociais e econômicas do estado de Minas Gerais. Decidir sobre a mudança da capital, proceder à escolha do local apropriado e forjar o projeto de construção motivaram as elites envolvidas neste processo a desejarem uma capital que brindasse a chegada da civilização e da racionalidade, da modernização e do progresso de Minas Gerais. Esse projeto, porém, haveria de se debater com uma realidade de conflitos e descontinuidades. O centro urbano tornou-se palco de uma trama de relações múltiplas de poder e propriedade, decisões político-administrativas e segregação social. Imigrantes e migrantes pobres se amontoavam pelas ruas da *urbe* a fim de se estabelecer, mas eram combatidos pelo poder público. Médicos sanitaristas, burocratas, engenheiros e policiais agiriam nessa direção. Neste trabalho debruçamo-nos sobre a problemática construção da cidade de Belo Horizonte, bem como sobre os primeiros anos de sua habitação, focando em especial a complicada trama de relações sociais que nela se estabelecem a partir do conflito de interesses e grupos sociais distintos. Estudamos o trabalho de engenheiros, sanitaristas e policiais, que, agindo a partir de novos pressupostos da ciência da época, vão se debater com a resistência de grupos desprivilegiados a quem a história reservaria umas vezes o silêncio outras a ribalta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Urbanização, Modernização, Trabalho, Controle social.

## ABSTRACT

The construction of Belo Horizonte between 1895 and 1897 is included in a historical context of social and economic political institutions transformations, in the state of Minas Gerais. Decide about the relocation of the capital, choose the appropriate place and forge construction project motivated the elites involved in this process to want a capital that toasting the arrival of civilization and rationality, modernization and progress of Minas Gerais. This project, however, would also need to grapple with a conflict and discontinuity's reality. The urban center became an arena of a multiple relations web of power and property, political and administrative decisions and social segregation. Immigrants and poor migrants crowded through the streets of the metropolis trying to establish their selves, but were defeated by the government. Sanitary doctors, bureaucrats, engineers and police would act in that direction. In this work we have looked at the problematic construction of the Belo Horizonte's city, as well as about the early years of their habitation, focusing in particular on the complicated web of social relations established therein from the conflict of interests and social groups. We have studied the work of engineers, sanitarians and police who, acting from new assumptions of science of that time, will struggle with the resistance of disadvantaged groups to whom the history would reserve, sometimes the silence, other times the theater lights.

**KEY-WORDS:** Urbanization, Modernization, Work, Social control.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: A MODERNIDADE ANUNCIADA: O FINAL DO SÉCULO XIX E A CONSTRUÇÃO DE BELO HORIZONTE.....	10
1.1. A modernidade vista à distância.....	10
1.2. Ventos modernos no Brasil.....	19
1.3. Belo Horizonte: um presente caótico, uma planta excludente, uma conciliação.....	24
CAPÍTULO 2: A NOVA CAPITAL EM VIAS DE DEFINIÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA ORDEM SOCIAL E ESPACIAL NOS PRIMEIROS TEMPOS.....	49
2.1. Imagens em torno da ordem em uma cidade provisória: ordenamento espacial e vigilância policia.....	52
2.2. A estigmatização do imigrante: o triunfo do trabalho.....	66
2.3. Cidade da ordem: a segregação como projeto.....	80
CAPÍTULO 3: OS HOMENS DA ORDEM E A ORDEM DOS HOMENS: VIGILÂNCIA, AÇÃO POLICIAL, CONCEPÇÕES DE ORDEM E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.....	89
3.1. A turma de guardas e vigias: o olhar vigilante e a coerção na direção da cidade ideal.....	91
3.2. A polícia: guardiã do senso de disciplina urbana.....	106
3.2.1. Prostituição.....	109
3.2.2. Jogos e embriaguez.....	115
3.2.3. Lugares e juízos.....	123
CONCLUSÃO .....	134
FONTES .....	141
BILBIOGRAFIA .....	143

## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as cidades no campo da História têm sido alvo de mudanças sensíveis no que toca especialmente às perspectivas teóricas e ao tratamento do objeto. Segundo observa Ronald Raminelli, depois de obras clássicas sobre as cidades medieval e renascentista, em que merecem destaque autores como Henri Pirenne e Faustel de Coulanges, e adiante as abordagens de Lewis Mumford, George Simmel e Max Weber sobre a cidade metropolitana do século XX, uma nova historiografia parece ganhar espaço com os trabalhos de autores como Walter Benjamin e Marshal Berman. Raminelli escreve que é possível identificar “uma nova história urbana” dedicada a três problemas fundamentais, conforme observação de David Herlihy: “(...) as funções da cidade e seu vínculo com o fomento da urbanização; os efeitos da vida urbana sobre os ciclos vitais dos indivíduos, sobre o trabalho e a família; as mudanças espaciais e ecológicas na cidade, provocadas pelo desenvolvimento econômico e social” (RAMINELLI, 1997:189).

Complementamos ainda esse quadro citando os trabalhos de Bernard Lepetit, Marcel Roncayolo e Michel de Certeau sobre as relações e organizações sócio-culturais que envolvem a vida urbana e o cotidiano dos diferentes grupos em conflito na trama cidadina. Entre os historiadores brasileiros têm se mostrado muito proficuas as abordagens desses autores, especialmente no âmbito da chamada história cultural. Novas percepções da realidade social colocam a cidade como lugar de contradições muitas vezes conduzidas por concepções de grupo que circulam pelos meios de comunicação dentro da urbe.

Esse tipo de reflexão torna-se importante para o estudo das cidades modernas do final do século XIX e início do XX na exata medida em que relativiza os projetos urbanísticos emanados das competências de arquitetos, médicos e engenheiros (os profissionais da cidade, segundo definição de Marcel Roncayolo), dando novas dimensões ao conflituoso processo de construção do espaço urbano. Grupos diversos ganham voz e a ação deles passa a compor também a motriz que tece, a um só tempo, as relações sociais e o próprio espaço urbano.

No presente trabalho estudamos a realidade de uma cidade construída nesse contexto, saída dos traços de um engenheiro politécnico de formação arrojada, afeito à exatidão do traçado reto que define a *cidade tabuleiro de xadrez*, a cidade racional, sem esquinas, sem arestas, sem exageros; a cidade equilibrada e limpa, higienizada, bela e útil; enfim, a cidade civilizada, espetáculo e metrópole da modernidade de um estado e de “um povo”, senão de uma elite econômica e burocrática. Referimo-nos a Belo Horizonte, primeira cidade planejada

do Brasil, e a Aarão Reis, paraense, seu mentor e projetista, engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital Mineira (CCNM).

A CCNM é fruto de discussões retomadas nos primeiros meses da República e culminadas com a decisão pela transferência da capital do estado de Minas Gerais, em 30 de março de 1891. A Assembléia Constituinte, reunida na então capital Ouro Preto, discutiria em seguida o local para onde se transferiria o palácio do governo. Depois de diversas discussões e contendas,<sup>1</sup> o modesto arraial de Belo Horizonte fora escolhido para ser a nova capital (BARRETO, 1936). Publiquei um texto recente sobre a transferência da capital no último número da revista do APM. Talvez ajude em alguma coisa.

O local era interessante principalmente por sua posição central, o que, conforme discurso de seus defensores, seria fundamental para equilibrar política e economicamente um estado grande e, por conseguinte, diverso. Mas para além desse aspecto político, Belo Horizonte nascera também sob o espectro da modernidade e do progresso trazidos com os novos estudos nas áreas da engenharia, arquitetura e medicina sanitária.

Daí as elites urbanas das principais cidades, capitais ou não, do Brasil, na virada do século XIX para o XX, e também no decorrer das décadas de 1920, 1930 e 1940, intentarem deliberadamente um projeto de modernização, racionalização e higienização do espaço urbano. Ao tratar das reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro, processo clássico e emblemático para o caso das cidades brasileiras, Nicolau Sevcenko define os quatro princípios básicos que orientaram ação do governo Rodrigues Alves entre os anos de 1902 e 1906:

(...) a) a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; b) a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; c) uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; d) e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 2003, p. 43).

Para Belo Horizonte essa lógica também parece se aplicar. A cidade está inscrita no contexto do federalismo e na inserção do país na modernidade e no conforto que (pretensamente) adviriam da vida republicana. A análise de textos da época permite-nos observá-lo. Em “Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte”, compendiado e

---

<sup>1</sup> Os locais indicados e submetidos a estudos regulares coordenados pela CCNC foram Paraúna, Barbacena, Juiz de Fora, Várzea do Marçal e Curral d’El Rei (àquele tempo, 1892, já chamado e conhecido pela população local como Belo Horizonte).

publicado por Padre Francisco M. Dias em 1896, encontramos um raciocínio bastante comum ao tempo da construção da nova cidade, presente na letra de quem louvava entusiasticamente a chegada triunfante da modernidade em Minas Gerais corada com a construção de uma bela, útil e arrojada capital.<sup>2</sup> Ao tratar da chegada da CCNC e do início das obras no arraial, Padre Dias observa enfaticamente: “E foi assim que nos últimos dias da monarquia, foram aqui levantados em plena rua os sediciosos gritos de – Viva a República! – e não há muito trocado o antigo nome de Curral D’El Rei pelo de Belo Horizonte, para apagar de vez tudo o que a trono cheirasse ou a rei se referisse” (DIAS, 1896:11).

O passado e o arcaísmo das formas monárquicas de poder foram diretamente associados ao arcaísmo de estruturas arquitetônicas e hábitos, comportamentos e valores. Ao mesmo tempo em que se definia o futuro desejado da República e de uma certa modernidade que traria consigo a cife do progresso e da ordem para a civilização, desenhava-se o mundo de elementos indesejados, agressores da ordem e da imagem públicas, podendo ser tanto um lugar, como uma prática ou uma pessoa. Segundo C. N. dos Santos, “há [nas cidades modernas] um grande efeito disciplinador (...), tornando-as [as cidades], ao mesmo tempo, ‘bonitas’ e ‘transparentes’. As capitais são usadas como *espelhos didáticos* que servem a seus próprios cidadãos” (SANTOS, 1982:31, grifos nossos). Cynthia Greive Veiga (2002), afirma que os símbolos da civilidade estão presentes no contexto de construção da cidade moderna e o estão de maneira emblemática no caso de Belo Horizonte, sendo veiculados por um grupo específico: o das elites proprietárias. Assim, os prédios públicos, como também bibliotecas, clubes e cafés encarnariam o aspecto educativo de uma arquitetura racional: é o que a autora chama *cidade sujeito-civilizador*. Restaria à escola, como instituição regular do ensino formal, o papel de *sujeito-educador*, sendo esse processo resultante de uma política deliberada das elites proprietárias junto ao Estado na difusão de uma *cultura urbana* específica, que respeitasse os padrões de civilidade e progresso em pauta nos discursos dos construtores da cidade.

Arthur Azevedo, correspondente em Belo Horizonte por ocasião da inauguração da nova capital mineira, ufana a república e a cidade: “(...) formoso planalto, tão bem escolhido para a capital de um grande Estado e que poderia ser – por que não dizê-lo, *quando todos os sentem?* – a própria *Capital da República*” (Azevedo, 1901, p.2, grifos nossos). Helena Bomeny, fazendo notar o teor de um certo discurso acerca da capital ao tempo de sua

---

<sup>2</sup> O trabalho de Marcelina das Graças de Almeida releva esse quadro: a autora estuda as amplas discussões entre o poder público e a Igreja acerca da demolição ou permanência da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, obra setecentista, símbolo da colonização e da monarquia (Almeida, 1993).

construção, lembra que “Belo Horizonte tornava-se abrigo para os que quisessem mergulhar no ‘sonho da razão’. Sob a proteção da autoridade da ciência, Aarão Reis ia traçando seu projeto, exigindo atendimento às condições de higiene, àquilo que seria a comprovação de que pela razão científica se chegaria ao aperfeiçoamento social” (BOMENY, 1994:43).

Embalada por esse discurso regenerador e mentor de novas perspectivas, as elites mineiras, afinadas que estavam com o sonho da modernidade orquestrado e trazido pela nova capital, empenhavam-se por eliminar do espaço de sua visada e convivência os elementos indesejados. Tratava-se basicamente de unir esforços burocráticos e administrativos a fim de servir a concepção de beleza, civilidade e mesmo modernidade que povoava as mentes e os corações de certos grupos proprietários a quem interessava fazer triunfar o projeto. Esses elementos – homens e mulheres ditos desordeiros e vadios, vaqueiros munidos de animais a trançar o centro urbano novo e ilustre da capital (como o queriam os mais entusiastas), casas e casinholas populares, mendigos, escrofulosos, prédios com arquitetura rural e colonial, traços de um tempo que se queira ver superado – seriam o alvo das ações do poder público e nomeadamente da polícia, que, ao lado de médicos e engenheiros, começaria a sistematizar e racionalizar sua ação junto à realidade urbana.

Nesse sentido e privilegiando um ponto de vista mais analítico, é válido lembrar os conceitos de produtores e consumidores do espaço cunhados por Marcel Roncayolo. Pensando a cidade do século XIX, o autor define arquitetos, engenheiros, médicos sanitaristas e, talvez possamos aqui incluir, o corpo policial e a força pública de uma maneira geral, como verdadeiros *produtores do espaço urbano*. Segundo observa Sandra Pesavento, Roncayolo se refere a esses agentes como os “profissionais da cidade”. De outro lado estariam os “consumidores do espaço”: setores populares e trabalhadores que a princípio não teriam nada a ver com os projetos de cidade dos produtores. À primeira vista esse conceito pode gerar certo mal estar no pesquisador atento às dinâmicas da cidade moderna, aos seus conflitos mesmos, às diferentes perspectivas, à ação de grupos diversos e, enfim, à não-passividade dos setores populares e trabalhadores a que Roncayolo se refere como meros “consumidores do espaço”. Mas vistos de perto esses conceitos podem nos ajudar a pensar a trama cidadina justamente porque na mente dos chamados produtores esse quadro parecia se perfazer perfeitamente: de um lado, os homens capazes de propor algum projeto de cidades limpas, higiênicas e civilizadas; e, de outro, os incapazes, homens e mulheres sem instrução e sem condições de compreender o que era a civilização. É por isso que vemos emergir tantos projetos educacionais – a escola se prepara para *instruir* a população, a ciência médica,



através de iniciativas públicas, se empenha em publicar verdadeiros manuais de boa conduta e higiene pessoal e familiar.

Mas do outro lado da noite, nos lugares ditos de enclave, nos guetos da cidade a escuridão revela um ambiente de conflito e negociações entre os ditos desviantes da ordem e a força policial ainda em processo de consolidação. Tomamos a ação policial como central em nossa pesquisa porque é a força pública que vai lidar mais estreitamente com os indivíduos indesejados e a sua prática.

Enfocamos fundamentalmente a questão da disciplina e do ordenamento urbano vividos pela sociedade de Belo Horizonte, no contexto de sua construção (1895-1897) e primeiros anos de existência (até a década de 1920). Partimos da idéia, consagrada por estudos anteriores, de que a ordem urbana, evocada na virada do século XIX para o XX em cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, estava relacionada à transição do trabalho escravo para o trabalho livre e à nova postura do poder público diante da higienização, embelezamento, racionalização do espaço e posturas municipais. Pensamos a cidade de uma maneira geral, tomada como lugar de relações específicas de poder e trabalho, e a cidade de Belo Horizonte, em particular, que encarna essa perspectiva da cidade moderna no signo de seu projeto e planejamento. Para estudar aquela realidade, concentramos nossa análise na ação dos poderes públicos municipal e estadual para a construção de uma cidade-modelo, *ideal*, tomada como uma das bases de sustentação do processo de afirmação do Estado republicano pensado como expoente histórico de um projeto liberal mais amplo, pretendido na consolidação das relações capitalistas de produção e acumulação e no rompimento com o escravismo e o paternalismo próprios de uma sociedade então em vias de superação.

Para realizar tal análise elencamos quatro tipos básicos de documentação, a saber: a) Relatórios Oficiais dos chefes de Polícia e dos Prefeitos Municipais; b) Conjunto de leis e decretos que compõem as *posturas municipais*, o que abrange tanto o disciplinamento e obrigações no espaço urbano quanto à tentativa de impor à população hábitos e comportamentos tidos como bons e necessários para a manutenção da higiene pública e privada; c) Manuais de designação, prática e conduta de agentes sanitários e guardas municipais de costumes; e, por último, d) jornais e outros periódicos municipais correntes à época. Vc também não usou um cronista de época?

Com os relatórios dos prefeitos pretendemos seguir os passos da nova cidade, as suas demandas, aquilo que era considerado avanço – como, por exemplo, a coleta de lixo logo

cedo nas áreas centrais da cidade, o que deixa ver todo um ideal de salubridade urbana presente nas aspirações dos grupos proprietários representados nomeadamente nas ações do poder público municipal –, e também aquilo que era considerado atraso ou retrocesso, o que também revela um ideal de espaço urbano, de esfera pública, enfim, um ideal de cidade.

Pretendemos cruzar as informações contidas nos relatórios dos prefeitos com as fontes policiais a fim de analisar a consolidação e o desenvolvimento dos instrumentos de poder que o Estado articulava na gestão do espaço urbano. A idéia é perceber a ação do poder público tomado naquela que julgamos ser a sua face mais diretamente ligada à gestão do espaço público, qual seja a do policiamento. É a polícia e a guarda de posturas que irão lidar mais estreitamente com a organização do espaço urbano; a polícia, que persegue e pune os vadios, ébrios e prostitutas, e os guardas e vigias que normatizam as vias públicas, controlando o trânsito de pessoas e animais, carros e carroças a fim de promover os prescritos da lei, tal como limpeza pública e asseio, são concretizações de um projeto claro de vigilância para o disciplinamento do lazer e do trabalho, e da esterilização do espaço urbano para doenças e imagens indesejadas, signos do atraso e do arcaísmo rural.

Em resumo, nosso trabalho ocupa-se do tema da cidade e da constituição de um espaço urbano público moderno, e, dentro desse universo, tenta perceber os caminhos trilhados pelo poder público na direção da consolidação, desenvolvimento e manutenção dessa nova ordem. Para isso é importante igualmente considerar as leis e os decretos municipais que pretendem organizar e ordenar as práticas dos policiais, guardas e vigias municipais. Os manuais de designação, prática e conduta são documentos interessantes, pois consistem numa pequena compilação de leis e decretos que dizem respeito diretamente à ação das polícias de costumes. Esses agentes atuavam em nível municipal, o que facilita o nosso trabalho, já que enfocamos a *cidade*.

Já os Relatórios dos Chefes de Polícia dizem respeito a todo o estado de Minas Gerais, o que nos impõe estabelecer recortes. Os relatórios têm um capítulo à parte dedicado à capital. Cumpre, ainda, lembrar que, conforme pudemos observar nessa documentação, há uma inclinação forte dos Chefes de Polícia – e isso não por acaso – por ressaltar questões referentes ao cotidiano da capital e da força inserida e atuando neste contexto. De modo que o nosso raciocínio encontra um eixo fundamental de consideração e análise: a constituição do espaço público moderno através da atuação do poder público concretizado nos expedientes da polícia e da turma de guarda e vigias municipais de posturas.

Trabalhamos ainda com jornais e outros textos da época. Acreditamos que essa documentação pode nos ajudar na compreensão do cotidiano da cidade, na medida em que

expressam a própria formação complexa de uma cidade que procura a sua identidade.<sup>3</sup> Entendemos que as notícias veiculadas nos periódicos materializam maneiras de se conceber a realidade e informam muitas vezes os comportamentos e as práticas dos diferentes grupos. Com efeito, as crônicas jornalísticas aparecem não como meros veículos de informação, algo estanque e livre de ideologias, mas como verdadeiras difusoras de idéias, práticas e condutas que moldam e representam a cidade, exercendo assim importante papel na constituição do espaço e do imaginário urbanos.<sup>4</sup>

Para pensar a lógica da ação policial, o que tentamos fazer no último capítulo deste trabalho, precisaria uma aproximação de questões respeitantes à cidade em si, seus dramas iniciais, seu significado no seio da sociedade. Dessa maneira, dedicamos os dois primeiros capítulos ao estudo da concepção, habitação e ordenamento da nova capital.

No primeiro capítulo fazemos uma discussão sobre a virada do século XIX para o XX na Europa e no Brasil, enfocando a construção da cidade de Belo Horizonte e sua conotação de cidade-progresso e esplendor da modernidade republicana brasileira, em geral, e mineira, em particular. Trabalhamos com artigos de jornais e alguns textos oficiais da época, onde, acreditamos, circulam representações sobre a cidade e seu caráter moderno e próspero, enfocando especialmente as intenções de ruptura com a realidade colonial ouro-pretana.

No segundo capítulo debruçamo-nos sobre os caminhos e descaminhos da cidade-modelo de Belo Horizonte nos tempos de sua construção e primeiros anos de existência. Realizamos uma discussão sobre o trabalho, a formação e o ordenamento do espaço urbano durante as obras fundamentais, e a questão da habitação neste contexto. Nosso objetivo é perceber a dinâmica da cidade a partir da presença de estrangeiros pobres – nomeadamente italianos –, que vieram servir de mão-de-obra para a construção da nova cidade, e da necessidade de ordenar o espaço dentro da perspectiva da nova ordem do trabalho e das posturas urbanas. Também neste capítulo procuramos compreender como uma cidade planejada conforme o traçado reto da inteligência politécnica do engenheiro Aarão Reis pôde tornar-se um espaço de conflito entre a população pobre que reclamava melhoramentos em infra-estrutura e um poder público que criava deliberadamente um espaço de proprietários na

---

<sup>3</sup> Utilizamos aqui a obra de Joaquim Nabuco Linhares, *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte*, para termos uma idéia inicial sobre as tendências políticas e ideológicas dos periódicos (veja-se bibliografia completa ao final deste trabalho: LINHARES, 1995).

<sup>4</sup> Os jornais são diversos: políticos, publicitários, humorísticos e literários, associativos e operários; representantes de grupos estrangeiros, como italianos, árabes e alemães; periódicos manifestamente católicos ou protestantes, folhas espíritas, estudantis e universitárias; reclames publicitários e até folhas carnavalescas como o anuário *Matakins* (LINHARES, 1995).

área central da cidade para onde rumavam todas as benesses de embelezamento e infraestrutura.

No terceiro e último capítulo deste trabalho realizamos uma discussão sobre o policiamento, a guarda e a vigilância pública na cidade. Nosso objetivo é compreender o cotidiano das guardas e vigias municipais, como também da própria polícia, na direção da criação de uma ordem urbana pautada, fundamentalmente, na disciplinarização para o trabalho e na moralização e normatização do meio público. Utilizamos nessa última parte do trabalho duas documentações fundamentalmente: as referidas ocorrências policiais que, a nosso ver, poderão nos dizer sobre o cotidiano da polícia na sua relação mais estreita com a sociedade; e os textos jornalísticos que nos falam sobre essa cidade, palco da trama policial, dos conflitos urbanos, das riquezas e mazelas do crescimento de uma cidade.

## CAPÍTULO 1: A MODERNIDADE ANUNCIADA: O FINAL DO SÉCULO XIX E A CONSTRUÇÃO DE BELO HORIZONTE

### 1.1 A modernidade vista à distância

No final do século XIX e início do século XX, no período a que se consagrou chamar *belle époque*,<sup>5</sup> a sociedade ocidental experimentou um momento de grandes efervescências e contradições. Acreditou-se naqueles anos (entre 1870 e 1914)<sup>6</sup>, como nunca, que a produção industrial (ilimitada) daria à humanidade a possibilidade de supressão de todas as suas necessidades. O mundo dominado de todo pela razão humana e pelo casamento da ciência com a técnica enchia as mentes e os corações ocidentais de uma atmosfera de prosperidade tão viva e legítima que ensaiava o mesmo paraíso – um sonho já aspirado de longa data, agora contido num fim concreto, terreal: haveria de emanar das chaminés das indústrias uma fumaça límpida, autêntica, que enchesse o céu de monóxido de carbono e outras substâncias poluentes, mas que os tivesse imediatamente obscurecidos no tecido de uma nuvem gigantesca de felicidade e harmonia plenas. As gentes de capital encarnavam a fábrica como elemento final da libertação dos homens ante o jugo e as limitações da natureza, e a fábrica, por sua vez, tornava-se o depositário do homem apoteótico, vitorioso, agente do triunfo da técnica e da razão. As sociedades capitalistas ocidentais pretendiam-se no fim de uma grande jornada que irrompera com o aparecimento do primeiro tratado filosófico e da primeira sensação de que a abundância e o domínio absoluto da natureza (antes hostil) as tornariam livres dos percalços da existência orgânica.

Havia uma crença no desígnio histórico da máquina. Sob égide da mecanização da produção, a sociedade industrial moderna imprimia-se a pretensa capacidade de suprir todas as suas necessidades, e os homens, então tornados “semideuses”, à sombra da ciência, viam-se capazes de domar a natureza dentro e fora deles; passavam de meros receptáculos de uma teleologia divina a criadores e reprodutores de sua própria existência. À vista perfazia-se como algo concreto o paraíso na terra que os tornaria para efeitos semânticos e semiológicos seres imortais.

---

<sup>5</sup> O termo refere-se mais ou menos ao período que vai de 1870 a 1914. A *belle époque* corresponderia no campo da arte à emergência do impressionismo e da Art Nouveau, mas também diz-se de hábitos e costumes citadinos, como o *footing* em praças, galerias e nos bulevares e cafés parisienses.

<sup>6</sup> Essas balizas podem parecer aleatórias, mas nos ajudam a delimitar um momento muito específico para a História da Europa ocidental na medida em que representam um momento relativamente livre de maiores conflitos armados entre as nações capitalistas. A Primeira Grande Guerra viria dividir essas águas (HOBSBAWM, 2003).

A velocidade da produção e as grandes invenções no campo da ciência médica e tecnológica iam forçando a configuração de uma sociedade que encarnasse essa lógica. A capacidade humana de criar razões de ser para as coisas empenhou-se largamente na invenção de um mundo dinâmico, e de tal maneira ativo que passa a não mais haver traço de gente ou coisa que fosse assaz fixo para reclamar-se o estatuto de coisa adsorva; tudo passa a tão-somente *estar*. A fórmula é simples: o que é tem que em dado momento deixar de ser, segundo a lógica da própria natureza orgânica; portanto, para imortalizar-se, os homens modernos e, por conseguinte, tudo em sua volta devem apenas estar, nunca ser. Desse raciocínio advém, por exemplo, a moda, que muda todos os anos, senão todos os dias.

Por detrás dos gestos e da conduta de homens e mulheres de posses, que freqüentavam os cafés de Viena e Paris, pode flagrar-se um processo de profundo rompimento dos homens com a sua natureza orgânica. O século XIX redundou-se desse tipo de mentalidade, e o fin de siècle a potencializou, levando-a a uma situação cabal. Ao tempo de Auguste Comte provavelmente o mundo ocidental tenha experimentado o momento de maior revolução do pensamento desde as teses de Bacon, Descartes e Newton. Dizemos revolução não no sentido de mudanças drásticas nos pressupostos do pensamento (bases teóricas), mas especialmente uma revolução na formulação de um discurso sobre uma época (acreditada e enunciadamente científico), ou seja, uma revolução de valor qualitativamente epistemológico. O que Comte forneceu ao mundo com sua doutrina positivista foi um léxico apropriado (ao menos o assim se queria) à realidade européia do século XIX.

O homem moderno, herdeiro das matrizes do pensamento iluminista e das experiências históricas revolucionárias; testemunha de novos avanços nas ciências médicas e nas da natureza, na técnica e na tecnologia; o homem que sofreu as guerras napoleônicas e a restituição da monarquia francesa; que viu uma das mais tradicionais cortes absolutistas abandonar a sua sede européia, indo fincá-la no trópico, do outro lado do Atlântico; o homem que conheceu as teses de Hegel, Kant e Marx, e que leu e se escandalizou com Dumas, Flaubert, Zola e Balzac; o homem que depois viu em Paris levantarem-se bandeiras vermelhas em negação à tricolor burguesa liberal: a esse homem caía bem uma doutrina que soerguesse por entre as nuvens de fumaça da indústria – que inundara os ares de Londres e fez aterrorizar no século XX a pequena comunidade de Donora, na Pensilvânia – um discurso perfeitamente coeso e coerente, que desse conta de a um só tempo conferir legitimidade e promover o controle efetivo em meio a semelhante turbilhão de transformações. Algo que tivesse força de preceito e efeito de religião; alguma coisa que se pudesse seguir, depositar confianças, enfim,

acreditar como única verdade possível; algo que atribuísse sentido profícuo às mudanças experimentadas à época das revoluções e às contradições que começavam a gerar frutos horripilantes e visíveis nos grandes centros urbanos industriais que se foram tornando as cidades-metrópole do século XIX.

É nesse contexto que se aprimoram os conhecimentos de engenharia e arquitetura, além das práticas eugenistas e de higienização pública. Campanhas sanitárias reverberavam das sedes administrativas de importantes cidades como Viena, Paris e Berlim. Outras mais foram construídas, especialmente na América, a exemplo de La Plata, Washington e Belo Horizonte, cidades que representaram o sonho das elites locais de construir verdadeiros núcleos de progresso e modernidade. A ciência positiva encarnava os desejos de evolução, e as sociedades corriam na direção do desenvolvimento industrial, já que a sua conquista representava ganhar lugar no grande caminho de progresso possibilitado pela Razão. A fórmula poderia ser definida a partir do seguinte raciocínio geral: produzir o quanto mais, pois que a riqueza material libertaria o homem e o colocaria no esteio do seu desígnio de dominar as hostilidades da natureza bruta e orgânica que se lhe recaíam desde as suas ocorrências mais primitivas.

Em consonância com o cientificismo, o darwinismo social, preconizado por Herbert Spencer, o urbanismo e uma nova ética do trabalho também fíncaram raízes profundas na sociedade ocidental moderna. As bases teóricas do universalismo liberal contrapunham brutalmente com a realidade: junto com a cidadania tão aclamada, e já em alguma medida reclamada por alas filo-jacobinas exaltadas por vários cantos da Europa, nascia a sua maior sombra, qual seja, a exclusão.<sup>7</sup> Aqueles a quem competia a intervenção racional no cotidiano da cidade (os construtores do espaço de que fala Marcel Roncayolo<sup>8</sup>), sabiam que se deveria concentrar na concretude do espaço urbano todos os traços da modernidade e do progresso. A metrópole *fin de siècle* tornar-se-ia o lócus por excelência das relações de produção capitalistas e da profusão da lógica liberal de mercado. Por isso mesmo encerraria também o lugar dos processos sócio-históricos de construção do *ser* e do *conceito* de trabalhador.

---

<sup>7</sup> Segundo E. Hobsbawm, movimentos pró-França ou filo-jacobinos, frutos do Terror de 1793, emergiram rapidamente em países onde as condições sociais eram semelhantes às da França revolucionária ou onde as relações culturais com a República jacobina eram estreitas. Destacam-se aí, além da Inglaterra, da Irlanda e da Polônia, onde as ocorrências foram peculiares, os Países Baixos, a Renânia, a Suíça, a Savóia e a Itália (HOBSBAWM, 2000).

<sup>8</sup> RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris, Gallimard, 1990. Para uma discussão em língua portuguesa acerca dos conceitos de *construtores* e *consumidores* do espaço, ambos definidos por Roncayolo, ver também PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Muito além do espaço*: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p. 279-290.

As intervenções no âmbito das cidades eram informadas por um projeto claro: a constituição de um espaço urbano que se pautasse na lógica da preservação da propriedade privada, e que fosse condizente com o estabelecimento de uma nova ordem burguesa de relação entre trabalho e capital; um lugar onde o indivíduo pusesse em prática o seu “nobre” estatuto de cidadão, bem conhecendo os seus limites e o seu espaço dentro de um quadro dado, onde a segregação e a excludência conviviam com discursos de felicidade geral, evolução, abundância, progresso e prosperidade.

Marshall Berman, analisando os aspectos constituintes da modernidade no ocidente, contexto em que se vão inserir as reformas urbanas em cidades como Paris e Viena, mas também Rio de Janeiro e Buenos Aires, aprofunda a problemática das transformações sofridas pelo mundo contemporâneo ocidental a partir do século XVIII. Analisando o *Fausto* de Goethe, Berman explora o choque de contradições entre a tradição e a modernidade, o novo e o arcaico; em Baudelaire, analisa essas antinomias no ambiente das cidades em cuja organização pulsam mudanças profundas, transpostas aos domínios psicológicos de quem se torna depositário da luta de contrários em meio à multidão. Para o caso das cidades-metrópole dos séculos XIX e XX, Berman identifica a existência de projetos de modernidade que se materializam nas grandes reformas urbanas, mas se debatem com a presença marcante de comportamentos e valores tradicionais, e com as próprias espacialidades do passado (BERMAN, 1986).

Algumas cidades aspiravam ao sonho da modernidade, mas não chegavam a ele. Em casos extremos, como o da Rússia czarista, um único elemento reivindicava a modernidade para toda uma cidade. Como lembra Sandra Pesavento (1995, p. 7), naquele país, “a modernidade aparece como algo distante, de que se ouve falar, de que se tem um certo conhecimento, que almeja experimentar”. Pesavento (1995, p. 7, grifos nossos) faz ainda uma comparação entre a Avenida Borges de Medeiros de Porto Alegre e a Nevski de São Petersburgo, ressaltando que elas sozinhas “cumpririam o mesmo papel de *representação simbólica da modernidade desejada*”.

Esse aspecto da modernidade, o do sonho, coloca-nos uma questão importante: os quadros constituintes da realidade social urbana das cidades do final do século XIX, embora estejam diretamente relacionados com o desenvolvimento e a expansão do capitalismo, apresentam também um outro sentido, marcadamente evidenciado nas reformas urbanas e na própria construção ideológica da cidade-metrópole: trata-se do desejo de se viver *na* modernidade, de pertencer a ela, o que ao cabo implica, como salienta Barros (2004, p. 2), em um “(...) processo de construção e enunciação da consciência e do [próprio] homem



moderno”. Trata-se de se experimentar uma nova maneira de se posicionar diante da vida em sociedade e diante da própria existência humana.

Christian Topalov, em estudo sobre as reformas urbanas européias e norte-americanas, salienta que dentro de uma proposta de tornar a sociedade e a cidade objetos da ação racional, engenheiros e arquitetos encabeçaram um largo processo de transformação do espaço citadino através de políticas sociais e urbanas tipicamente modernas (TOPALOV, 1996).<sup>9</sup> Viena, Paris, Londres, Bruxelas, Madri, Lisboa, Roma, Nápoles, Berlim, Nova York, Chicago: cidades velhas, cidades novas. Todas experimentaram a intervenção do urbanismo moderno. Washington, em particular, fora planejada, isto é, idéia antes da prática. Na América Latina, a história não foi diferente, a despeito das peculiaridades históricas observadas conforme a natureza de cada caso. Santiago, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, Manaus, Salvador, Belém, entre outras, também foram alvo das interferências civilizadoras do pensamento urbanístico moderno. La Plata e Belo Horizonte, também cidades planejadas.

Cynthia Greive Veiga nota que os símbolos da civilidade estão presentes no contexto de construção das cidades modernas, sendo veiculados por um grupo específico: o dos proprietários. Assim, os prédios públicos, como também bibliotecas, clubes e cafés encarnariam o aspecto educativo de uma arquitetura racional: é o que a autora chama a cidade sujeito-civilizador. Restaria à escola o papel de sujeito-educador, sendo esse processo resultante de uma política deliberada das elites proprietárias junto ao Estado na difusão de uma *cultura urbana* específica, que respeitasse os padrões de civilidade e progresso em pauta nos discursos dos construtores da cidade (VEIGA, 2002).

A presença do Estado no contexto de desenvolvimento das grandes metrópoles é observável na vida cotidiana das pessoas comuns. A coação e a educação parecem ter sido o grande sustentáculo dos canais que se abriram entre Estado e indivíduo. Eram diversas as maneiras pelas quais o corpo burocrático se fazia presente no cotidiano das pessoas: carteiros conclamavam a interligação comunicativa do território; policiais agiam em prol da boa conduta e professores ensinavam a língua oficial (HOBSBAWM, 2003). A escola, ambiente por excelência da difusão de um conjunto de normas de conduta e comportamento dentro da cidade, embora pareça-nos como elemento fundamental de construção da ordem, não chegava a todas as casas, a todos os indivíduos. Nem à maioria sequer. Hobsbawm observa que a partir de 1870 cresce vertiginosamente o número de escolas em Estados-nação consolidados, como

---

<sup>9</sup> Sobre as novas idéias que consolidam a nova ciência urbanística, bem como as reformas e construções urbanas do final do século XIX e inícios do XX, veja-se SALGUEIRO, 2001; PECHMAN, 1996. Especialmente sobre as cidades brasileiras, veja-se ainda FERNANDES GOMES, 1992.

França e Inglaterra, mas também e especialmente em novos Estados, como Noruega, Finlândia, Países Baixos e Estados balcânicos. Note-se, porém, conforme o mesmo autor, que esse crescimento compreende valores relativos e não absolutos. Duplicou-se, triplicou-se e até quadruplicou-se o número de escolas primárias naqueles países, mas o número de analfabetos e excluídos persistira igualmente alarmante. Constata-se que não houve até 1930 uma expansão real das escolas que acompanhasse a escolaridade da população (HOBSBAWM, 2003).

Parece ser com a difusão da filosofia iluminista, no século XVIII e especialmente no XIX, que a escola e a educação ocidentais assumem um perfil definido nas matrizes individualistas e liberais. Com efeito, observa-se a partir do século XVIII um duplo processo de transformação na estrutura escolar e nas referências intelectuais que norteiam a atividade educacional: de um lado, o projeto iluminista faz frente à rigidez presente no ensino escolástico e colegial; de outro, projeta novas concepções de educação pautadas fundamentalmente no *desejo* de rompimento com estruturas sociais e políticas. Conforme observa Carlota Boto (1999, p. 3)

Tratava-se aqui [no projeto iluminista] de firmar um novo modelo de educação: aquela que se consolidaria como alternativa às convenções e à tradição; aquela que tomaria como verdade presumida irredutível o valor intrínseco dos interesses da criança, como pressuposto operatório para projetar sua educação.

Note-se a existência de uma preocupação clara com “o valor intrínseco dos *interesses* da criança”, fundado no individualismo preconizado pelo pensamento filosófico da época. É nesse contexto, salienta Boto (Boto, 1999, p. 4), que se dá a “institucionalização da pedagogia como uma ciência específica da educação”, firmando-se, assim, “conceitos teóricos e procedimentos metodológicos que se apresentassem universalmente válidos e cientificamente comprovados para preparar o caminho das gerações vindouras”.

Preparar as gerações, esse o grande propósito das sociedades modernas na direção da construção de uma disciplina do trabalho e do comportamento social (público e privado) nos centros urbanos. Os veículos condutores desse propósito são as escolas, as juntas médicas, as forças públicas. Todas essas entidades realizariam o papel fundamental de “inserção harmônica” das massas cidadinas no mundo do trabalhado, a fim mesmo de forjar um quadro mínimo de valores que dessem conta de legitimar e bem dizer a sociedade moderna.

Ora, existia uma sociedade em transformação; existia uma nova classe social – formada por banqueiros, grandes comerciantes e industriais – em ascensão vertiginosa,

embora não homogênea nem monolítica, assumindo a vanguarda da dinâmica social, dominando as esferas econômica, política e jurídica. Existia também uma massa de trabalhadores, homens e mulheres quase sempre analfabetos, com um pé ainda no campo, desnorteados na cidade, desprovidos de quaisquer posses, sem nobreza e sem status; uma gente diversa, saída de múltiplos lugares com o único fim de encontrar na metrópole industrial o seu sustento e a sua sobrevivência. As classes médias letradas completam esse quadro que aqui reduzimos a três grandes grupos apenas para nos possibilitar uma análise mais detida sobre as questões relativas ao trabalho, à exploração e, principalmente, à exclusão dentro do espaço urbano. Esse era o quadro geral em que se inseriram as sociedades ocidentais, cada uma em sua temporalidade, num processo que durara todo o século XIX e entrou pelo século XX, especialmente nos casos latino-americanos.

Os homens de letras que compunham, junto com médicos, dentistas, funcionários públicos, magistrados e professores, as castas medianas da sociedade industrial metropolitana, esses homens, poetas, escritores, cronistas, gente que travou contato estreito com as teorias políticas e filosóficas em pauta na Europa ao tempo das transformações oitocentistas de que falamos, foram não raro elementos de mediação entre a cultura das classes populares e os veículos de divulgação pertencentes e circulantes entre as elites (HOBBSAWM, 2003). Muitos articulistas de jornais e, ou, escritores independentes, traziam à baila, nas páginas diárias ou semanais dos periódicos, matérias de bronca social e crítica ao governo, muitas vezes algo vindo diretamente da parte dos próprios reclamantes, os populares. Trabalhos celebrados sobre esse tipo de discussão foram feitos ao longo das cinco últimas décadas do século XX. Mikhail Bakhtin, mesmo ao tratar da cultura popular à época do Renascimento, utiliza os textos de Rabelais como ecos da cultura popular, enfocando a questão do riso e do grotesco entre as camadas pobres do reino da França. Outros autores podem aqui ser citados, mas haveremos de manter a nossa análise no contexto das grandes formações urbanas do fim de século XIX e inícios do XX (BAKHTIN, 1993).

Um dos grandes trabalhos nessa área é o de Walter Benjamin em que se destaca o personagem *flâneur* de Baudelaire. O autor fala da modernidade como conjunto de elementos de contradição e coloca o *flâneur* como o sujeito que encarna a própria dialética das transformações que experimentava o mundo ocidental à época da virada de século e antes disso também. Marshall Berman, que também recupera os estudos de Baudelaire, analisando os aspectos constituintes da modernidade no ocidente, contexto em que se vão inserir as reformas urbanas em cidades como Paris, Berlim e Viena, aprofunda a problemática das transformações sofridas pelo mundo ocidental contemporâneo a partir do século XVIII.

Analisando o *Fausto* de Goethe, Berman explora o choque de contradições entre a tradição e a modernidade, o novo e o arcaico; em Baudelaire, analisa essas antinomias no ambiente das cidades em cuja organização pulsam mudanças profundas, transpostas aos domínios psicológicos de quem se torna depositário da luta de contrários em meio à multidão. Para o caso das cidades-metrópole dos séculos XIX e XX, Berman identifica a existência de projetos de modernidade que se materializam nas grandes reformas urbanas, mas se debatem com a presença marcante de comportamentos e valores tradicionais, e com as próprias espacialidades do passado (BERMAN, 1986).

Assim as cidades convivem com processos antinômicos de símbolos, concretos ou imagéticos, valores e condutas que se debatem entre o novo e o arcaico. Algumas cidades, como a Paris de Baudelaire, apresentariam traços de uma metrópole na medida em que cresciam em consonância com a vanguarda da modernização política e econômica própria do desenvolvimento das bases capitalistas de ordenação dos hábitos e condutas urbanas. Já a São Petersburgo czarista vivia uma espécie de modernização de fachada, alimentando-se, assim, de imagens parcas que tentam dar à cidade tradicional e arcaica um efeito de modernidade almejada (BERMAN, 1986). Para os casos latino-americanos talvez esse quadro de ambivalências promovido pela modernidade, ou antes, pelo desejo de ser moderno, se manifeste na sua face mais exemplar, já que aí se instala problemáticas relacionadas à condição colonial daquelas sociedades, sempre às voltas com os problemas da religião, da autoridade, da unidade e da identidade nacionais (MORSE, 1988). Localismos e universalismos se misturam e deixam ver uma realidade provinciana envolta a um discurso de modernidade e modernização muitas vezes sem consistência material.

Nas cidades brasileiras em especial a experiência das reformas urbanas aparece circunscrita a um processo maior de ocidentalização (HOBSBAWM, 1977). A expansão imperialista pós-grande depressão (1873) faz-se em grau e intensidade sem precedentes na história do capitalismo.<sup>10</sup> Na Europa, a fábrica moderna, que passa a operar sob as estreitezas matemáticas das máquinas elétricas, a capacidade produtiva e as razões elevadas dos índices de produtividade, começa a projetar, tanto lá quanto aqui, os contrastes de novos hábitos e costumes. Consolidava-se uma nova ordem calcada na acumulação econômica, na lógica pecuniária da riqueza e da ostentação, na disciplina cidadina e do trabalho, e nos novos paradigmas políticos e sociais vinculados na concepção democrático-burguesa liberal.

<sup>10</sup> O capital financeiro e o capitalismo monopolista rompem marcha juntos em direção a novos mercados, e, a partir daí, os grandes impérios estenderiam seus domínios para todos os cantos do globo, a ponto de um entre eles, o britânico, ser lembrado como “império onde o sol nunca se punha”, justamente por abarcar territórios em ambos os hemisférios por todo o largo dos meridianos planetários (veja-se sobre o assunto HOBSBAWM, 2003; DECCA, 2003).

## 1.2 Ventos modernos no Brasil

O Rio de Janeiro, cidade mais estudada pela historiografia brasileira, passou no *fin de siècle* por momentos de efervescência nos planos social, político, econômico e também cultural.<sup>11</sup> Na capital da República brasileira a lógica da acumulação define uma sociedade profundamente desigual em que a luta pela sobrevivência se confunde com a busca incessante por riqueza e ostentação. Textos da época, especialmente crônicas jornalísticas, apontam para a existência de um clima de arrivismo desenfreado vivido pela capital federal dos primeiros anos da República (SEVCENKO, 2003). Potencializado pela crise creditícia do Encilhamento, esse clima logrou ganhar espaços e tempos diversos, indo informar as ações tanto das gentes de cabedal quanto das camadas médias e pobres, que, conquanto estivessem em desvantagem, consideravam-se depositárias da possibilidade de “vencer”. As crônicas da época sugerem o amplo alcance das novas aspirações em torno da conquista material. Os diversos setores sociais parecem ter sido envolvidos pela mesma busca surda, porém vigorosa, por grandezas pecuniárias. Talvez isso se explique pela própria natureza do discurso liberal: uma vez que se falava em uma espécie de meritocracia em que *todos* poderiam auferir ganhos, a competição far-se-ia geral e acirrada, e as expectativas, então, alimentavam vidas condenadas conquanto sonhadoras. Uma máxima *popular* definia de maneira metafórica essa nova realidade, demonstrando o poder de abrangência da transformação: “A *vida* é um pau-de-sebo *que escorrega*, tendo na ponta presa uma *bolada*”.<sup>12</sup> Daí muitos cronistas se referirem aos tempos iniciais da Primeira República no Rio de Janeiro como a “época do arrivismo”, do “rude materialismo” e da incisiva “febre de vencer” a qualquer custo (SEVCENKO, 2003).

Consolidava-se uma nova ordem calcada na acumulação econômica, na lógica pecuniária da riqueza e da ostentação, na postura pública e na disciplina do trabalho, nos novos paradigmas políticos e sociais ligados à concepção democrático-burguesa liberal.

Mas em lugar de uma adaptação harmônica da cultura do Velho Mundo aos modos de vida nos trópicos instalou-se o mesmo conflito. Junto com um discurso republicano, que evocava o progresso e a modernidade, a igualdade e a possibilidade de inserção das camadas populares na vida política, o país se via às voltas com uma realidade arcaica, ainda calcada em

---

<sup>11</sup> Mudanças estas que reverberaram em outras partes do país, mais ou menos na mesma época, em cidades como Manaus, Belém, Salvador, Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte (SEVCENKO, 2003; PESAVENTO, 1995).

<sup>12</sup> D. J. Valverde, “A vida”, *Fon-Fon*, 15/01/1910 *apud* SEVCENKO, 2003:55, grifos nossos.

relações sociais de clientela, em uma estrutura patriarcal e escravista. Daí a necessidade de superar o passado colonial e monarquista a fim de fundar a verdadeira nação brasileira. Se pensarmos que algo só se torna *passado* quando um *novo* reclama atenção, havemos de notar que no Brasil da virada do século XIX para o XX, nunca as mazelas da ordem escravocrata foram tão evidenciadas no discurso e na prática de homens de letras e bacharéis afeitos aos novos ideais abolicionistas e republicanos. Os ventos fortes da República sopravam em direção às luzes de novos tempos havendo os resquícios da sociedade colonial e monárquica de serem enfim eliminados.

Os projetos de “novos brasis” aparecem nas obras de intelectuais como Silvio Romero, Alberto Sales, Tobias Barreto, Capistrano de Abreu e Silva Jardim e de literatos como Raul Pompéia, Lima Barreto, Euclides da Cunha e Graça Aranha, entre tantos outros. A chamada Geração de 1870, da qual esses e outros nomes faziam parte parece ter tomado para si as responsabilidades da República, isto é, fundar um novo país, valorizando o ambiente e a natureza nativa, mas também e fundamentalmente o povo e a cultura nacional, na égide de um futuro realmente promissor (VELLOSO, 2003).

Nesse aspecto, o da produção cultural, pode notar-se a presença de uma intenção clara de ruptura com um passado, agora incongruente com as novas aspirações. Promover, pois, a consolidação da República na letra desses autores significava cuidar para que se efetivasse uma mudança sócio-cultural profunda. Essa transformação não se efetivara, e os “mosqueteiros intelectuais”, como se auto-intitulavam esses homens de letras e de sonhos, se frustraram na medida de seu otimismo. As reformas urbanas aconteciam, os sóbrios discursos de igualdade e prosperidade gerais reverberavam, mas à sua sombra cresciam a marginalidade e as favelas, e ainda subsistiam os barracos e alguns cortiços.

É nesse clima de embate entre o novo e o arcaico que o Rio de Janeiro viveria os primeiros tempos da experiência republicana democrática. É importante salientar que a esse processo de sobreposição das relações econômicas às sociais, justapõem-se políticas públicas de limpeza e racionalização do espaço urbano. Na letra dos cronistas da época tratava-se de uma verdadeira “regeneração” da velha corte imperial, a fim de torná-la compatível com os anseios da nova burguesia urbana. O Rio de Janeiro entraria no espectro da modernidade, ganhando assim o respaldo e o crédito de investidores e governos estrangeiros, se ostentasse os traços mínimos de uma cidade civilizada. Isso significaria eliminar os elementos antigos colocando em seu lugar a fina flor da ciência urbanística da época: bulevares, praças arborizadas, iluminação elétrica, cafés, comércio arrojado, moda parisiense. Torná-la – a cidade –, enfim, um centro urbano digno de olhos elegantes do Velho Mundo, onde

transitavam figuras galantes, idéias sóbrias, e mercadorias à farta. Em artigo publicado na Revista Kosmos de 1904, Olavo Bilac (1904 *apud* SEVCENKO, 2003, p. 42) saudava a plenos pulmões os auspícios da regeneração:

O Brasil entrou – e já era tempo – em fase de restauração do trabalho. A higiene, a beleza, a arte, o ‘conforto’ já encontraram quem lhes abrisse as portas desta terra, de onde andavam banidos por um decreto da Indiferença e da Ignomínia coligadas. O Rio de Janeiro, principalmente, vai passar e já está passando por uma transformação radical. A velha cidade, feia e suja, tem os seus dias contados.

O tom otimista das palavras de Bilac tem no cerne a idéia de que as transformações, conquanto austeras e deformadoras, traziam a prosperidade e o conforto da vida moderna. Vimos, porém, que a esse otimismo casava-se de modo impreciso e paradoxal um pessimismo de igual monta. Muitos concebiam as transformações como um furacão imperdoável que tudo envolvia com a rompança do arrivismo desenfreado.

Ao tratar das reformas urbanas sofridas pelo distrito federal ao tempo do governo Rodrigues Alves (1902-1906) e o efeito causado no imaginário social com a chegada da República, Nicolau Sevcenko (2003, p. 43) define os quatro princípios básicos orientadores da ação governamental:

(...) a) a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; b) a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; c) uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e d) um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.

Podemos identificar aí os elementos da tríade haussmanniana: *embelezamento, higienização e racionalização do espaço urbano*.<sup>13</sup> E assim parecia ser com o país de uma maneira geral, a partir da instauração do regime republicano e primeiras décadas do século XX, guardadas, é claro, as singularidades regionais.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Refere-se ao barão Georges Eugène Haussmann, responsável pela vanguarda das reformas urbanas modernas, cujo palco foi Paris, entre 1853 e 1869 (TOPALOV, 1996).

<sup>14</sup> É vasta a literatura sobre as reformas urbanas das cidades brasileiras. Apenas para apontar as mais clássicas e por nós conhecidas apontamos CARVALHO, 1987; CHALHOUB, 2001; DUTRA, 1996; FERNADES e GOMES, 1992; MENEZES, 1996; MONTE-MÓR, 1994; MATTOSO, 1978; PESAVENTO, 1999 e 2001; SEVCENKO, 1992 e 2003; SILVA, 1988; VEIGA, 2002. E especialmente como emblema de uma nova historiografia regionalista, veja-se FOLLIS, 2004, estudo sobre a modernização da cidade de Franca, oeste do estado de São Paulo, na *Belle Époque* paulista.

A entrada forçada da capital brasileira na “modernidade”, ou seja, o ajustamento estreito das idéias, das instituições políticas, da gestão econômica e da arquitetura aos moldes europeus e mais especialmente franceses, impôs-se sob dimensões reais nas obras do engenheiro-prefeito Pereira Passos. A Avenida Central, símbolo maior do urbanismo moderno no Rio de Janeiro, inseria-se ao universo esmerado dos bairros nobres, e abria alas à *belle-époque* parisiense na medida exata da sua rompante de bulevar. O Brasil de pobres e miseráveis, negros e mestiços era obscurecido face à forja imagética duma nação branca, civilizada, democrática e republicana, tudo feito na mais fiel maneira européia, pelo menos se assim o apregoava (SIMÃO, 2005).

Entretanto ao mesmo tempo em que se exalta as reformas e a difusão de uma nova ética de mercado e trabalho, informada por padrões econômicos e mercantis, lamenta-se a perda dos valores tradicionais vigentes ao tempo do Império. Como observa Sevcenko (2003, p. 55), no caso do Rio de Janeiro, tratava-se de uma

(...) tendência à dissolução das formas tradicionais de solidariedade social, representadas pelas relações de grupos familiares, grupos clânicos, comunidades vicinais, relações de compadrio ou relações senhoriais de tutela.

Em crônica publicada na Revista Kosmos por autor indefinido, citada por Sevcenko (Sevcenko, 2003, p. 56) lê-se o seguinte desabafo:

“o individualismo, levado aos exageros destruidores do egoísmo, enfraqueceu os laços de solidariedade... Infelizmente (...) a noção de sacrifício se extingue com os progressos do individualismo (...) o cada um por si”.<sup>15</sup>

Note-se, ainda, que o mundo dos especuladores era o mesmo da boa aparência e do chiquismo parisiense, tornando-se também o *smart*, isto é, a destreza e a inteligência no lidar com as situações da vida moderna. Sobre isso Sevcenko (2003, p. 57) avalia que se trata de um

“(...) requisito imprescindível – se acompanhado do título de doutor ou honoríficos correlatos, tanto melhor – para uma forma de parasitismo espúrio grandemente disseminado, verdadeiro peculato, às expensas do orçamento público: a cavação”.

<sup>15</sup> “A propósito da Semana Santa”, *Revista Kosmos*, n. 4, 1906 *apud* SEVCENKO, 2003, p. 56.



O fenômeno da cavação, conduta própria do arrivista moderno, faz-se em detrimento da figura do antigo mordedor. Nas palavras esclarecedoras do cronista Jackson Figueiredo (*apud* Sevcenko, 2003, p. 57)

(...) a cavação visa sempre boladas de contos, coisa que dê, pelo menos, para uma viagem à Europa ou a compra de uma casa. O mordedor antigo tinha qualquer coisa de humilde e comovedor. Os cavadores de hoje têm um curso completo de elegâncias e refinamentos maneirosos que os fazem parecer donos do mundo e de toda a gente que os cerca.<sup>16</sup>

Essa lógica do jogo de antinomias, dos contrários em choque, enfim, do embate entre o moderno e o tradicional, parece também estar presente na construção de Belo Horizonte no final do século XIX.

### **1.3 Belo Horizonte: um presente caótico, uma planta excludente, uma conciliação**

*Tudo em Minas é antinômico, antagônico, contraditório, binário. Porém, conflui para sínteses perfeitas.*

Sylvio de Vasconcelos

Em 30 de março de 1891 reuniu-se na cidade de Ouro Preto uma Constituinte, em cujos debates um mereceria destaque: a mudança da capital do estado. Depois de acirrados debates entre “mudancistas” e “anti-mudancistas”,<sup>17</sup> a opção pela mudança impôs ao governo uma outra questão: a escolha da localidade, para onde rumaria o corpus administrativo do estado. Cinco regiões foram estudadas por comissões específicas: Paraúna, Barbacena, Juiz de Fora, Várzea do Marçal e Curral d’El Rei. A Lei nº 3, de 1893, tornara oficial a escolha por Curral d’El Rei, local já então conhecido pela população como Belo Horizonte. Em menos de dois meses, era criada a *Comissão Construtora da Nova Capital Mineira*. Nomeado engenheiro-chefe da comissão, o politécnico Aarão Reis teve total liberdade na escolha de sua equipe, compondo-a essencialmente de mentes como a sua, afeitas à racionalidade do urbanismo moderno e ao positivismo republicano da época.<sup>18</sup> Iriam começar as obras (BARRETO, 1936).

<sup>16</sup> JACK, Revista *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, jan. 1910. *apud* SEVCENKO, 2003, p. 57.

<sup>17</sup> Ficaram assim conhecidos os parlamentares que se posicionaram a favor ou contra a mudança da capital (veja-se IGLESIAS, 1987 e LINHARES, 1905).

<sup>18</sup> Sobre Aarão Reis e suas convicções pessoais e profissionais, ver PAIM, 1999 e SALGUEIRO, 2001.

A planta matriz foi apresentada ao governo em 1895. Reis ordenara de pronto que a rala população do antigo lugarejo deixasse suas casas abrindo alas às obras. Como aponta J. Márcio Barros (Barros, 2004, p. 7), “já em 1894, a Comissão Construtora determina a desapropriação de 430 casas a fim de não obstaculizar o desenvolvimento das obras”. Em ofício endereçado ao governo do estado, Reis presume uma cidade rigorosamente racional e excludente.

Foi organizada, a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do actual arraial, a área urbana, de 8.815.382 m<sup>2</sup>, dividida em quarteirões de 120 m x 120 m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos rectos, e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 metros, (...) às avenidas fixei a largura de 35 m (...). Apenas a uma das avenidas – que corta a zona urbana de norte a sul, e que é destinada á ligação dos bairros opostos – dei a largura de 50 m, para constitui-la em centro obrigatorio da cidade e, assim, forçar a população, quanto possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da higiene sanitária, e ao proseguimento regular dos trabalhos técnicos. Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno (...). A zona sububana, de 24.930.803 m<sup>2</sup> [que circunda os bairros centrais] (...) é por sua vez envolvida por uma terceira zona de 17.474.619 m<sup>2</sup>, reservada aos sítios destinados à pequena lavoura.<sup>19</sup>

A planta resolve-se, portanto, sob três divisões fundamentais: zona urbana, reservada às boas famílias, aos funcionários do estado, aos comerciantes de destaque, enfim, às elites; zona suburbana, reservada para os trabalhadores pobres e antigos moradores do que então passaria a ser o centro da nova capital; e, por fim, a zona rural, em que se realizariam a pequena agropecuária de abastecimento. Não tardaria até que a essa imagem ideal da nova cidade se somassem fronteiras ideológicas. Tão logo iam chegando imigrantes pobres – nomeadamente italianos – para compor o braço forte que ergueria a nova capital, o corpo policial ia se aparelhando e começava já a agir no cotidiano da cidade. Rapidamente os bairros fora da linha do contorno, bem como os seus habitantes, passariam a ser identificados com a desordem e com a turbulência (ANDRADE, 1987). Nas pastas de ocorrências policiais da chefia de polícia de Belo Horizonte, reunidas em documentos concernentes à prática do cotidiano daquela instituição no ano de 1915, pode-se ler as seguintes palavras:

(...) vagabundos e desordeiros se aglomeravam nas TASCAS e TAVERNAS para promoverem ASSUADA e DESORDEMS, determinei ao subdelegado desses dois distritos policiais [refere-se ao Calafate e ao Barro Preto, bairros adjacentes à zona urbana] que, em gyro de inspeção,

<sup>19</sup> Ofício nº26, Aarão Reis, engenheiro-chefe da *Comissão Construtora da Nova Capital*, sobre a planta definitiva de Belo Horizonte, aprovada pelo Decreto n.º 817 de 15 de abril de 1895.

reprimisse taes abusos, prendendo os perturbadores da ordem pública (sic) .  
<sup>20</sup>

Note-se como a ação policial é deliberada: já que se trata de distritos policiais situados em “lugares perigosos” (Calafate e Barro Preto) deve-se não medir esforços para prender sem embargo. O chefe de polícia se engrandece por estar fazendo um *bom trabalho*. Os turbulentos então hão de ser enquadrados mesmo que em mero giro de inspeção – medida preventiva (!). A lei do (re)agir antes mesmo de qualquer ação do *inimigo*. (Voltaremos a esse caso no capítulo 3 deste trabalho).

Esse é o ambiente urbano conflituoso em que se funda a nova capital mineira. Somada à ação deliberada contra os desviantes sociais, há a intenção de louvar o novo e o moderno em detrimento do arcaico, a civilização em detrimento da barbárie. <sup>21</sup> A própria decisão pela mudança da capital é sintomática da negação do passado colonial, na medida em que a antiga capital, Ouro Preto, a despeito de seu legado inconfidente, signo do republicanismo, encarna exemplarmente essa imagem negativa: ruas tortuosas, espaços confusos, arquitetura antiquada, economia decadente, ausência de racionalidade. <sup>22</sup>

A propósito, cumpre ressaltar, Belo Horizonte haveria de estabelecer uma síntese mesmo conciliatória para um estado em vias de cisão política. <sup>23</sup> Era iminente nas últimas décadas do Império a possibilidade de o sul de Minas, região mais próspera da província à

<sup>20</sup> Fundo Polícia – Arquivo Público Mineiro. Pol. 8 Cx. 02 – Doc. 10-13 (1913-1937) – Belo Horizonte. Ocorrências Policiais. Série 8: (1913-1937), BH. Pol 8. Cx 02 – Doc 16 (79 folhas), 1915.

<sup>21</sup> Esse quadro coloca-nos imediatamente a questão da formação de da cidadania republicana pretendida na carta constitucional de 1891. a cidade de Belo Horizonte haveria de se debater com essa questão. Neste sentido, Leticia Julião (1996, p. 52) salienta que “longe de constituir-se em um espaço adequado ao surgimento de uma sociedade politicamente ativa, composta de indivíduos emancipados e convertidos em cidadãos, a cidade engendrou uma experiência de modernidade ambígua e paradoxal, na qual a vida pública, em particular, estava repleta de distorções”.

<sup>22</sup> Há na historiografia sobre a mudança da capital uma interpretação que entende a construção de Belo Horizonte como um feito político dotado de rupturas, mas repleto de continuidades na sua relação simbólica com a antiga capital, Ouro Preto. Ciro Flávio de Mello não vê uma relação de todo traumática entre a nova e moderna Belo Horizonte e a antiga e arcaica Ouro Preto. Segundo o autor as duas cidades ligavam-se por laços de memória: o ideário inconfidente e os preceitos de liberdade nele evocados colocava Ouro Preto como o lócus da vitória de um “povo” e de um projeto de organização social que a República – e, com ela, Belo Horizonte – viria tornar real e possível. Assim, Ouro Preto, a despeito de sua simbologia colonial e monárquica, reconciliar-se-ia com Belo Horizonte por seus méritos de vanguarda do ideário republicano brasileiro, “espaço de revolta”, “lugar de rebelião” (MELLO, 1996; SILVA, 2003). Atentamos, porém, para o fato de essas representações dizerem respeito muito mais a um ideal de forma política e organização social do que a concepções de espaço urbano. Essa discussão sobre o rompimento ou não entre a nova e a antiga capital extravasa as problemáticas respeitantes à formação da *urbe* moderna, e, portanto, à constituição do espaço urbano em Belo Horizonte. Os autores citados misturam essas questões quando pretendem sustentar que Ouro Preto tornou-se o bastião do ideário do republicanismo e da liberdade. De fato isso ocorre, mas a construção desse imaginário e dessa memória social é algo que ocorre em nível estadual e mesmo federal, considerando, é claro, regionalismos. Assim o discurso sobre Tiradentes e os feitos da Inconfidência apenas *acontecem* em Belo Horizonte, algo natural já que a cidade é nada menos que a capital do Estado de Minas Gerais. Mas disso dizer que a cidade – enquanto centro urbano moderno – não rompe com as estruturas arcaicas e condenadas da antiga Ouro Preto há uma distância considerável.

<sup>23</sup> Sobre o assunto, ver IGLESIAS, 1987; LE VEN, 1977; BOMENY, 1994; MELLO, 1996; DUTRA, 1996.

época, enriquecida com a agro-exportação do café, se separar do restante do território. Conforme as propostas apresentadas pelos políticos sulistas, a região seria anexada ao estado de São Paulo, centro de gravidade da economia cafeeira do país, ou constituir-se-ia em uma nova província com o nome de Minas do Sul (MELLO, 1996).

A essa crise de articulação entre as elites mineiras (Zona da Mata e Sul, de um lado, e Centro e Norte, de outro), a construção da nova capital, em local central e equidistante em relação às disputas regionais do estado, assumiria o compromisso de promover um equilíbrio de forças e a conseqüente conciliação. A construção da nova cidade – símbolo da ilustração republicana – emergiria do ideal da unidade, sendo então síntese da competência das elites estaduais (IGLÉSIAS, 1987; MELLO, 1996). Tratava-se da união (urgente) entre as Minas e as Gerais (BOMENY, 1994, IGLESIAS, 1990).

A elite ouro-pretana mostrou-se resistente à mudança da capital não só por motivos políticos, mas também por não acreditar que a nova cidade poderia oferecer o nível de vida digno de uma capital. Mas era a própria Ouro Preto alvo de críticas por parte da inteligência construtora de Belo Horizonte, cujas idéias encontravam consonância entre uma parcela da elite política interessada no processo de modernização e industrialização do Estado. O antigo centro administrativo de Minas Gerais, como observamos acima, representava a irracionalidade das formas, o povoamento desordenado, algo incompatível com o pensamento urbanístico triunfante do *fin de siècle*, muito evidente na formação politécnica de Aarão Reis e sua equipe.

Daí o tom entusiasta do discurso daquela parcela da elite mineira afinada com o ideal da conciliação, para quem o sucesso da cidade coincidia com a sua própria sobrevivência junto ao poder. Segundo Bomeny (1994, p. 43).

Belo Horizonte tornava-se abrigo para os que quisessem mergulhar no ‘sonho da razão’. Sob a proteção da autoridade da ciência, Aarão Reis ia traçando seu projeto, exigindo atendimento às condições de higiene, àquilo que seria a comprovação de que pela razão científica se chegaria ao aperfeiçoamento social.

A personagem Lená de *A Capital*, romance do escritor libertário Avelino Fóscolo, publicado em 1905, encarna bem o tipo que se lançou na direção do “sonho da razão” e da modernidade. Segundo aponta mais uma vez Bomeny (1994, p. 49, grifos nossos), “como Lená, uma geração de políticos, intelectuais e artistas tratavam de defender, *em nome de uma idéia futura*, um presente caótico”.

Um presente caótico. Caótico para o estado e suas elites, mas também, e especialmente, para os grupos sociais que comporiam o espaço urbano da nova capital mineira. As expectativas em torno da cidade não foram, é claro, a mesma para todos os homens e mulheres que vieram – do Brasil e do estrangeiro – habitar a nova capital; tampouco o seria para aquelas famílias pobres que tiveram de deixar o seu lugar de origem em favor dos novos prédios públicos e privados que se ergueriam com a comissão construtora.

Sabemos que uma das matrizes do pensamento de Comte é a racionalização do governo, o que pressupõe o afastamento da doutrina religiosa das estruturas do estado. Em Belo Horizonte isso fica evidente na planta de Reis se observamos os nomes das ruas, praças e avenidas. Como aponta Beatriz Magalhães (1989, p. 126), as nomenclaturas, sempre leigas, seguem uma lógica de hierarquização do espaço:

(...) em primeiro lugar, os das idéias caras ao temário positivista e republicano e das datas que comemoram os fatos históricos por eles valorizados; em segundo, os de vultos da nossa História e das coisas do Brasil – rios, estados e tribos –, o tom nacionalista; em terceiro, os que se referem às coisas e vultos de Minas e a seus minerais; por último, um pequeno contingente de nomes de caráter meramente funcional, como a Estação, o Mercado, o Cruzeiro.

Belo Horizonte foi concebida inicialmente como capital modelo do novo regime republicano. Segundo palavras de João Pinheiro, tratava-se da “filha primogênita das realizações materiais da República”. As referências em jornais da época, bem como os relatos de jornalistas vindos da capital federal, como Artur Azevedo e Olavo Bilac, por ocasião da inauguração da cidade, registram a satisfação e o clima de festejo com que se recebe a nova capital mineira. Azevedo, em seu conjunto de crônicas intitulado *Um Passeio a Minas*, publicado originalmente n’*O Paiz*, ufana a república e a nova cidade com as seguintes palavras: “(..) formoso planalto, tão bem escolhido para a capital de um grande estado e que poderia ser – por que não dizê-lo, *quando todos os sentem?* – a própria Capital da República” (Azevedo, 1901, p. 2, grifos nossos). De novo na observação de João Pinheiro citado por Mello (Mello, 1996 *apud* DUTRA, 1996, p. 45):

A nova capital, a mais famosa cidade brasileira, conquistou-nos o coração. Dir-se-ia a NOIVA DO TRABALHO ansiando pela realização de seus destinos, ponto de convergência que deve ser de nossos esforços, centro de impulsão que será da nossa atividade (...).

Muitos testemunhos da época apontam para essa mesma direção: brindar à nova capital e à modernidade que a acompanhava. E se o fazia muito amiúde na perspectiva da cidade espetáculo, vitrine. Segundo Carlos Nelson dos Santos (Santos, 1982, p. 31, grifos nossos)

“há [nas cidades modernas] um grande efeito disciplinador (...), tornando-as [as cidades], ao mesmo tempo, ‘bonitas’ e ‘transparentes’. As capitais são usadas como *espelhos didáticos* que servem a seus próprios cidadãos”.

Esse efeito disciplinador faz-se, no caso de Belo Horizonte, em uma perspectiva claramente barroca, o que se pode observar na planta de Aarão Reis. É incisiva a preocupação com a arborização das ruas, e o constante interromper das linhas retas das avenidas pela presença de praças (MAGALHÃES, 1989).

A “noiva do trabalho” nas palavras de João Pinheiro haveria de ser a mesma noiva do progresso e das luzes trazidas pela República, somada sempre à competência técnica da comissão construtora. Alfredo Camarate, sob o pseudônimo Alfredo Riancho, publicou no jornal *Minas Gerais* de Ouro Preto em 1894 as seguintes palavras:

(...) uma capital para os filhos do Estado de Minas (...); filhos do século das luzes ou, talvez antes, do século XX, que se lhe segue; a criação de uma capital nova traz, portanto, pesadíssimos encargos para os mineiros e refiro-me aos encargos morais e não aos econômicos (...). Fitam os olhos sobre nós, não só todos os brasileiros como todos os povos do mundo.<sup>24</sup>

Camarate era engenheiro técnico da comissão chefiada por Aarão Reis. A sua fala é, pois, a de um *construtor*, havendo nas palavras uma espécie de sensação de compromisso com o sucesso e a projeção da nova cidade. Essa característica de saudar à nova capital, vendo nela o depositário de novos tempos mais prósperos e felizes, está presente em muitos relatos da época.

Mas a cidade enquanto espaço urbano, onde transitam pessoas e idéias, práticas e relações de poder e propriedade, fez-se também de *projetos adjacentes*. É importante observar que não houve coincidência de posições diante do futuro da cidade entre os grupos que para lá rumaram desde a supostamente feliz ocasião de sua inauguração. Textos da época e observações posteriores apontam para essa *diversidade* de perspectivas.<sup>25</sup>

Com efeito, o projeto oficial da cidade (a planta de Aarão Reis e os anseios conciliatórios das elites mineiras) houvera de debater-se com “outros projetos” de pessoas

<sup>24</sup> MINAS GERAIS, Ouro Preto, 21 out. 1894, p. 2 *apud* MAGALHÃES, 1989.

<sup>25</sup> Veja-se para uma discussão sobre os projetos políticos e as discussões sobre a mudança da capital mineira, por exemplo, LINHARES, 1905. Uma análise historiográfica recente pode ser encontrada em IGLÉSIAS, 1987; FARIA, 1985 e DULCI, 1984.

comuns e mesmo de lideranças tradicionais do antigo arraial. Padre Francisco Dias é uma dessas lideranças. Pároco da Matriz de Boa Viagem, único prédio de arquitetura colonial que permanece até a década de 1930 de pé em meio a uma onda austera de demolições,<sup>26</sup> Dias torna-se depositário e formulador de um discurso especialíssimo que vê na nova cidade o signo de um progresso *bom e necessário*, mas que deve ser ponderado com as práticas costumeiras da vida dócil e trabalhadora do povo mineiro, fiel às duas instituições basilares da cultura local: família e religião.

Minas Gerais foi desde os anos de esplendor da economia aurífera influenciada pelos preceitos católicos, mesmo que em profundo sincretismo com outras crenças e práticas, como observa Laura de Melo e Souza (SOUZA, 1987). Dessa maneira, muito daquilo que se concebeu como bom e por isso pertinente à cidade de Belo Horizonte, no contexto mesmo de sua construção, diz respeito aos cânones católicos, como poderemos verificá-lo mais detidamente adiante na obra de Dias.

Os jornais, de caráter notadamente associativista, aparecem como fontes fundamentais para uma análise dessa situação de divergências e convergências, mas antes de descontinuidades, observada no interior dos grupos que iam compondo a cidade.<sup>27</sup> Entendemos que as notícias veiculadas nos periódicos materializam maneiras de se conceber a realidade e informam muitas vezes os comportamentos e as práticas dos diferentes grupos. Com efeito, as crônicas jornalísticas aparecem não como meros veículos de informação, algo estanque e livre de ideologias, mas como verdadeiras difusoras de idéias, práticas e condutas que moldam e representam a cidade, exercendo assim importante papel na constituição do espaço e do imaginário urbanos.<sup>28</sup>

Parece, portanto, importante considerar o primeiro jornal da cidade, o *Bello Horizonte*, periódico semanário de propriedade do Pe. Francisco Martins Dias. Em 1895, quando têm início as obras em Curral d'El Rei, Dias funda o jornal com o fim de informar à população local sobre os trabalhos da comissão. A sua coluna mais importante, *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*, que veiculava crônicas sobre a formação histórica do arraial,

<sup>26</sup> O trabalho de Marcelina das Graças de Almeida releva esse quadro: a autora estuda as amplas discussões entre o poder público e a Igreja acerca da demolição ou permanência da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, obra setecentista, símbolo da colonização e da monarquia (ALMEIDA, 1993).

<sup>27</sup> Referimo-nos aos operários, brasileiros e estrangeiros, que rumaram para o arraial desde o início das obras, a elite ouro-pretana muitas vezes resistente à mudança, as novas elites republicanas, e homens e mulheres desapropriados, metidos em cafuas e barracões, agora errantes aí no lugar onde nasceram e foram criados (ver GUIMARÃES, 1996 e 1991; DUTRA, 1996).

<sup>28</sup> Os jornais são diversos: políticos, publicitários, humorísticos e literários, associativos e operários; representantes de grupos estrangeiros, como italianos, árabes e alemães; periódicos manifestamente católicos ou protestantes, folhas espíritas, estudantis e universitárias; reclames publicitários e até folhas carnavalescas como o anuário *Matakins* (LINHARES, 1995).

fora depois compendiada e publicada em forma de livro, em 1897, com título homônimo. O livro forjou-se a partir do propósito de dar à cidade de Belo Horizonte, construída em uma atmosfera de conflitos políticos e sociais, um passado opulento e de grandes conquistas, que, depois de décadas de opressão durante o regime monárquico, se liberta e segue novamente o seu desígnio de glória. Nessa perspectiva o autor une passado e presente, tradição e modernidade, forjando na tinta e no papel traços de uma identidade sócio-histórica de uma cidade que queria *dar certo*.

Pe. Francisco Martins Dias, pároco da Matriz de Boa Viagem, parece ouvir o apelo do conviva Riancho, citado acima, entregando-se à tarefa de sustentar a grandeza moral que a bela cidade deveria inspirar. Uma passagem muito citada do texto de Dias (1897, p. 18) faz forte referência à substituição do antigo pelo novo, da tradição pela modernidade

E foi assim que nos últimos dias da monarchia, foram aqui levantados em plena rua os sediciosos gritos de – Viva a República! – e não há muito trocado o antigo nome de Curral D’El Rei pelo de Belo Horizonte, para apagar de vez tudo o que a trono cheirasse ou a rei se referisse

É razoável concluir a partir do trecho acima que se trate de manifesta negação ao passado colonial, apontando para os pressupostos do urbanismo reformador da época. Entretanto, de modo a exemplificar a complexidade do processo em análise, poderemos observar na obra desse mesmo cronista uma intrincada relação harmônica entre o novo e o velho no espaço da cidade. O autor, ao contrário do que possa parecer, não é um *visionário radical*, adepto sem embargo à fúria jacobina de republicanos por vezes anônimos que impunham sua presença na nova capital.<sup>29</sup> Tampouco poderia aceitar de todo os preceitos do positivismo agressivo da comissão construtora, que, em última análise, contribuía como observamos acima para a subtração da influência da Igreja nas coisas do estado e, por extensão, na essência da própria cidade. O seu discurso parece casar-se sem maiores problemas ao de Camarate e outros, mas visto de perto ele pode nos revelar outra perspectiva. Podemos verificar em Dias a presença de um pensamento conciliador, que quer receber da

---

<sup>29</sup> Estamos falando de homens públicos, mas também de particulares a quem o sucesso da cidade interessava já que isso coincidia com o seu próprio sucesso enquanto “cidadão”. Há aqui um exemplo interessante narrado por Arthur Azevedo: “Tinham-me dito que em Minas, berço da República, havia muitos monarquistas (...) Pode ser que os haja noutros pontos do Estado, *em Belo Horizonte são fruta rara, raríssima*. Verifiquei, pelo contrário, que ali quase toda a gente é florianista, mas de um florianismo ardente e exaltado. Há lá uma vasta associação que tem por fim glorificar todos os anos a luminosa memória do Marechal de Ferro. Passando por uma das ruas principais da cidade, avistei na fachada de um prédio (...) o busto de Floriano Peixoto fazendo ‘pendant’ ao da República. Supus que fosse um edifício do Estado: era uma casa particular” (AZEVEDO, Artur. Um Passeio a Minas – VI. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 11 dez. 1901, p. 2, grifos nossos).



melhor maneira possível o novo, mas sem deixar com isso que o velho desapareça, pelo menos em memória.

Em sua apresentação, “Ao Leitor”, Dias (1897, p. II). fala de seu objetivo principal para com a obra: “(...) deixarmos lançada a primeira pedrinha para o alicerce do edifício da historia do logar escolhido para a nova capital do estado, *desde sua primitiva origem*, e dado *o primeiro passo para os annaes da fundação da nova cidade mineira*”. Esse trecho já nos avisa sobre as verdadeiras concepções de Dias: ele acredita na relevância e na importância forçosa de se escrever a história de Curral, fazendo-o em estreita correlação com os primeiros passos da nova cidade. Neste sentido, a obra se pretende um liame entre o passado da velha Curral e os novos tempos anunciados pela construção de Belo Horizonte.

O pensamento de Dias segue uma cadência fundamental, a saber: Curral d’El Rei, lugar afável e de ares acalentadores, tem origem briosa e lancinante,<sup>30</sup> caminha na prosperidade e chega à decadência nos anos finais da monarquia, justamente quando aparecem dois novos atores históricos: A República e a nova capital. Assim escreve no capítulo IV, “Fundação” (Dias, 1897, p. 12-13)

Constituindo em freguezia em 1750, o Curral d’El-Rei, sempre de augmento em augmento, de progresso em progresso, chegou a dominar em 1815 a uma area de quasi 18 mil habitantes (...) De então para cá tem decrescido sensivelmente sua população, em virtude dos desmembramentos (...) Contudo podia ainda este logar crescer e prosperar, com tantos e tão bellos elementos naturaes de vitalidade, de grandeza e de prosperidade; mas não cresceu e nem prosperou; porque? (sic).

No capítulo seguinte, “Causas da Decadencia”, Dias observa os principais entraves ao *progresso* de Curral. A citação acima esclarece que não se trata da natureza do lugar. Segundo o autor são quatro os grandes responsáveis pelo atraso: *a)* a presença de homens de má índole, “(...) cujo único fito era impor sua vontade ao povo”; *b)* a desunião da população e os desencontros de suas idéias; *c)* império de uma politicagem desmedida e exaltada; e, por último, *d)* “o mal dos males, o mais terrível escolho ao desenvolvimento physico, intelectual e moral dos filhos deste logar”: o casamento entre parentes!

Com efeito, o que o autor faz é responsabilizar os homens e não a natureza pelo atraso de Curral. Assim, em um lugar de natureza exuberante e relevo equilibrado, a desunião entre as pessoas e a má índole de alguns, somados ao escolho do incesto, abre frestas para uma crise

---

<sup>30</sup> Dias, em “Origem”, mostra que Curral é descoberta nas trilhas dos caçadores de metais preciosos, sendo um sítio de grande valor por sua proximidade em relação à residência dos primeiros exploradores daquelas terras promissoras de riqueza à margem do Rio das Velhas (DIAS, 1897).

econômica e de valores sem precedentes. A bancarrota, considerando os desmembramentos, causa da diminuição populacional, acontece em 1870, quando Venda Nova eleva-se à categoria de freguesia, libertando-se dos *cuidados* de Curral.

Diante desse quadro impõe-se à República a tarefa de trazer grandes e boas transformações. É isso fundamentalmente que reclama o nosso autor, e é justo nesse momento do texto que se coloca a passagem célebre que induz-nos a compreendermos a obra na perspectiva do rompimento e não da continuidade. Na letra do autor lê-se (Dias, 1897, p. 18):

Esse ardor [Dias refere-se a contendas políticas e outros desentendimentos entre a população], porem, foi se arrefecendo com o correr dos tempos e ao passo que o povo foi conhecendo o mal que o mesmo lhe causava; contudo não se extinguiu de todo, e foi assim que nos últimos dias da monarquia, foram aqui levantados em plena rua os sediciosos gritos de – Viva a República! – e não há muito trocado o antigo nome de Curral d’El Rei pelo de Belo Horizonte, para apagar de vez tudo o que a trono cheirasse ou a rei se referisse.

Apagar *tudo o que a trono cheirasse e a rei se referisse* não significava absolutamente apagar a velha Curral. Dias é um desafeto da monarquia, e do jugo colonial. O autor (Dias, 1897:17) ataca veementemente os “ferrenhos vínculos, que nos pendiam aos pés do throno de Portugal (...) [e o] systema de exclusivismo e centralização do regime passado, porque eram esses males communs”. Mas disso inferir que Curral fosse um lugar condenado aos males terríveis de tempos obscuros, sendo então bem-vinda a sua extinção, há uma distância abissal. Em sua obra, Dias demonstrará profunda preocupação com o arraial, tratando-se a chegada de Belo Horizonte de verdadeiro ato de salvação para um lugar de futuro já prometido, mas perdido em sua caminhada em direção ao progresso.

A República viria, pois, como instrumento de transformação; como *um reduto de águas mornas a lavar os males* da boa, conquanto doente, Curral. O novo regime haveria de assumir o compromisso (a que Dias também se propõe em sua obra) de devolver ao velho arraial a longevidade dos tempos áureos. Assim, o novo e o arcaico não operam como elementos de ruptura, mas de continuidade. A República e Belo Horizonte seriam prenúncios de uma nova fase de Curral, uma fase promissora, que evocasse o progresso na cifra da união, que devolvesse ao pequeno lugarejo os ares tranqüilos de sua origem.

Em seu capítulo VIII, “Índole e trabalho”, Dias faz sensíveis apreciações à tradição curralense, lamentando a sua dispersão junto com os velhos habitantes. À imagem negativa e pejorativa compartilhada pelos membros da comissão construtora a propósito da população

curralense, Dias contrapõe uma visão bastante adversa. Mais uma vez podemos observá-lo citando Alfredo Camarate (*apud* Assis, 1995:9) que escreve:

(...) o tipo geral deste povo é doentio. Magros, amarelos, pouco desempenados na maioria; havendo uma grande proporção de defeituosos, aleijados e raquíticos. Ora, esta fisionomia quase geral da população de Belo Horizonte desarmoniza completamente com a amenidade do clima, com o ar seco e batido quase constantemente pela brisa, com a natureza do solo que é magnífica (...).

Dias (Dias, 1897, p. 28-29) não mede palavras para reverenciar o caráter simplório e dado ao trabalho daquela população, fazendo frente sistemática a essa posição do técnico construtor:

Era este um povo fraco, hospitaleiro e affável para com os seus hospedes. Julgava-se feliz, vivendo sem grandezas, mas com independência; sem riquezas, mas com fartura (...) Era (digo era porque hoje a população se baralhou com a onda do povo recém chegado para os serviços da nova capital, como uma gotta de vinho se confunde no oceano, ou se dispersou para os arrabaldes da freguezia; era um povo laborioso e trabalhador).

Note-se aqui o aspecto mesmo nostálgico do pensamento do autor. Ele vê na antiga Curral traços sublimes de uma cultura que se foi, mas que pode ser recuperada com a chegada da nova capital. Mas há também neste trecho uma contradição: considera-se a dispersão da população original e a sua mistura a outros povos fatores decisivos de dissolução da tradição local. Ora, ambos os fatores são correlatos da mudança da capital, que Dias vê com bons olhos. Como então se resolve esse impasse? Ao problema da mistura com outros indivíduos Dias poupa palavras e apenas lamenta o fato de a rala e pura população curralense obscurecer-se diante do grande fluxo populacional para a nova cidade. À dispersão das famílias para os arrabaldes, o autor é ainda mais categórico (Dias, 1897, p. 86)

Sentimos nos escrinios do coração uma luz de fagueira esperança (...): aquele povo, que tão desalentado se retirava o centro da povoação, ia levar alguma vida ás incultas cercanias do arraial, arroteando os matos e os campos (...) os claros deixados no arraial iam preencher-se pelos práticos obreiros da nova capital.

É notável como Dias dá à onda de desapropriações, talvez a face mais traumática de todo o processo de mudança da capital, um aspecto de coisa leve e natural. Com mestria,

retira-se aos fatos qualquer traço de conflito,<sup>31</sup> dando-lhes uma aura intrigante de equilíbrio e boa-venturança. O autor saúda a civilização e eleva ao último escalão de importância aquela que elege como personagem central dessa história: a cidade. Nesse sentido, as populações se movimentam no espaço exclusivamente em função de uma providência maior: o progresso. Numa perspectiva teleológica, concebe-se a construção da capital como profunda metamorfose da antiga Curral, conduzindo-a a novos tempos áureos, lembrando a sua origem. Assim, no esteio da providência, os desapropriados são reduzidos – ou talvez devamos dizer elevados – à categoria de responsáveis pela expansão do vilarejo. Essa seria uma tarefa nobre já que, para o nosso autor, *expansão espacial e progresso* andam juntos.

Aarão Reis, como observa o próprio Dias, ordenou que não ficasse alma sequer no espaço urbano e nem no suburbano de sua planta matriz. As populações haveriam de habitar a área rural, vivendo da terra e da agropecuária de abastecimento. Mas, a despeito disso, Dias faz um eloqüente elogio a Reis, colocando-o como sujeito de rara complacência. O autor chama atenção para a não-conveniência de se usar o termo *desapropriação* ao que na verdade teria sido uma feliz relação de compra e venda (Dias 1897, p. 83), “(...) onde o comprador era o estado na pessoa do dr. chefe da comissão, e os vendedores os proprietários deste lugar (sic)”.

Nesse clima de harmonia, chegamos aos animados dias de fundação da cidade. Há um esforço incondicional por tornar os acontecimentos verdadeiros eventos-dádivas, em que concorreram fatores naturais e humanos para que tudo se desse na mais ordeira paz. Ao narrar o dia 7 de setembro de 1895, quando das cerimônias oficiais de fundação da cidade, Dias (Dias 1897, p. 85) atribui um ar de contentamento geral à população local e à própria natureza:

Esplendidas, brilhantes e apparatusas foram ellas [as festas]. E era de mister que assim o fossem, para attrahir-se a atenção dos extranhos e tornarem-se mais conhecidas as bellezas deste logar e sua propriedade para ser a metropole de Minas (...) Por um capricho da natureza, após clara e serena aurora que despontou graciosa no horizonte, seguiram-se alguns momentos de tempo dúbio e nebuloso, que assaltaram com desalento os corações festeiros. Mas, dentro em pouco, essas nuvens se dissiparam e appareceu o

<sup>31</sup> É importante lembrar que esse discurso de Dias cruza-se perfeitamente a um imaginário geral difundido por fontes oficiais – como a Revista Geral de Trabalhos – e outras crônicas jornalísticas, algumas das quais temos a oportunidade de reproduzir no presente trabalho. Regina Alves da Silva sintetiza bem esse quadro: “O surgimento de uma imagem para a cidade de Belo Horizonte tem um discurso extremamente técnico e pretensamente fundador da república que se queria para o país. Os estudos quantificados de como deveria ser a cidade; uma pretensa zonização, em que a organização do espaço urbano seria dada por meio da divisão territorial das funções; e, finalmente, uma aparência de solidariedade social ao invés do conflito, são pontos dos relatórios da Comissão que planeja e constrói a cidade e que nos leva a pensar em qual República se queria” (Silva, 2003, p. 151-152).

céu azul, sereno e límpido, evitando-se os inconvenientes do pó, que desapareceu, e da lama que já não existia, dos raios do sol que não atravessavam ardentes as camadas ethereas, e da chuva que não veio mais (sic).

Como se vê, o autor parece evocar forças ocultas para dar a tudo um tom de harmonia incomum. Isso sempre em consonância com a alegria das pessoas (todas, indistintamente!), cujos corações mantinham vivas as ligações com a velha Curral. As pessoas e as coisas (tanto humanas quanto naturais) ganham na obra status de pares perfeitos em um processo que, embora intrinsecamente repleto de descontinuidades e, por isso mesmo, conflituoso, deixa-se parecer harmônico e de rara coerência. Um ponto da narrativa que à primeira vista poderia parecer desprezível ganha então importância central: trata-se da descrição sobre a situação do solo no dia das festividades de fundação: na letra do autor, como pudemos observar acima, não há mais pó e nem lama. Existe aí uma referência algo sublime e de um simbolismo intrigante: o pó, que se faz do *excesso* de secura, cessa ante a chuva que, por sua vez, não persiste e logo se dispersa em favor de um céu azul que traz o sol que seca a lama, fruto do *excesso* de água. Mas o próprio sol não é forte o bastante para gerar mais poeira, os seus raios “não atravessam ardentes as camadas etéreas”. Tudo fica na mais perfeita harmonia, nada de excessos, apenas equilíbrio.

Vários textos da época lembram o desconforto gerado pelo pó e pela lama a quem se arriscasse por aquelas terras de Belo Horizonte nos tempos de sua construção. O coletor Celso Werneck (*apud* Magalhães, 1989, p. 82) em suas reminiscências observava:

A impressão não podia ser boa (...) o pó era medonho! Triturado, vermelho, em alguns lugares se acumulava em camadas que atingiam mais de um palmo (...) tornando obrigatório o uso das meias-botas (...) que impermeáveis, também serviam para chuva.<sup>32</sup>

A lama e o pó poderiam muito bem ser desconsiderados por Dias, já que eram o maior estorvo de um lugar que se transformara em canteiro de obras. Mas Dias insiste em citá-los, negando-os a existência naquele momento, por uma oferenda da natureza. Aliás, ele os considera justamente para negá-los, ou antes, para mostrar como a natureza conspirou para que tudo corresse bem naquele dia tão especial.

Mas precisamos nos deter um tanto mais nessa questão da natureza e da cultura no arraial, porque, a despeito da maior importância dada aos fatores naturais, Dias, como vimos,

---

<sup>32</sup> WERNECK, Celso (s/d). *Reminiscências do Coletor Celso Werneck*. Belo Horizonte: Museu Abílio Barreto (mimeo), *apud* Magalhães, 1989, p. 82.

não desconsidera a cultura do povo curralense. Beatriz Magalhães, em estudo sobre a construção e o desenvolvimento de Belo Horizonte, observa que o grande desafio da comissão construtora era eliminar o caráter arcaico de Curral d’El Rei para dar vez à modernidade da nova capital. Isso, segundo as matrizes mesmas do pensamento da época, constante da formação politécnica de Aarão Reis, implicava numa verdadeira mudança de estágio na cadeia evolutiva preconizada por Comte. Como escreve Magalhães (1989, p. 142),

O projeto da Capital eliminou a idade média do lugar: o metafísico Curral d’El Rei, com sua igreja pastoreando o casario tortuoso, para retomar a sua infância, descontaminada do cultural, em seu primitivo estado fetichista – instintivo, voluntário, orgânico –, o natural, e, a partir dele, articular racionalmente a sua idade moderna, o estado positivo, científico, definitivo.

É tentador também estabelecer esse paralelo para a obra de Dias, mas olhares atentos podem revelar traços de uma complexidade ainda maior. Na tentativa de salvaguardar alguns elementos do antigo arraial, casando-os com os auspiciosos ventos de modernidade, Dias não desconsidera as pessoas, e, por conseguinte, os referenciais culturais da velha Curral. Assim, voltando ao capítulo VIII, “Índole e Trabalho”, flagramos o dia-a-dia de labor e alegria que orquestrava a vida da população curralense original (Dias, 1897, p. 29-30):

(...) de segunda-feira a sábado, as ruas estavam desertas e ermas (...) porque os homens estavam entregues às afanosas lidas da lavoura (...) Aos domingos, porém, era outro o aspecto do arraial, que, como por encanto, se transformava em uma verdadeira feira local – alegre e animado que era! (...) À noite, [o silêncio] era levemente interrompido pelos ternos e saudosos sons de uma flauta, e pelas notas poéticas d’algum violão, acompanhando modinhas, cantadas ao luar por algum filho da terra.

Esse cenário idílico, ordeiro e regular, não se sustenta ante as transformações impostas pela mudança da capital. A cidade dos sonhos de Reis e de outros “visionários” da modernidade e do progresso capitalista afasta esse tipo de cotidiano que respeita à lógica do trabalho na lavoura, do comércio de trocas e das cantorias “vadias” pelas ruas pequenas e acessíveis. O aconchego do lar e da família estendido ao espaço público de ruas tortuosas e estreitas conhecerá a sua negação na ação austera da comissão construtora.

Christian Topalov salienta que dentro de uma proposta de tornar a sociedade e a cidade *objetos da ação racional*, engenheiros e arquitetos promoveram, a partir de 1880, políticas urbanas *tipicamente modernas* (TOPALOV, 1996). Repetindo trecho das resoluções

de Aarão Reis citado por Abílio Barreto (1936, p. 241) nos relatórios que apresentava ao governo podemos confirmar essa observação:

às ruas fiz dar a largura de 20 m, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carris e os trabalhos de colocação e reparações das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35 m, suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto.

O engenheiro-chefe da comissão construtora falava deliberadamente em medidas que projetam a tríade da cidade moderna haussmanniana: embelezamento, infra-estrutura e racionalização do espaço urbano. Não ironicamente, porém, a cidade torna-se um reduto do espetáculo barroco, representado pelas praças e monumentos republicanos, pela arborização e pelas imponentes avenidas (MAGALHÃES, 1989). Nada receptivo à prática costumeira da antiga Curral. Algo a que vem em socorro Dias. Ao tratar das festas religiosas no velho arraial dos tempos áureos, o autor venera o cotidiano afortunado da população local, fazendo-o, acreditamos, numa perspectiva de elogio àquilo que não se deveria perder justo por ser o depositário de ricas raízes (1897, p. 52)

Quem acertasse de visitar Curral d’El-Rei em princípios do mez de agosto, certo que ficaria agradavelmente impressionado pelo tom festivo, afável e alegre de seus habitantes (...) Todos estao contentes, e preparam-se para receber e obsequiar ás comadres, aos compadres e aos parentes que virão assistir ás festas (...) Os alfaiates, os sapateiros, todos, enfim, estao alegres e satisfeitos, pela abundancia de encommendas de factos e calçados.

Não podemos deixar de observar que Dias é um clérigo – ficando patente em sua narrativa o ardor pela cultura católica –, o que o impele à tarefa de dar relevo àquilo que mais lhe contenta na tradição do arraial: a cultura religiosa. Daí considerarmos serem o catolicismo e as práticas e comportamentos ligados a ele o cerne da preocupação do nosso autor em salvaguardar traços da cultura local. Mas essa cultura, como dito, aparece coadunada com os referenciais da modernidade. A visão saudosista da população curralense haveria de misturar-se às novas perspectivas trazidas pela inteligência construtora e pela elite burocrática formando uma única vontade de ver amadurecer feliz e saudável o fruto de desejos comuns. Num momento em que já se observam tendências claras à secularização da vida urbana, Pe. Francisco Dias dá-se à tarefa de *adaptar* a tradicional cultura cristã católica à moderna cultura urbana que queria ganhar espaço. Eis aí mais uma vez o interesse e o esforço por dar aspecto harmônico às austeras transformações.

Ao perseguimos evidências que reforcem essa posição de Dias por ele mesmo, é interessante, por exemplo, observar o avesso de posições entre o autor, que tanto louva os trabalhos de Aarão Reis, e a comissão construtora acerca da matriz da Boa Viagem. Para a comissão a matriz tratava-se de prédio “sem elegancia nenhuma no exterior, acaçapada e tosca no systema de sua architettura, toda portugueza no pesado das proporções e incorrecções das linhas (...) monumento de mau gosto”.<sup>33</sup> Ao que Dias (1897, p. 39) assim responderia: “possui a freguezia uma sólida Matriz, que admira a todos os visitantes (...) podendo o mesmo competir com qualquer Matriz de muitas cidades populosas e adeantadas”. Adiante Dias (1897, p. 40) ainda observa:

Espíritos fracos, restos da idade media, dirá alguém; mas, espiritos fracos, respondemos nós, que gozavam de mais paz e felicidade do que os orgulhosos chamados espiritos fortes da idade moderna e da contemporanea, que, sem paz, sem crencas, sem rumo e sem guia, vivem no torvelinho das perplexidades e das incertezas, como leve palha levada pelo tufão.

No entanto, ao mesmo tempo em que acusa a imponderação de críticos austeros do antigo em favor do novo, Dias louva o progresso trazido pelos tempos republicanos. Em tom teleológico, ele fala de uma propensão do homem ao progresso, mas intercede em favor da manutenção de traços fundamentais do passado tradicional. É assim que todo um processo de transformações obedece a uma dialética peculiar, cuja síntese é a nova cidade moderna e civilizada que une os povos em torno da religião e da honestidade, devolvendo-lhes o acalanto dos tempos áureos, e eliminando a doença, na fonte inesgotável de natureza benevolente e agradável. Dessa maneira, o novo é bem vindo, porque (Dias, 1897, p. 34):

(...) Há sempre de acompanhar aos antigos habitantes do Curral d’El Rei, ou Bello Horizonte, eterna e saudosa lembrança de seu simples e modesto, mas pictoresco e poetico arraial, tão rapidamente methamorphoseado em primeira cidade do Estado.

Aliás essa noção de metamorfose é ponto nevrálgico do raciocínio de síntese harmônica que identificamos em Dias. Aquilo que metamorfoseia pressupõe permanência em alguma instância: há um processo latente de transformação, mas o essencial permanece. Assim, a nova capital não se faz à revelia do velho arraial, tampouco em detrimento dele, mas nele e a partir dele. A natureza e a tradicional cultura local somam-se perfeitamente aos

---

<sup>33</sup> *Comissão Constructora da Nova Capita – Revista Geral dos Trabalhos*, 1895, vol I. pp. 11-15.



elementos da modernidade, concorrendo todos para o casamento perfeito entre presente e passado.

A cidade, personagem central da trama, encarnaria, pois, esse perfil do equilíbrio e da conciliação, e a magia que provém de arrumações da natureza reproduz-se entre os homens. Os habitantes da cidade passam a ser todos movidos pelo mesmo intento e pela mesma satisfação. Ao transcorrerem-se as cerimônias de sagração das pedras fundamentais, como observa Dias (1897, p. 102),

(...) ao som do hymno nacional, (...) um exemplar da constituição federal, idem da estadual, jornaes do dia, moedas e outros objectos que alguns circundantes offereceram (...) foram collocados em linda caixa de veludo azul celeste pelo exm. Presidente do Estado, e nella fechados pelo exm. chefe da comissão. Metida essa caixa em outra de madeira tosca, foi tudo assim lançado na cavidade quadrangular da pedra [fundamental] para esse fim preparada e disposta. Rodada sobre esta, outra, que devia servir de tampo, foram ambas cosidas á argamassa e depois selladas em cruz com água benta por nós, como parocho da freguezia.

Essa passagem sugere que os sonhos e os objetivos de arquitetos, engenheiros e autoridades públicas misturavam-se sem o menor disparate aos de homens e mulheres dali e d'alhures. A cidade na letra de Dias tornara-se fruto de um projeto único, decorrência do desejo daqueles que a projetaram, mas também, e na mesma medida, daqueles que foram expulsos do centro do arraial e que serviram para levantar os prédios e abrir as avenidas.

Neste mesmo sentido Dias (Dias, 1897, p. 105-107, grifos nossos) encerra a sua obra afanando a metamorfose material que foi o processo de construção da nova capital, fazendo votos para que a mesma se desse no âmbito social e moral:

Belo Horizonte é hoje um contraste de velharias e novidades (...). Não diria mal quem [a] comparasse com o firmamento semeado de muitas estrelas, que vao se apagando e desaparecendo ante o brilho das de maior grandeza (...) nada é mais belo, mais poético e mais recreativo do que a observação atenciosa desta sublime metamorfose material. Praza aos céus que sublime, poética e bela seja também a metamorfose social e moral! (...) Quem pensaria (...) que o velho, pobre, humilde e decadente Curral d'El Rei havia de, em tao rápido voo, elevar-se à altura em que hoje o vemos (...) tendo diante de si um futuro tao risonho e brilhante.

Essas duas passagens do capítulo XXX, “Conclusão”, são ilustrativas de tudo que falamos até aqui. Dias mostra-se preocupado com o futuro cultural da cidade e a entende como um desdobramento da história de Curral, que sai triunfante da decadência, lançando-se na direção de novos tempos áureos.

Assim como o observamos para o Rio de Janeiro no estudo de Nicolau Sevcenko, também Belo Horizonte, ou antes, a sociedade belo-horizontina em formação haveria de se debater com os paradoxos da modernidade ali anunciada.

À obra de Dias emprestamos, portanto, o status mesmo de *projeto*. A partir de um discurso conciso e carregado de sentidos, versado *sobre e pela* nova cidade, o autor constrói uma retórica do passado do Curral d’el Rei para pensá-lo, ele próprio, como Belo Horizonte, capital (republicana) do estado de Minas Gerais. A matéria da obra tem dois pólos claros: de um lado, Curral, lugarejo fincado no cimento da tradição interiorana católica, de população rala, distante dos centros político e econômico da província (depois Estado) de Minas Gerais; de outro, uma *cidade-promessa*, ainda não concretizada, envolta a um discurso de modernidade. O trauma de Curral – destruído materialmente e negada ideologicamente como signo do atraso –, somado ao *vazio* da *semiconstruída* Belo Horizonte de 1897, constituem o caldo de contradições reais de que se faz a obra de Dias.

Textos da época apontam para o caráter lacunar da cidade de Belo Horizonte, em que os projetos de modernidade, necessariamente pautados no discurso da igualdade e da justiça social, próprios de um regime republicano e democrático, se debatem a todo o momento com vazios e sofrimento. Em 1927, por ocasião do aniversário de trinta anos da capital mineira, a coluna *Cidade dos Trinta Anos*, do jornal *Diário de Minas* publicava as seguintes reminiscências de um antigo morador da capital recém-inaugurada:

Em 1897 a coisa era bem diferente. Lembro-me perfeitamente da minha chegada o ingênuo ‘farwest’ de Curral d’El Rei. Eu vinha da corte pacífica de Ouro Preto, como os meus baús e a minha jovem esposa, envolvido na ‘poussée’ burocrática. Custei a me acostumar com a febre diurna das derrubadas e construções, e a zueira noturna das brigas entremeadas de furtos que o ‘sheriff’ major Lopes punia severamente. Eu vagava pelas ruas em ainda virgens de casas à procura de um café inencontrável, enquanto italianos suarentos se comprimiam à porta da farmácia do meu mestre Teófilo Lage, disputando limonadas purgantes que, quanto mais se fabricavam, mais se vendiam.<sup>34</sup>

Esse depoimento reproduz claramente a fala de um membro da elite burocrática ouro-pretana injuriada pela mudança (forçada) para a nova capital, daí compreendermos o seu esforço por deturpar a imagem do lugar. Mas é justamente esse tipo de discurso, muito diverso do de Dias, que vem confirmar o caráter diverso da própria cidade, e da realidade mesma do local, que não parece tão harmônica como colocada pelo reverendo.

<sup>34</sup> DIÁRIO DE MINAS, *Belo Horizonte*, 1927, 11 dez., p. 1, *apud* MAGALHÃES, 1989:82-84.

Monteiro Lobato (LOBATO *apud* JULIÃO, 1996, p. 62-63), em visita à cidade dos primeiros tempos certa vez escreveu: “Existe uma escassez de gente pelas ruas larguíssimas, a cidade semi-construída, quase que apenas desenhada a tijolo, no chão, um prédio aqui outro lá, tudo semi-feito – e a tudo envolver um pó finíssimo e finissimamente irritante (sic) (...)”. E, de modo a corroborar a observação de Lobato, o cronista João do Curral, no mesmo *Diário de Minas* lembrava o antigo apelido da promissora Belo Horizonte: *Poeirópolis*<sup>35</sup>

Ora, como deve ter ficado claro, não acreditamos absolutamente que a construção da nova capital tenha se dado sem amargura e sem conflito. A coexistência de entusiasmos e consternações constitui o característico intrínseco da sinuosa e ousada empreitada de Aarão Reis e seus técnicos. Mas a existência de textos como o de Dias, que tentam dar sentido às coisas obscurecendo essa complexidade, é sintomática. Lembre-se que a obra fora publicada primeiramente no periódico *Bello Horizonte*, na forma de folhetinescos. Dessa maneira a podemos considerar uma difusora de representações sobre a cidade que de uma maneira ou de outra circulou entre o público da época. Que leituras se fizeram dela e a que grupos ela interessava? Como essas representações, que forjam uma verdadeira *identidade* para a cidade, repercutem e mesmo refletem as ações dos cidadãos?

Uma grande preocupação de Chartier ao tratar da história cultural é com a estreita relação existente entre prática e representação. Citando Mauss, Chartier (1990, p. 17) salienta: “mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam atos”. Daí indagarmos centralmente sobre o lugar histórico de um discurso como o de Padre Francisco Martins Dias na constituição do espaço urbano e das relações de trabalho e poder.

Em seu estudo sobre a cultura das ruas do Rio de Janeiro, Mônica Velloso trabalha com cronistas e caricaturistas, tomando-os como olhares sensíveis e ao mesmo tempo participantes de seu tempo e de sua cidade. Como escreve a autora (Velloso, 2004, p. 17),

As representações [difundidas, senão muitas vezes até moldadas e construídas mesmo pelo trabalho dos cronistas e caricaturistas] não refiguram apenas o mundo social, mas o constituem enquanto tal [por isso] (...) A crônica constitui-se em fonte indispensável para a reflexão historiográfica.

Dias pode ser aproximado da imagem do cronista de Velloso na exata medida em que se constitui em sujeito histórico do processo de construção da cidade de Belo Horizonte,

---

<sup>35</sup> CURRAL, João do. “A propósito do aniversário da Capital”. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 13 dez. 1927, p. 1, *apud* MAGALHÃES, 1989:85.

preocupado com a construção de traços identitários que dessem uma história e um sentido para a nova cidade e para o seu povo. Como os cronistas fluminenses, Dias criou representações reveladoras de um período complexo e contraditório, mas cuidou, como insistimos mais de uma vez, para que as ambivalências se tornassem amálgamas leves do equilíbrio e da harmonia.

Não entendemos que esse nosso enfoque seja o mais importante para a análise do espaço urbano, e sabemos das nossas limitações quando optamos por privilegiar certos preceitos teóricos e metodológicos. É claro que damos aqui um tratamento cultural ao nosso objeto, e a própria trajetória desse estudo, somada à opção por determinados recortes na obra de Dias são a marca de nossa circunscrição. Bernard Lepetit lembra-nos que a cidade é um objeto complexo que, conforme a natureza intrincada das relações práticas e simbólicas que travam os seus habitantes, demanda necessariamente a interdisciplinaridade (LEPETIT, 2001). Dessa maneira esperamos que esse trabalho se justifique pelas outras questões que possa suscitar, e pelas outras possibilidades de análise e interpretação que possa permitir, dentro dos domínios da história e fora dele.

Toda essa exposição que fizemos até aqui sobre a fundação de Belo Horizonte remete àquilo que chamaremos *cultura urbana* em concordância com Cynthia Greive Veiga. Como assinalamos antes a idéia da autora é tomar o par Estado/Escola para pensá-los como elementos propulsores de um conjunto de grandezas simbólicas e concretas em que se fundamenta a cidade na concepção dos seus habitantes. O Estado, concretizado mais diretamente em relação ao indivíduo na própria cidade, encarnaria o papel de *sujeito-civilizador*, enquanto a Escola figuraria como *sujeito-educador*. Segundo a autora esse raciocínio pode sustentar-se em primeira mão se observamos o projeto de cidade presente nas atividades da inteligência construtora da capital. Aarão Reis, segundo Veiga, era um representante da síntese de duas vertentes do urbanismo da época: o progressista e o culturalista. Isso pressupõe uma configuração básica imposta pelo projeto à realidade urbana que se formava: a cidade dos proprietários (onde habita a meritocracia liberal e o cidadão pleno e livre) e a cidade espetáculo. Greive salienta que no processo de construção da capital mineira, os símbolos da civilidade presentes nas arrojadas estruturas arquitetônicas dos prédios do governo, mas também nos cafés e clubes recreativos, concorriam para a consolidação de novos hábitos e costumes ligados nevrálgicamente à idéia e à realidade urbana moderna (VEIGA, 2001).

Esse quadro ligava-se a outro mais geral que era o da formação de uma opinião pública que projetasse uma unidade nacional pautada no novo regime republicano, sendo

exatamente aí onde se insere o papel complementar da Escola, espaço priorizado de educação dos *sujeitos urbanos* (VEIGA, 2001).

Em Belo Horizonte esses signos da modernidade fazem-se presentes de maneira exemplar. Chamamos, porém, atenção para o fato de esses signos comporem um espaço não vazio de concepções prévias. Dizemos isso porque é mesmo tentador conceber a formação das cidades brasileiras da virada do século XIX para o XX como palco de um processo de secularização e consolidação do credo e da prática liberal-burguesa. Acreditamos que as transformações trazidas pelo capitalismo e pelo pensamento liberal, embora reflitam uma inserção dos países periféricos na lógica econômica internacional, não dão conta de nivelar as manifestações culturais de cada realidade histórica. Queremos dizer que as cidades brasileiras tiveram lógicas internas de formação e desenvolvimento de modo que não é possível inseri-las sem embargo numa lógica geral das cidades européias, as quais também apresentam peculiaridades entre si.

Entendemos, pois, que Belo Horizonte formou-se a partir de ações e representações próprias de seus habitantes. Na verdade a vemos como fruto de um embate entre as novas idéias trazidas pela modernidade e as tradições locais. A obra de Dias é exemplar neste aspecto como vimos. Belo Horizonte, tida como cidade-promessa ou lugar-pântano, insere-se nesse contexto de contradições envolta a um amplo rol de textos jornalísticos que versam sobre a cidade. Assim Belo Horizonte acabou sendo nos primeiros anos de sua trajetória assunto recorrente nos jornais da cidade. Dessa maneira vemos ser os jornais, como falamos acima, fontes importantes para o estudo da formação espacial e cultural da cidade. Segundo Castro (1997, p. 33), a imprensa em Belo Horizonte dos primeiros tempos assume um papel de múltiplo de “(...) potencialização das vozes, estreitamento de laços, criação de identidade e possibilidade de visibilidade pública aos interesses, aspirações e desejos de indivíduos e grupos que se radicam no espaço da nova cidade”. Nesta linha de raciocínio, os jornais podem nos dar a dimensão do cotidiano da cidade, na medida em que expressam a própria formação complexa de uma cidade que procura caracterizar-se, que se inventa. Nas crônicas estão presentes os elementos constituintes de certa cultura urbana que ao cabo configura a verdadeira alma da cidade.

No amplo processo de constituição do espaço urbano colocam-se vários elementos entre os quais um nos interessa em especial: a polícia, ou ainda o poder público ligado ao exercício e manutenção (senão construção mesmo) da ordem. Nesse sentido é válido lembrar os conceitos de produtores e consumidores do espaço cunhados por Marcel Roncayolo. Pensando a cidade do século XIX, o autor define arquitetos, engenheiros, médicos sanitaristas

e, talvez possamos aqui incluir, o corpo policial e a força pública de uma maneira geral, como verdadeiros produtores do espaço urbano. Segundo observa Sandra Pesavento, Roncayolo se refere a eles como os “profissionais da cidade”. De outro lado estariam os “consumidores do espaço”: setores populares e trabalhadores que a princípio não teriam nada a ver com os projetos de cidade dos produtores. À primeira vista esse conceito pode gerar certo mal estar ao pesquisador atento às dinâmicas da cidade moderna, aos seus conflitos mesmos, às diferentes perspectivas, à ação de grupos diversos e, enfim, à não-passividade dos setores populares e trabalhadores a que Roncayolo se refere como meros “consumidores do espaço”. Mas vistos de perto esses conceitos podem nos ajudar a pensar a trama urbana justamente porque na mente dos chamados produtores esse quadro parecia se perfazer perfeitamente: de um lado, os homens capazes de propor projetos de cidades limpas, higiênicas e civilizadas; e, de outro, os incapazes, homens e mulheres sem instrução e sem condições de compreender o que era a civilização. É por isso que vemos emergir tantos projetos educacionais formais e não formais – a escola se prepara para instruir a população; a ciência médica, através de iniciativas públicas, se empenha em publicar verdadeiros manuais de boa conduta e higiene pessoal e familiar; os guardas e vigias municipais cuidam dos valores ascéticos públicos e privados, bem como prezam pelos bons costumes; a polícia persegue e pune os desviantes dessa ordem.

Construções simbólicas e legais acerca do crime – tido como comportamento desviante dessa ordem à qual se queria dar um caráter de verdade insofismável – circulariam pelo espaço público da cidade em notas de jornais e boletins oficiais do governo. É em meio a esse processo intricado que se observam processos claros de aproximação simbólica e discursiva do comportamento ilícito com a condição sócio-econômica do indivíduo e seu local de habitação e circulação. Sendo assim lugares e práticas passam a ser condenados de maneira prévia suscitando medidas profiláticas por parte da polícia cuja ação se orienta deliberadamente para os bairros pobres da cidade. A Barroca e o Barreiro, como o Calafate e a Lagoinha, bairros operários da capital, inserem-se à lógica organizacional da cidade como verdadeiros lugares de enclave,<sup>36</sup> em cuja sorte estaria incrustada a idéia de desordem e

---

<sup>36</sup> Trabalhamos essa noção de enclave em consonância com os trabalhos de Sandra Pesavento (PESAVENTO, 2001). A autora trabalha com a idéia de que há por parte de uma parcela da população cidadina – aquela a que se atribui o estatuto de cidadão por reunir as características próprias de um modelo de civilização – um esforço por definir de maneira estigmatizante os lugares da desordem, onde residiriam os criminosos e desviantes sociais; aqueles, enfim, a quem não caberia o nobre conceito de cidadão. São lugares de alteridade, lugares dos *outros*, desclassificados do projeto de civilização das elites proprietárias (PESAVENTO, 2001).

baderna. A propósito desses bairros os jornais difundiam noções austeras de “focos de periculosidade”, no caso dos primeiros, e “zonas pecaminosas”, para o caso dos segundos.<sup>37</sup>

Mas as “acusações” (e reprovações) de práticas e comportamentos ilícitos e imorais – assim considerados pela sociedade cuja voz pode observar-se nos jornais – também têm por alvo lugares nobres da cidade. Como veremos nos capítulos subseqüentes, eram comuns os apelos morais à jogatina da Rua da Bahia (o jornal *Folha Pequena*, por exemplo, em uma de suas edições de 1904, faz insistente referência às “três roletas” presentes àquela rua, causando a “vergonha dos cidadãos de bem”, residentes ao centro nobre da cidade). Conquanto fosse solicitado, o Chefe de Polícia ainda parecia resistente a tomar uma medida mais drástica. O cine-teatro livre, também instalado à Rua da Bahia, uma casa de shows para homens de alto poder aquisitivo e status político, também está na mira da sociedade de bem, mas não necessariamente da polícia.<sup>38</sup> Isso expressa a complicada construção dos sentidos de poder e justiça, uma vez que se condena um tipo de prática social, mas aplica-se a punição apenas a certos grupos sociais mais propícios, mormente por causa de sua condição econômica e social. Voltaremos a esse ponto nos capítulos seguintes.

---

<sup>37</sup> Veja-se Hélio Gravatá em suas contribuições bibliográficas sobre Belo Horizonte, na REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Belo Horizonte, n. XXXIII, 1982.

<sup>38</sup> Dentre outros exemplos já citados, o jornal *Gazeta Pequena* articula uma coluna intitulada *Pela Cidade*. Nela eram publicadas notas gerais sobre a cidade, enfocando questões acerca das construções, inaugurações, pessoas ilustres, notas de reverência à capital, publicadas em outros jornais do Estado e do País. Nessas notas, fala-se de artistas estrangeiras de luxo que chegam à cidade (geralmente francesas) e que se apresentariam no cine-teatro livre. Menciona-se também as presenças ilustres, como a de políticos e outras personalidades. Abílio Barreto cita poetas e chargistas que se dirigiam ao cine-teatro como um tapete cor de neve, fazendo referência aos cabelos brancos do público masculino de alta classe social que lotava os *saloons* do prédio para ver os shows das lindas polacas que ali (em plena Rua da Bahia) se apresentavam (BERRETO, 1936).

## **CAPÍTULO 2: A NOVA CAPITAL EM VIAS DE DEFINIÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA ORDEM SOCIAL E ESPACIAL NOS PRIMEIROS TEMPOS**

No capítulo anterior analisamos o processo de construção da cidade de Belo Horizonte, passando por algumas questões que envolveram o aparecimento da idéia e da realidade de uma cidade moderna e planejada. Voltaremos agora ao ano de 1895 para acompanhar mais detidamente a formação de uma *lógica da ordenação urbana*, fundamentada na segregação sócio-espacial, na emergência de um ideal de moral pública e na consolidação de uma ética do trabalho ordeiro e regular, legatário em larga medida da própria circunstância histórica em que se dera a construção da nova cidade.

No período de edificação da estrutura urbana básica e dos principais prédios do governo, entre 1895 e 1897, é marcante em Belo Horizonte a presença de imigrantes, nomeadamente italianos, cujo desígnio era compor a mão-de-obra (relativamente qualificada) que ergueria no menor espaço possível de tempo a nova e vigorosa cidade. Neste particular – o da presença imigrante – Belo Horizonte, mesmo antes de ser inaugurada, já se debateria com a questão da ordem. O grande canteiro de obras, a despeito desse estado transitório entre o vilarejo que se esvaía e a pretensamente bela (e útil) cidade que ia ganhando conformação, já reclamava, pois, vigilância austera, especialmente imposta pela presença de homens e mulheres pobres cujo batente haveria de elevar a capital dos sonhos da elite mineira.

Para além da presença imigrante, ou melhor, circunscrevendo-a havia também a questão do trabalho e da infra-estrutura urbana. Cruzamos fontes primárias com questões desenvolvidas pela historiografia sobre Belo Horizonte a fim de levarmos em consideração os elementos constituintes das noções de cidade, ordem e moral, veiculadas à época. Tentaremos seguir os passos da própria cidade para percebê-la como uma realidade em desenvolvimento. Veremos que a *urbe* belo-horizontina foi desde os tempos de sua construção um lugar de vigilância, inserido no processo de modernização dos aparelhos policial e administrativo, em geral, e do espaço urbano, em particular, sendo, portanto, exemplar neste sentido. Diferente de outras cidades do Brasil que naquele mesmo período (final do século XIX e início do século XX) passavam por processos de *reformas urbanas*, a capital mineira fazia-se *originalmente* sob a cifra da modernidade e do progresso, pautada no ideal de urbanização e formação de uma ética do trabalho que em muitos aspectos ancora-se, como vimos no capítulo anterior, em



definições gerais e abstratas de povo mineiro como simples, trabalhador, ordeiro e moralizado.

Também a influência dos preceitos católicos, bem como a sua referência ao tratar família e trabalho como instituições determinantes da “boa índole” do povo mineiro é recorrente entre os periódicos da época. *O Operário*, por exemplo, jornal da classe trabalhadora subscreve-se como “Orgam da Confederação Catholica do Trabalho”, sempre salientando, mesmo em matérias contestatórias, aliás especialmente nelas, as qualidades do *bom trabalhador mineiro*. O jornal *Povo Mineiro*, também demonstrando tendências a veicular a cultura católica presente em artigos dessa monta e medida, pretende-se em perfeita consonância com o quarteto certa vez proferido por Afonso Pena: “Deus, Patria, Familia e Liberdade”. Veiculando artigo em que cita o pronunciamento do político minério, o semanário ressalta em sua edição inaugural: “(...) dahi [o autor se refere à combinação dos quatro elementos supracitados] nasce o nobre e justo apego deste povo [mineiro] aos sentimentos religiosos; dahi (...) decorre o respeito dos mineiros ás leis e ás autoridades (sic); dahi a sua belleza moral e a sua simplicidade de costumes” (...).<sup>39</sup>

A própria cidade de Belo Horizonte, vista enquanto *obra-dádiva* do governo mineiro, tinha o seu lugar no seio das mais fiéis manifestações de reverência por parte da imprensa política, comercial e noticiaria. Tudo ali reclamava perfeição. A cidade estava, por assim dizer, no centro das atenções do poder público do Estado de Minas Gerais desde as discussões sobre a transferência da capital. Era sem dúvida o maior empreendimento do governo, o seu mais célebre e ousado gesto político-administrativo. Dessa maneira são sempre recorrentes nos jornais da época, principalmente no primeiro decênio subsequente à inauguração oficial da cidade, matérias louvando as indumentárias e o esplendor de sua construção. No capítulo 1, vimos esse tipo de depoimento presente no artigo de Alfredo Riancho (famoso pseudônimo de Alfredo Camarate), técnico da Comissão Construtora, publicado no jornal *Minas Gerais* de Ouro Preto no ano de 1894. Louvava-se a cidade e apelava-se ao povo mineiro que fizesse jus à dádiva de seu governo. Em outra ocasião o mesmo Camarate escreveria:

(...) pelas duas estações de Estrada de Ferro, pelos planos da Igreja Matriz, do Palácio do Presidente, do Palácio da Administração e de muitos outros edificios planejados, se vê que o dr. Aarão Reis, ilustrado engenheiro como é, entendeu a ‘simplicidade’ na acepção em que esta palavra devia ser tomada e que vamos ter uma capital, se não ostentosa, pelo menos digna do Estado de Minas, do Brasil e do século XIX. Em tais condições, nenhum dos fatores que constituem uma grande cidade moderna pode ser esquecido,

<sup>39</sup> POVO MINEIRO, Belo Horizonte, 29 nov. 1914.

e teremos, além de praças grandes e elegantes, ruas extensas e largas, canalizações de todo o gênero, jardins, teatros, etc. (...).<sup>40</sup>

Essas matérias apontam para uma certa “cultura da reverência”, cultivada desde os primeiros tempos entre aqueles que estiveram de alguma forma envolvidos com a construção da capital. Padre Dias, como vimos, tem também contribuição marcante nesse contexto. Esse hábito parece ter arraigado no característico da cidade, sendo recorrente no meio jornalístico mesmo décadas após os três ou quatro anos entusiasmados que se seguiram à inauguração oficial. E não se tratava mais apenas de louvar a capital com palavras poéticas e relações intrincadas com o pensamento científico da época como se pode observar em Camarate, mas também de apresentar, em linguagem simples e direta, dados interessantes como o custo da cidade para o tesouro estadual. Em 1905 *A Gazeta*, periódico da capital, trazia ao público leitor, em coluna intitulada “A capital do Estado”, as seguintes cifras:

“a Capital do Estado de Minas Gerais é a bella e moderna cidade de Belo Horizonte (...) edificada com rapidez e audácia dignas do nobre e enérgico povo yankes, custou ao thesouro do Estado em réis... 33.073:000\$000 réis que em dollars (que ao cambio de 12 3/8) (...) correspondem a \$8.268.250 (dollars)”.<sup>41</sup>

O jornal Folha Pequena criou em 1904 uma coluna intitulada “Pela Cidade”, destinada a registrar: “(...) diariamente os acontecimentos mais notáveis da cidade. Será uma especialidade *compte-rendu* do movimento local, uma *summula commentada* de todo noticiário da Folha (...) colorir com as tintas vivazes de todos pormenores, as grandes e as pequenas notícias”.<sup>42</sup>

Parecia estar plantada na alma da cidade essa característica de sempre *relembrar* os dias gloriosos de sua construção, bem como os passos felizes que iam colorindo o seu cotidiano ordeiro e fiel ao som reverberante das máximas de João Pinheiro (“filha primogênita das realizações materiais da República”) e Afonso Pena (“Deus, Pátria, Família e Liberdade”). As matérias noticiadas na imprensa criavam ao mesmo tempo em que refletiam um imaginário reverente e entusiasta, que colocavam a cidade e “seu” povo, no pedestal das mais grandiosas e estimáveis grandezas da República brasileira e, por conseguinte, do Estado de Minas Gerais.

<sup>40</sup> MINAS GERAIS, Ouro Preto, 21 out. 1894, p. 2.

<sup>41</sup> A GAZETA, Belo Horizonte, 15 jan. 1905.

<sup>42</sup> FOLHA PEQUENA, Belo Horizonte, 23 ago. 1904.

## 2.1 Imagens em torno da ordem em uma cidade provisória: ordenamento espacial e vigilância policial

Depois das cerimônias das pedras fundamentais sobre as quais se edificariam os principais prédios do governo, conforme narrado por Padre Dias (veja-se Capítulo I), começariam propriamente as obras de construção da cidade. O antigo arraial escolhido para desaparecer em favor dos novos projetos, deixaria da noite para o dia o seu aspecto de lugarejo calmo e tranqüilo para se transformar em um agitado canteiro de obras. O cenário mudaria de fato drasticamente: ao silêncio dos dias lentos e interioranos sobreporiam os estrondos das marretas e dos gritos de ordem; as parcas ruas abertas em primeira mão para serem grandes e largas avenidas passaram a comportar uma nova rotina de homens calculistas e apressados, e a antes rala população curralense engrossaria tão logo na presença do imigrante.

Ainda no ano de 1894, quando ficara resolvido o local para onde rumaria a inteligência construtora da nova Cidade de Minas,<sup>43</sup> a comissão, na pessoa de seu ilustre engenheiro-chefe, Aarão Reis, encabeçara uma política deliberada de incentivo e financiamento da imigração, especialmente a italiana.<sup>44</sup> A idéia era compor rapidamente o quadro de operários da construção civil estatal, mãos e energia que ergueriam a nova e propícia cidade (DUTRA, 1979). É notável o contingente italiano presente nessas levas contíguas de imigrantes. Segundo Norma de Góes Monteiro, o número de imigrantes de proveniência italiana com entrada em Minas Gerais, entre 1894 e 1901, representa sempre mais de 70% em relação ao total de estrangeiros, dentre os quais figuram, com menos expressividade e nessa ordem de grandeza, portugueses, espanhóis, franceses, alemães e outros europeus, como também asiáticos, principalmente japoneses (MONTEIRO, 1974).

Em Belo Horizonte esses índices parecem repetir-se devido à referida política de incentivo e patrocínio estatal à imigração italiana. Segundo Berenice Guimarães (1991, p. 68)

---

<sup>43</sup> Belo Horizonte teve esse nome – Cidade de Minas – de 12 de dezembro de 1897, quando foi inaugurada oficialmente, até 1901, quando a Lei estadual nº. 302, de 1º de junho, fez retornar à nomenclatura original.

<sup>44</sup> Cumpre lembrar que a política de incentivo à imigração para a construção de Belo Horizonte circunscreve-se a uma política oficial de incentivo à imigração em todo o estado de Minas Gerais, o que, por sua vez não deixava de acompanhar uma tendência nacional. Como nota Berenice Guimarães, “de acordo com os planos do Estado [Minas Gerais] e como uma de suas metas, desde 1892 (Lei nº. 32, de 18/07/1892), o governo começou a estimular, mediante a concessão de diversos favores, a imigração da mão-de-obra estrangeira. Esta destinava-se à formação de Núcleos Agrícolas no interior do Estado e em Belo Horizonte, e também a auxiliar na construção da nova Capital, cuja arquitetura rebuscada dos prédios exigia mão-de-obra qualificada” (Guimarães, 1991, p. 67).

Em 1894, chegou a Minas a primeira leva de 292 italianos, sendo parte deles alojada na Fazenda do Barreiro, em Belo Horizonte, desapropriada para tornar-se Núcleo Agrícola. Em 1897, já existiam 31 famílias morando no local, perfazendo um total de 185 pessoas, das quais 56,8% (105) eram estrangeiros, italianos principalmente.

A formação dos núcleos agrícolas remonta ao projeto do governo de criar áreas de produção primária para abastecimento da nova capital, ao que somara, conforme salienta Berenice Guimarães, a questão do povoamento da nova cidade, chegando assim a se transformarem as zonas agrícolas em bairros da zona suburbana. Nesse sentido, bairros como Carlos Prates, destinado a núcleos de povoamento agrícola, chegou a adquirir originalmente feições de um bairro suburbano. Além do Carlos Prates, outros núcleos vieram compor a zona suburbana da nova cidade, entre os quais se destacam: Lagoinha, Horto e Santa Efigênia (Guimarães, 1991, p. 68).<sup>45</sup>

Importa observar que os núcleos agrícolas, embora não tenham sido de todo preparados para receber os imigrantes, apresentavam minimamente condições de estabelecimento, talvez por tratar-se de sítios, onde o desenvolvimento do local dependia da atividade do próprio colono, cabendo ao governo apenas ceder as terras. Segundo Mirtes Esteves (2003, p. 59),

Estando situados muito próximos da zona urbana, os núcleos se consolidaram como o local mais favorável ao assentamento dos agricultores e operários, mesmo depois que deixaram de funcionar como tais e se incorporaram ao espaço urbano da cidade em expansão. Ali, imigrantes, operários, agricultores e a maioria daqueles que não tinham maiores recursos financeiros puderam adquirir seu lote e construir sua morada, enquanto a área urbana, possuindo melhor infra-estrutura e prevista por Aarão Reis como a primeira a ser ocupada, permaneceu semi-vazia por muitas décadas.

O contrário, porém, pôde-se observar nas áreas para onde rumaram as massas trabalhadoras imigrantes. O ideal da Comissão Construtora não foi promover o povoamento do novo espaço urbano, dado o perfil do próprio processo de imigração. Em primeiro lugar, desejava-se que viessem apenas solteiros, já que famílias inteiras demandariam ordenações no espaço que não estavam na ordem do dia dos engenheiros construtores. Em segundo lugar, a

---

<sup>45</sup> Criou-se em Belo Horizonte, entre 1896 e 1899, cinco Núcleos Agrícolas: Carlos Prates, Américo Werneck (inicialmente denominado Córrego da Mata), Bias Fortes, Afonso Pena e Adalberto Ferraz. Segundo Guimarães, “em 1900, havia uma população de 1137 pessoas vivendo nos Núcleos” (Guimarães, 1991, p. 68).

Hospedaria do Imigrante, erguida pela comissão construtora, fora criada com o mero propósito de receber os estrangeiros, recrutando-os ao trabalho imediatamente.<sup>46</sup>

Com efeito, não havia um plano de recepção do imigrante como colono, isto é, como povoador de um espaço em construção. Embora fosse assim chamado – colono –, o imigrante pobre apenas viria preencher um vazio, o da falta de mão-de-obra imediata. Aliás, a sua presença não era bem-vinda enquanto pessoa, sobretudo quando vinha com mulher e filhos, o que, aliás, ocorreu com alguma frequência, apesar da sempre enérgica ação em contrário por parte da comissão construtora.<sup>47</sup> Segundo Luciana Andrade (1987, p. 4).<sup>48</sup>, sendo, pois, insuficientes as medidas de contenção da imigração familiar, “a alternativa foi a ocupação da zona suburbana, onde surgiram os bairros Favela e Leitão”

Estaria, assim, resolvido o problema da habitação dos imigrantes, ou melhor, o problema da sua mera acomodação, já que no esteio desse “problema solucionado” outros tantos viriam. O povoamento nas áreas suburbanas se deu de maneira eminentemente desorganizada e inoperante. Desta forma, à cidade nobre e opulenta, onde não há habitação modesta, só palácios e palacetes, retratada por Arthur Azevedo (1982), justapunham-se os bairros operários, improvisados, repletos de cafuas e barracões, tavernas, bares e botequins.

A historiografia sobre Belo Horizonte no período por nós enfocado concorda que a planta de Aarão Reis, exemplarmente excludente, permite ver uma situação deliberada de segregação (original) do espaço, havendo, segundo Guimarães (1991, p. 68) uma:

(...) preocupação prioritária com o staff burocrático do aparato do Estado e [uma secundária] com os que a ele serviam. No caso dos trabalhadores rurais, encarregados do plantio do cinturão verde que abastecia a cidade, foi previsto o alojamento das famílias nos Núcleos Agrícolas, o mesmo, entretanto, não acontecendo com os trabalhadores urbanos encarregados de construir a cidade.

<sup>46</sup> A Hospedaria do Imigrante foi construída pela própria comissão, em 1896, inserindo-se como um dos elementos componentes da logística de acomodação e recrutamento. Segundo Abílio Barreto, trata-se de “(...) um grande edifício de madeira, sobre pilares de tijolos e cobertura de zinco, com as necessárias condições higiênicas e acomodações separadas para solteiros e famílias, podendo acomodar cerca de 200 pessoas” (Barreto, 1936, p. 395).

<sup>47</sup> Sobre o perfil dos imigrantes chegados no que toca presença ou não de família, veja-se BARRETO, 1936 e GUIMARÃES, 1991:69.

<sup>48</sup> Segundo Abílio Barreto, Córrego do Leitão “(...) ficava aquém da velha fazenda do Leitão, na margem esquerda do córrego desse nome e se espraiava pela colina fronteira [Barro Preto]. A *Favela* ocupava toda a colina que vai da atual Avenida do Contorno, em frente às estações da Central e da Oeste [também chamado Alto da Estação, em Santa Tereza]” (BARRETO, 1936:350). Como se vê, na verdade Favela e Leitão não representam áreas suburbanas se tomadas em relação à planta matriz de Aarão Reis. A propósito, essas duas localidades, circunscritas à área urbana e, portanto, central da cidade, sofrerão austera intervenção do poder público municipal, como veremos à frente.

A Hospedaria do Imigrante, citada acima, era o único reduto de recebimento dos imigrantes em primeira instância. Ao contrário da descrição de Abílio Barreto (veja-se nota 4 deste capítulo), Guimarães afirma tratar-se a Hospedaria do Imigrante de um barracão de madeira, construção parca e provisória (o prédio oficial viria a ser inaugurado nada menos que 30 anos depois do início da construção da cidade, em 1925!), absolutamente insuficiente para abrigar o contingente sempre numeroso de imigrantes chegados ao canteiro de obras da nova capital. Mormente acompanhados de suas famílias, os imigrantes iam abarrotando a cada dia o modesto prédio destinado à sua acomodação prévia. Os saídos dali, e os que nem chegavam a usar as instalações da hospedaria, iam procurar abrigar-se em cafuas e barracos nas áreas adjacentes ao seu local de trabalho.

Esse quadro impôs à própria Comissão Construtora duas providências inusitadas: primeiramente, abriu-se mão da lei que proibia a construção de prédios provisórios absterdos das mínimas condições de se sustentar; depois, a mesma Comissão passa a construir essas “(...) pequenas casas de pau a pique, cobertas de zinco, com accommodations para familias e solteiros, as quaes se acham todas alugadas por modica mensalidade” (BARRETO, 1936:396 *apud* GUIMARÃES, 1991:69).

É assim que 1111 licenças são concedidas pela Comissão Construtora à iniciativa privada de Belo Horizonte, entre janeiro de 1896 e maio de 1897, para construção de cafuas e barracos provisórios, “(...) destinados à residência de famílias, hotéis, restaurantes e casa de pensão” (BARRETO, 1936:571).<sup>49</sup>

A realidade que se configura em Belo Horizonte nesses anos de sua construção é, pois, a da segregação sócio-espacial. A Comissão Construtora, na pessoa de seu engenheiro-chefe, antes Aarão Reis (1894-1895) e depois Francisco Bicalho (1895-1897), deliberava com autoridade plena sobre a conformação espacial da cidade que se edificava. Lembre-se que nessa época houve estatização em massa de setores e reservas naturais no perímetro de Belo Horizonte, assim a gestão do espaço naqueles anos estava nas mãos da inteligência construtora que pode ser entendida como uma extensão dos anseios das elites proprietárias que rumavam para a nova cidade. A comissão teve, então, o duplo ensejo de, a um só tempo, cuidar para que população trabalhadora estivesse minimamente acomodada para dar, assim, continuidade às obras, e distribuir favores e privilégios entre os grupos dominantes. Como lembra Guimarães,

---

<sup>49</sup> Compre lembrar que esse plano de “(...) concessão de incentivos a Companhias e particulares que se interessassem em construir casas para operários e população mais pobre não surtiu os efeitos desejados. O desrespeito das empresas aos acordos estabelecidos levou o governo a retomar os terrenos em janeiro de 1928” (GUIMARÃES, 1991:155).

os privilégios concedidos aos proprietários de casa em Ouro Preto foi a forma encontrada pelo governo para vencer a resistência dos antimudancistas – burocratas, proprietários de imóveis e comerciantes da antiga capital – ao mesmo tempo em que incentivava sua vinda para Belo Horizonte (...) atingindo objetivos de não só de natureza política mas, também, prática: a transferência do comércio e dos negócios de Ouro Preto para a nova Capital (GUMARÃES, 1991, p. 70-71).

Segundo Faria e Grossi,

O caráter segregativo facilmente perceptível na planta da cidade e a retenção de lotes nas mãos de uns poucos proprietários, entre eles o próprio Estado, evidenciam o interesse das classes hegemônicas em se utilizarem da estrutura urbana como um dos instrumentos de dominação (FARIA e GROSSI, 1982, p. 176).

De certa forma toda essa conformação espacial parece inserir-se à realidade brasileira da época, já que, em uma sociedade recém-saída de uma ordem escravocrata e rural, não poderia mesmo haver uma tradição nem de se construir ou reformar cidades, nem tampouco de se planejar moradias para trabalhadores. Também a formação positivista de Aarão Reis e sua equipe – o que poderia pressupor a inserção do trabalhador à sociedade nos moldes do pensamento comtiano, isto é, por via da ação de mentes ilustradas capazes de gerir e governar uma sociedade – não aparece como reforçador de uma política de construção civil para operários, visto que esse pressuposto está ligado ao planejamento de metrópoles industriais, o que não parece figurar de maneira central nos planos do engenheiro-chefe da Comissão: em Belo Horizonte parece ter-se voltado muito mais para a construção de um centro administrativo do que para o desenvolvimento de um centro industrial.

A segregação espacial refletia e anunciava a um só tempo o começo de um longo processo de segregação cultural. A cidade da ordem<sup>50</sup> não poupará esforços para construir

---

<sup>50</sup> Chamamos *cidade da ordem* àquela parcela das elites proprietárias que habitavam a área central da cidade, área considerada na planta de Aarão Reis como urbana. Partimos do pressuposto de que esses grupos proprietários são os principais difusores e depositários do discurso da cidade modelo, limpa e organizada, pronta para progredir e prosperar. A esses grupos interessava a cidade bem ordenada, em que a segregação espacial – o que implica em concentração de recursos para infra-estrutura e beneficiamentos em geral para a zona urbana – fosse o pressuposto do desenvolvimento industrial (Segundo Faria e Grossi (1982), as elites que ocuparam as zonas centrais da cidade de Belo Horizonte, conquanto representem centralmente os interesses cafeeiros da Mata e Sul do estado, apresentam-se já como precursores, senão da prática industrial ao menos da concordância sobre a necessidade de se organizar o mundo do trabalho na capital, a fim de promover a industrialização). A esses grupos interessava, pois, levar a cabo as resoluções legais presentes na Constituição (republicana) de 1891. Nesse contexto insere-se o Código Penal de 1890, marcadamente destinado a crimes no espaço urbano, e reiteradamente preocupado com o *espaço público*. Às elites proprietárias de Belo Horizonte interessava, conforme acreditamos, a conformação de um espaço citadino que fosse a um só tempo o lócus e o pressuposto do exercício de sua dominação.

fronteiras, tanto geográficas, isto é, concretas, lembre-se do limes real representado pela Avenida do Contorno, como também simbólicas para afastar das áreas centrais elementos indesejáveis. Caminhava-se, pois, para a constituição de duas faces organizadoras de uma mesma realidade: um ambiente concreto de contradições e diferenças sociais e um aparato simbólico de criação do indesejado, algo que estabelece o alvo da ação policial.

A presença de novos atores históricos e a própria natureza e envergadura do empreendimento – i.e., a construção de uma nova capital – impunham uma preocupação com relação à ordem no espaço. É nesse contexto que entra em cena a figura do capitão Antônio Lopes de Oliveira. Delegado da comarca de Sabará, o capitão da força pública estadual terá estendida a sua autoridade para Belo Horizonte, sendo elevado ao cargo de subdelegado, em 1895, nele permanecendo até o final de 1897, quando da inauguração oficial da nova capital.

A presença dessa nova figura em Belo Horizonte guarda relações diretas com o crescimento populacional.

**TABELA 1**

**População e taxa de crescimento em Belo Horizonte (1890/1920)**

Ano	População	Taxa de crescimento anual
1890	600	
1893	2.650	64,1%
1897	12.000	45,9%
1900	13.472	3,9%
1905	17.615	5,5%
1910	33.254	13,5%
1912	38.822	8,1%
1920	55.563	4,6%

Fonte: ESTEVES, 2003, p. 62.

(Barreto, 1950, p.61 e 274; PLAMBEL,1979, p.70; IBGE,1938, p.128).

De fato o crescimento foi vertiginoso nos anos de construção da cidade e com frequência esse inchaço populacional suscitou olhares alarmados à questão da desordem. Associava-se o crescimento populacional à proliferação de focos de conflito e periculosidade. Segundo Abílio Barreto o número de operários em Belo Horizonte aumentaria de maneira



acentuada no ano de 1896, perfazendo assim um quadro de gentes diversas, “(...) de todas as nacionalidades (...) aventureiros, desclassificados e malfeitores de toda espécie” (BARRETO, 1936:352). Esse tipo de preocupação era manifestado pelos jornais da época, mas também pelo próprio Aarão Reis, que no ofício de número 462, de 12 de novembro de 1894, endereçado aos chefes de Divisões, registrava o seguinte:

Certo de que V. S. bem comprehende quanto é delicada e cheia de dificuldades a minha posição á frente dos trabalhos desta Comissão, que são executados em uma localidade afastada de prompta acção das auctoridades do Estado, e onde só posso manter a ordem e a disciplina entre numerozo pessoal recrutado das camadas mais infimas da sociedade, dando á autoridade policial local a força moral e todo o prestigio de que carecer para suprir a deficiencia de seus meios de acção material, - dou por muito recommendado a V. S. que envide, com o maximo cuidado, os mais incessantes esforços para que todos os auxiliares de V. S. se compenetrem da necessidade que temos todos, no proprio interesse de nossas familias, de prestigiar, por todos os modos e em todas as circunstancias, a auctoridade policial, de modo a que possa ella agir com resultado em qualquer emergencia difficil e imprevista que, quando menos esperemos, surja aqui”. A ordem e a disciplina garantem-se melhor pelo exemplo dos que estão em posição de comprehender melhor as conveniencias sociaes do que mesmo pela força material.<sup>51</sup>

Além de registrar o perigo iminente suscitado pela presença de contingentes populacionais que vinham servir de mão-de-obra ao edificio da cidade, Reis parece ocupar-se em difundir um “senso de ordem” entre os cidadãos que se julguem homens de família, e que, por isso, tenham interesse direto na manutenção da ordem e da segurança públicas através da disciplina. Daí dizer-se que a ordem e a disciplina garantem-se melhor se compreendidas e, digamos, praticada por aqueles que têm consciência das “conveniências sociais”.

Esse raciocínio do engenheiro-chefe da Comissão Construtora ilustra bem aquilo que chamamos cidade da ordem (ver nota 4). Apela-se sempre para a causa da cidade, isto é, convoca-se os cidadãos a interiorizarem a cidade de maneira completa, encarnando suas dores de crescimento, seus problemas, suas demandas. Agir em prol da cidade, ou antes, do futuro dela, nesse tipo de discurso pode ser interpretado como uma forma de circunscrever os passos do cidadão aos passos da cidade, submetendo, assim, a sorte dos habitantes à fortuna mesma da nova capital.

---

<sup>51</sup> Citado por BARRETO, 1936:349.

É importante notar que o “problema” do aumento populacional <sup>52</sup> aparece associado à presença de homens e mulheres de comportamento imprevisível, sem raízes com o local, o que contrasta com a trajetória pretendida pelos habitantes da cidade oficial, da cidade da ordem, a quem competiria imediatamente ação enérgica na direção da contenção e possível eliminação das novas mazelas urbanas. *O Contemporâneo*, periódico de Ouro Preto, em 23 de dezembro de 1894, ao noticiar a agressão por parte de alguns operários da construção civil ao senhor Carlos Poma, empreiteiro responsável pela construção do Palácio Presidencial, dizia que os agressores, presos em flagrante pelo Capitão Lopes, faziam parte da população recém-chegada ao arraial, “(...) numeroso pessoal, em grande parte alheio ao sentimento do dever”.<sup>53</sup>

Todo esse senso de responsabilidade para com o bom amadurecimento da nova cidade também enuncia traços profundos de segregação: caberia a alguns, os homens de bem e de família – representados nos primeiros anos (1894-1897) pelos membros da comissão construtora –, sempre adstritos à área central da cidade, o bom senso e a qualidade de receptáculos do “sentimento do dever”. Aos demais, a massa trabalhadora, restaria o estatuto potencial de turbulento e desordeiro. Essa dicotomia – ordem/desordem – personifica na figura do capitão Lopes uma síntese de equilíbrio, urgindo centralmente o dever de cuidar da cidade para que a ordem perdurasse ante a desordem iminente.

Descreve-se a figura do Capitão Lopes como sujeito ponderado, de temperamento previsível. Apesar de seu diminuto destacamento de praças, o Capitão Lopes soubera com “(...) coragem, serenidade, criterio e energia (...) ter acção prompta, segura, justa e decisiva para cada caso surgido [de modo que] nunca foi a ordem alli [Belo Horizonte] sériamente alterada, e havia muita sociabilidade entre as famílias, que trocavam visitas e partilhavam de festas íntimas, passeiando (sic), sem receio á noite”.<sup>54</sup>

Essa é a imagem que passou pelos jornais da época. O capitão Lopes, recebido com entusiasmo e cortesia no seio das “boas famílias”, inspirava a ordem na sua forma mais bem

---

<sup>52</sup> Padre Dias registra um aumento de cerca de 130% na população de Belo Horizonte em pouco mais de um ano e meio: de 2600 habitantes em março de 1894, o arraial passa a 6000 em dezembro de 1896. Não temos dados exatos sobre a percentagem de operários que compunham essas 3400 pessoas acrescentadas à população original, mas considerando a política de incentivo à imigração e observando dados levantados por Berenice Guimarães – que registra picos exponenciais de aumento populacional entre 1893 e 1897, chegando a 12000 pessoas, ente as quais 7000 eram trabalhadores, em cuja maior parte estavam estrangeiros, sobretudo italianos pobres (GUIMARÃES, 1991:68) –, e acrescentando-se ainda a análise de Michel Le Ven para o período de 1893-1914 – em que se tem no quadro de trabalhadores da capital a participação de 52,31% em atividades dos setores primário e secundário, o que sugere operários (urbanos) e sitiantes pobres (rurais) –, podemos conjecturar que nos tempos do capitão Lopes, isto é, entre 1895 e 1897, a população belo-horizontina crescera em função dos contingentes populacionais pobres (LE VEN, 1977). Abílio Barreto, sem fazer referência à fonte consultada, afirma que Belo Horizonte tinha no ano de 1896 cerca de 5000 operários (veja-se BARRETO, 1936:352).

<sup>53</sup> Citado por BARRETO, 1936:350.

<sup>54</sup> BARRETO, 1936:350.

acabada. Como falamos no capítulo anterior a imagem da família, associada à docilidade e ao senso de ordem dos mineiros sob égide da religião – recorde-se aí o quarteto de Afonso Pena, “Deus, Pátria, Família e Liberdade” – passou pela história da cultura mineira como eixo central da idéia de uma “sociedade de bem”. Aos tempos do Capitão Lopes essas representações a propósito da ordem e da moral cidadinas concorrerem para o balizamento de uma postura discriminatória calcada em um raciocínio de negação do diferente: o homem ou a mulher de bem reúnem predicativos afins com a ordem, entre os quais se destaca o pertencimento a uma família devidamente acolhida pelos os pares da cidade; já o homem perigoso, sem posses e sem família, só poderia reunir atributos de desordem e periculosidade.<sup>55</sup>

Desta maneira, e nesse contexto, o capitão Lopes ia se tornando um referencial fronteiro entre a cidade da ordem e a da desordem, amado por alguns e temido por outros. Comparado por Abílio Barreto ao Javert de Hugo,<sup>56</sup> dado o seu rigor no combate ao delito, o sobranceiro capitão, depois elevado à patente de major, agia com “(...) sabedoria, critério e firmeza inflexível dentro do âmbito das suas atribuições e, assim, conseguiu, desde o principio, popularizar-se, fazendo-se estimado pela melhor sociedade e temido pela gente mal procedida” (BARRETO, 1936, p. 350).

O periódico *A Capital* de Belo Horizonte publicava em 1897 uma crônica intitulada “Honra ao mérito”, veiculada por ocasião da saída do Capitão Lopes do cargo de subdelegado do distrito de Belo Horizonte:

Amável e delicado com todas as pessoas de bem, (...) [conquistou o Capitão Lopes] geral simpatia. Ai da ordem publica na barafunda desse cosmopolitismo individual em Belo Horizonte, si não fosse o tino, prudência, e a justiça do Capitão Lopes, sempre cercado do merecido apoio!

<sup>55</sup> É importante considerar o tratamento que damos aqui a esse termo *família*, tal qual ele aparece recorrentemente nos documentos por nós analisados. Trata-se, segundo nossa interpretação, de uma família específica, a família mineira católica. Não significa, portanto, família como “Comunidade constituída por um homem e uma mulher, unidos por laço matrimonial, e pelos filhos nascidos dessa união; Unidade espiritual constituída pelas gerações descendentes de um mesmo tronco, e fundada, pois, na consangüinidade; Grupo formado por indivíduos que são ou se consideram consangüíneos uns dos outros, ou por descendentes dum tronco ancestral comum e estranhos admitidos por adoção” (Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, Século XXI, 2002). A Família, a que se referem os cronistas da época e o próprio Afonso Pena, em artigo citado, representaria uma instituição, um referencial identitário que define pessoas de bem e pessoas de mal. Assim, embora acompanhados de esposa e filhos, e, portanto, *com* família no sentido antropológico, os imigrantes e migrantes nacionais chegados ao arraial para inserirem-se no trabalho de construção da nova capital não podiam ser considerado membros da “família mineira”, justamente por não reunirem elementos fundamentais, como a posse, a procedência, o nome. Essa consideração nós a fazemos com parcimônia porque não compõe o eixo central do nosso trabalho tentar uma análise mais aprofundada sobre a constituição social dessas famílias, de sorte que assinalamos a possibilidade e a necessidade de um estudo mais preciso e atento a conceitos da antropologia para essas famílias e o seu lugar no processo de formação das representações sobre a família mineira e a mineiridade delas.

<sup>56</sup> Javert, personagem do romance “Os Miseráveis” (1862) de Vitor Hugo, era um policial implacável que agia astuto e inclemente na captura dos “fora-da-lei”.

(...) Terror dos velhacos, vagabundos e desordeiros, ele é um temível Menelik em Belo Horizonte.<sup>57</sup>

Parece, pois, formar-se uma idéia em torno da legitimação da segregação e da exclusão sociais a partir da “necessidade” de manutenção da ordem pública. Mas em situações não diretamente relacionadas à periculosidade do crime, e, portanto, fora propriamente do âmbito da ação policial, também se pode observar esse discurso segregacionista. Com efeito, são também nas entrelinhas que “lemos” a legitimação desse quadro. Num anúncio aparentemente neutro sobre a estada na cidade de uma tourada da empresa *Rodero*, o jornal *Folha Pequena*, assim escreve: “A empreza Rodero dará amanhã o seu segundo espectáculo (...) Ficaram promptos os camarotes especiaes destinados as exmas. famílias e independentes das archibancadas [sic]”.<sup>58</sup>

Essa matéria fora publicada no ano de 1904, o que acena para uma situação em que as questões centrais respeitantes à formação do espaço público nos tempos do Capitão Lopes perduraram na cena urbana de Belo Horizonte nos anos posteriores. Teremos oportunidade de voltarmos a essas questões no decorrer deste trabalho. Por hora é importante que voltemos à questão a partir da qual iniciamos esse capítulo. Trata-se das espacialidades em conformação nos primeiros anos da cidade de Belo Horizonte.

Como observamos acima, Favela e Córrego do Leitão foram os dois núcleos populacionais ocupados originalmente pelos imigrantes e outros trabalhadores pobres. Tidos como lugares de enclave, focos de periculosidade, bairros turbulentos, “(...) aglomerações humanas consideradas a Suburra da futura cidade”, esses dois bairros estiveram desde o princípio na mira do Capitão Lopes e suas praças. A vigilância e a violência estavam, pois, reservadas aos “brigões do populacho”, aos taverneiros, às mulheres da vida, aos *não*-família, aos vadios enfim. Sempre com “(...) rijeza para como os refratários aos imperativos legais e aos bons costumes, jamais praticando a menor violência com a gente ordeira e morigerada” (BARRETO, 1936, p. 351), o Capitão Lopes, tinha na sua nobreza o reflexo de uma sociedade que elegia o alvo de sua perseguição e punição.

Favela e Leitão eram, pois, lugares “(...) onde fomentavam todos os maos instinctos das camadas mais ínfimas da sociedade, [onde] as desordens eram frequentes” (BARRETO, 1936:351). Essa imagem de lugar condenado, emprestada aos bairros pobres pelos homens de bem, fundamenta-se no fato de ser o trabalhador despossuído materialmente, tendo apenas a sua força de trabalho para oferecer à sociedade belo-horizontina.

<sup>57</sup> *A Capital*, Belo Horizonte, 11 ago., 1897.

<sup>58</sup> *Folha Pequena*, Belo Horizonte, 27 ago. 1904, grifos nossos.

Agrava-se essa situação, mas não a determina, a presença massiva do elemento imigrante na composição da classe operária dos anos de construção da nova cidade. Como vemos, o imigrante reunia caracteres nocivos e avessos à boa imagem da cidade: desprovidos ou desacompanhados de família, instáveis no domicílio, moradores de bairros provisórios e improvisados, em contraste inadmissível com a cidade racional de traços retos e precisos, “aventureiros”, sem compromisso com a ordem na cidade, sem raízes, desprovido do “sentimento de dever” para com a nova e nobre cidade que emergia.

E era assim que elle [Capitão Lopes], á noite, enquanto a população ordeira dormia tranquilamente, percorria as tascas, dando ordens, reprehendendo, mandando fechar portas, sempre respeitado e temido, dando margem a que os contrutores da cidade pudessem trabalhar despreocupados em relação ao delicado problema da ordem publica (BARRETO, 1936, p. 352)

O jogo, contravenção que se tornará muito comum na cidade de Belo Horizonte por todo o nosso período (1895-1930), faz-se especialmente premente já nos anos em que esteve à frente da chefia de polícia de Belo Horizonte o capitão Lopes. Em março de 1896 a subdelegacia de polícia de Belo Horizonte, através de seu escrivão, Francisco Ovidio de Souza Lopes, publicava o seguinte edital: “O capitão Antonio Lopes de Oliveira, subdelegado de policia do districto de Belo Horizonte – a todos quantos o presente edital virem ou d'elle noticia tiverem – faz saber que a são absolutamente prohibidos jogos de qualquer especie, e reunioes que possam alterar o socego publico; e que procederá com toda energia contra os infractores, de accordo com as leis vigentes”.<sup>59</sup>

A gatunagem – especialmente o roubo de galinhas – também figura como preocupação prévia para os trabalhos da polícia nos tempos de Lopes, a ponto de se transformar em versos de um poeta popular, depois transformados em modinha cantada pela garotada do local:

Em guarda, olá da Policia!  
 Ás armas, ó Capitão!  
 Está na terra a milícia  
 Do gatuno e do ladrão.

Guerra tenaz ás gallinhas  
 Declarou o ratoneiro,  
 Quer durmam ellas no campo  
 Ou durmam no gallinheiro.

O bom Delegado Manhães,  
 Lá da rua do Capão

<sup>59</sup> Citado por BARRETO, 1936:352.

Chora as gallinhs perdidas,  
Levadas pelo ladrão.

Macedo, doutor sympathico,  
É chefe e não escapou;  
Apesar do guarda Chico,  
Sem as galinhas ficou.

O Zeca, uma por uma,  
Gallo e galinhas perdeu.  
E outro tanto ao João de Almeida  
Ha bem pouco aconteceu.  
O Cunha, que faz barulho,  
Massa de pães a bater,  
Andou tambem por um triz  
Ao gallinheiro perder.

Acorda, policia, acorda!  
Desperta, “seu” Capitão!  
Já roubaram ao barbeiro  
Lá da rua do Capão”.<sup>60</sup>

Note-se nos versos que a própria população estabelece uma relação conflituosa com a presença policial: ao mesmo tempo em que se chama a polícia a agir, reiterando aquela situação calamitosa referida pelas vozes oficiais, trata-se com irreverência e ironia os passos vacilantes das praças da força pública.

Alfredo Camarate, em texto publicado no periódico *A Capital*, assinando o seu pseudônimo mais conhecido Alberto Screw, escreve em 1896 que:

Queixam-se alguns de sua [Capitão Lopes] rispidez e eu acho que elle é a auctoridade que melhor assenta, nas tumultuosas e anormaes circumstancias que atrevesamos e que deixadas ao Deus-dará, se transformaria nuam casa de Orates onde todos andariam ás marradas, fazendo justiça pelas proprias mãos, imitando a justiça de Fafe, de Portugal, ou a dos lynchamentos da América do Norte. O Capitão tem o verdadeiro senso pratico e consta-me que, afim (sic) de distribuir uma penalidade suave e igualitaria, para crimes de somenos importancia, obriga os presos a fazer a limpeza das cavallariças policiaes, com o que lucra muito a hygiene da terra e da saude das cavallidades alli abrigadas!.<sup>61</sup>

O discurso de Camarate assemelha-se muito ao de Padre Francisco Martins Dias no tocante à aura harmônica emprestada à cidade. Tudo é louvável num ambiente em que impera a razão construtora e administradora, onde cada filão é fruto do pensamento ilustrado, bem planejado, bem moderno. No caso desse artigo, a reverência recai sobre a figura do Capitão

<sup>60</sup> Citado por BARRETO, 1936:353.

<sup>61</sup> *A Capital*, belo Horizonte, 03. abril, 1896.

Lopes, verificando-se que o nobre subdelegado, representante máximo da ordem na cifra da autoridade e da rispidez, perfil mesmo da própria comissão construtora de que fazia parte o seu autor, encarnaria a própria aura da cidade. Camarate elimina os possíveis excessos, retira ao capitão os exageros de uma autoridade que poderia cometer abusos dada a situação tumultuada que enfrentava no seu ofício.

A figura do Capitão Lopes insere-se então como uma *imagem* da cidade. Ela representava a ordem almejada pelas boas famílias residentes à capital ainda em vias de construção. Capitão Lopes, e mais especialmente a imagética que se criou a propósito dele na crônica jornalística, na cantiga popular, e nos documentos oficiais, são projeções de uma cultura urbana da vigilância e imposição de uma ordem que se consolidaria nos primeiros anos de existência da nova capital, perdurando por toda a Primeira República.

## **2.2 A estigmatização do imigrante: o triunfo do trabalho**

Em maio de 1895, Aarão Reis, exonerado do cargo de engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital Mineira (CCNCM), foi substituído por Francisco Bicalho. A gestão de Bicalho representaria a concretização dos projetos do predecessor, mas não foi com somenos indiferença e desconfiança que sobre ela se voltaram os olhos expectadores, otimistas e pessimistas. Aliás, esses últimos, nomeadamente membros da elite ouro-pretana que se posicionaram contra a mudança da capital não perderam o ensejo de atacar as atividades da Comissão Construtora. Segundo Abílio Barreto (1936, p. 335), “Em Outro Preto, principalmente, as más previsões [a propósito dos trabalhos de Bicalho] corriam como bem fundadas e eram veiculadas com visível contentamento”. Em defesa do novo gestor, porém, aparecem vozes ressonantes como a de Padre Dias (1897, p. 38), para cujo juízo Bicalho representava, em verdade, “(...) homem que (...) ajuntava a seu bello talento bem cultivado nas sciencias exatas, uma atividade admirável, uma argúcia diplomática e uma franca affabilidade de animo no trato com seus auxiliares e subalternos”.

O mesmo Abílio Barreto observa que, ao contrário do que se pensou, a mudança de chefia inaugurou tempos de grandes prosperidades nos trabalhos da Comissão Construtora, ganhando grande impulso graças à “(...) energia do espírito culto e experimentado [do novo Chefe da Comissão] (...) de sorte que passageiros foram os receios e as más previsões dos pessimistas: duraram apenas o tempo necessário para que o novo Chefe tomasse pleno

conhecimento do pé em que estava a ingente tarefa que acabava de receber sobre os ombros” (BARRETO, 1936, p. 335-336).

Foi assim que Bicalho promovera de pronto um rearranjo do corpo técnico, logística e contabilidade da Comissão Construtora. A idéia central era conter gastos, racionalizar o trabalho e otimizar a razão obras/tempo. O próprio Bicalho (*apud* BARRETO, 1936, p. 336) relatava na ocasião de sua posse na nova chefia que:

(...) tinha por tarefa construir em curtíssimo praso o nulceo indispensavel e essencial para a installação de uma nova Capital, em uma localidade inteiramente balda de recursos, a 600 kilometros do porto (...) e servida apenas de uma via ferra, cujo servico se achava em condicoes deploraveis e calamitosas, provocado reclamacoes e queixas geraes.

Esse processo de mudança de chefia – acompanhado da situação embaraçosa a partir da qual Bicalho teria genialmente inaugurado dias muito prósperos e produtivos nas atividades da Comissão agora sob seu comando – parece encerrar uma inflexão no amadurecimento de uma cultura do trabalho como a medida das coisas, como o construtor de pérolas de que falamos antes, a instância dignificante da atividade humana. Bicalho, que assume a Comissão de súbito, surpreende os olhos atentos e críticos que se voltaram para ele em tom de cobrança e receio, entregando a base essencial da nova cidade no prazo previsto, ou ainda, antes do cessar dele.

Uma poesia popular circulante à época pode ser ilustrativa dessas representações sobre o trabalho digno, que enobrece o homem, em especial, caracteriza os cidadãos mineiros:

Já o sol com seus lumes fulgentes  
desce á terra a dor da vida e calor  
Eia! Erguer, meus irmãos, e contentes,  
Ao trabalho com alma e vigor!  
Lide a mão que não teme o conção, (sic)  
Lide o peito que tem coração.  
Na bigorna batendo o compasso,  
Diga o malho ao artista a canção.  
O trabalho nobrezas encerra,  
É quem glorias á patria conduz;  
Só o trabalho dá frutos á terra,  
Só trabalho nobreza produz.  
(...)  
Á vitoria! Á vitoria! – sem susto,  
Mostre o peito firmeza e valor;  
Quem confia em seu braço robusto,  
Não lhe falta na lucta o vigor.<sup>62</sup>

<sup>62</sup> Citado por BARRETO, 1936, p. 347, grifos nossos.



Esses versos, saídos da pena do poeta J. Jardim, inserem-se exemplarmente no contexto de troca de gestão da comissão construtora. Aarão Reis exonerado do cargo de engenheiro-chefe em 1895 entrega-o a Francisco Bicalho, a quem competiria tornar concretos os planos de seu antecessor.

Toda essa concepção sobre o trabalho da Comissão Construtora relembra a máxima de João Pinheiro: “Belo Horizonte, noiva do trabalho”. E esse ideal de trabalho parece perpassar toda a realidade da cidade, estando presente entre os principais problemas enfrentados pelo poder público, encarnado nas instituições de guarda, vigilância e policiamento.

Ainda no contexto de construção da cidade, a presença imigrante ganhará lugar central na conformação do espaço e na orientação da atividade do poder público na manutenção da ordem. Um processo de estigmatização do imigrante se dará a partir de referenciais que o qualificam sob critérios de inserção no trabalho formal e grau de periculosidade à integridade física e moral da cidade e das famílias proprietárias. Desde os primeiros tempos de sua aparição, o imigrante italiano fora visto pelos cronistas e pelos policiais como desordeiro e turbulento. Na crônica de Pe. Francisco Martins Dias, o colono aparece como difusor de maus hábitos e propulsor da “heresia protestante” (DIAS, 1897). Abílio Barreto, nos anos 1930, não menos consternado, também lembra a falta de paz diante da presença imigrante, quando: “(...) a pacata localidade [o autor refere-se obviamente à Curral d’el Rei de 1895] (...), invadida por verdadeira onda de nacionais e estrangeiros, teve imediatamente, a sua vida e os seus costumes muito modificados” (BARRETO, 1936, p 347).

Luciana Andrade, trabalhando com pressupostos da teoria dos rótulos <sup>63</sup> dá uma contribuição importante para a compreensão dos processos de construção da ordem a partir das definições práticas de delitos e delituosos. A autora ressalta que para além das prescrições legais, a polícia, no cotidiano de sua ação junto aos desviantes, e a própria sociedade, no âmbito de suas representações da cidade, elaboram rótulos que imprimem aos indivíduos características desviantes permitindo a sua identificação à desordem e à contravenção, *transformando-os* em delitos e legitimando a atuação prévia da autoridade policial. Trata-se

---

<sup>63</sup> A teoria dos rótulos, presente entre os estudiosos da sociologia preocupados com os chamados “fenômenos desviantes”, compreende o desvio como fruto da imputação de um rótulo desviante a certos indivíduos por parte de uma sociedade. Como escreve Howard Becker, em *Uma teoria da ação coletiva*, “(...) desviante é alguém a quem o rótulo foi aplicado com sucesso; comportamento desviante é o comportamento que as pessoas rotulam como tal” (in ANDRADE, 1987, p. VI). Desta maneira, concebe-se o desvio como uma reação pública, e não como uma constante cabível a qualquer indivíduo que se encontre em situação de delito conforme prescrevesse a lei. Assim, esclarece Andrade, “(...) a rotulação não é um processo inevitável, porque, em muitas ocasiões, os indivíduos quebram regras e não são rotulados como desviantes, ou não quebram regras e são rotulados” (ANDRADE, 1987, p. VI).

de demarcar as fronteiras entre a ordem e a desordem a fim de definir os campos de ação da força pública. Os rótulos se constituem, segundo Andrade, a partir de “dramatizações de ideais culturais e pressões sociais” (ANDRADE, 1987, p. 6). A autora explica que

a lei é um exemplo claro de delimitação de fronteiras que incorpora definições e significados morais de uma determinada sociedade. O seu enunciado é claro tanto em relação aos atributos dos desviantes quanto às atitudes a serem tomadas pelos agentes repressores. Mas quando esses atores se interagem nas cenas cotidianas, a aplicação da lei não se faz automática e necessariamente. Fatores como interpretação da situação, flexibilidade, resistências e referenciais de poder, fazem parte da interação e contribuem para a definição da situação (ANDRADE, 1987, p. 7).

A lei pela lei não tem poder de aplicação se não for reconhecida por referenciais sócio-culturais muitas vezes relacionados a signos morais que constituem o imaginário de uma coletividade. A formulação dos rótulos permite criar essa correspondência entre a letra da lei e a realidade prática; ao cabo, trata-se de criar, segundo aponta Luciana Andrade (1987, p. 7)

(...) condições que favoreçam a aplicação da lei (...) condições [que] decorrem da delimitação das fronteiras entre ordem e desordem. Especificamente falando, isto significa classificar, estigmatizar, rotular e criminalizar certos comportamentos e grupos sociais.

Em estudo recente sobre a construção do criminoso no Rio de Janeiro através da prática de identificação policial, Olívia Gomes da Cunha trabalha com perspectiva semelhante na medida em que identifica no procedimento de registro policial dos indivíduos presos um processo profundo de definição e mesmo criação de uma imagem de criminoso. Assim escreve a autora,

foi a preocupação em registrar e marcar socialmente atitudes e comportamentos considerados perigosos, moralmente condenáveis e anti-sociais, que conferiu legitimidade às atividades de identificação. Foi pensando a política de erradicação do ‘ócio sem rendas’ que percebi a existência de rituais administrativos e burocráticos destinados a tornar possível a conversão: transformar o suspeito em vadio (GOMES, 2002, p. 30, grifos nossos).

Gomes da Cunha salienta ainda que não considera os discursos dos técnicos, propositores, teóricos e críticos do campo da política de identificação, porque se o fizesse estaria desconsiderando o caráter ufanista e oficial dessas formulações, reproduzindo o que os pesquisadores diziam de si mesmos. A autora observa que sua intenção não é fazer uma história política da repressão à vadiagem, “(...) nem uma genealogia das transformações

institucionais ocorridas, seja na polícia, seja nos organismos destinados à identificação” (GOMES, 2002, p. 30). Procura-se compreender, prossegue Gomes (2002, p. 30),

(...) como os discursos em torno da cientificação dos mecanismos de identificação criminal estiveram intimamente ligados a determinadas concepções que uma série de atores que se debruçam sobre o tema tinham a respeito da sociedade e dos indivíduos.

Voltando ao caso de Belo Horizonte, é importante notar que, conquanto não haja durante o nosso período a prática da identificação policial tal como se observa no Rio de Janeiro<sup>64</sup>, é claro o esforço por definir um delituoso a partir de associações sucessivas de reprovações morais que remetem à taxação de um verdadeiro criminoso. A princípio um indivíduo desempregado podia ser considerado ocioso, o que, apesar de ser apontado vagamente como comportamento “imoral”, não legitimava a sua prisão. Mas se a polícia quisesse entendê-lo como vadio, tornava-se legal o seu enquadramento por vadiagem. De vadio, o indivíduo passava a desordeiro, *transformando-se* quase que automaticamente num sujeito de má índole, perigoso, dado à bebedeira e à desordem; um indesejado, enfim, pela cidade dos proprietários.

Como salientamos acima, o elemento imigrante chegou à cidade de Belo Horizonte, ou melhor, ao arraial de Curral d’El Rei, a partir de uma ação deliberada do governo do estado por meio da CCNC. Eles, os imigrantes, tinham, pois, uma tarefa a cumprir: construir a cidade. Concluídas as obras, aqueles que não lograssem conseguir outra ocupação, foram, assim como vieram, incentivados a abandonar a cidade, ou ir se estabelecer nos arrabaldes, sobretudo nas zonas rurais, destinadas ao agropastoreiro de subsistência e abastecimento. Embora compelidos, não o fizeram em maioria, e a população continuou a crescer, sobretudo nas zonas pobres.

Além dos já estabelecidos, outros contingentes populacionais – estes nomeadamente mineiros e nacionais – chegavam todos os dias à nova capital, atraídos por perspectivas de proveito fácil, o que parece ter propiciado o aumento da população pobre frustrada originalmente em seus propósitos. Segundo observa Abílio Barreto:

Correndo célebre por toda parte a notícia das rendosas obras que se encetavam em Belo Horizonte, com perspectivas sedutoras de ganho abundante e fácil, crescia vertiginosamente a população local com a chegada contínua de operários e de outros elementos adventícios de ambos

---

<sup>64</sup> Cumpre lembrar que a prática da identificação policial em fichas contendo foto e outros dados de registro poderão ser observados no Rio de Janeiro a partir do ano 1927 (GOMES, 2002).

os sexos e de todas as nacionalidades, em maioria italianos, muito turbulentos, de reputação duvidosa (BARRETO, 1936, p. 347).

O processo tem uma lógica clara. A comissão construtora desejava mão-de-obra barata e imediata, senão relativamente qualificada, para edificar a cidade, mas a construção civil e atividades adjacentes não comportariam número ilimitado de trabalhadores, e, ao que parece, esse número superou a capacidade de absorção pelo mercado empregatício. Além disso, as obras intensivas dos dois primeiros anos diminuíram consideravelmente depois da inauguração da cidade. Criara-se, pois, uma situação de decréscimo das oportunidades de emprego, sendo comum encontrar nos bairros suburbanos, originalmente destinados às habitações operárias, homens e mulheres ociosos, envoltos a um processo irreversível de condenação pela “cidade da ordem”. Abílio Barreto relata o itinerário dos imigrantes desempregados. Segundo ele,

(...) iam [os estrangeiros] improvisando cafuas e barracões para suas moradias, sendo que alguns vadios ficavam mesmo perambulando pelas ruas, dormindo ao relento, dada a impossibilidade absoluta de encontrarem algum abrigo (BARRETO, 1936, p. 437).

O chefe de polícia do estado de Minas Gerais fazia a seguinte leitura da capital em 1898:

Nesta capital, povoada por milhares de habitantes de todos os continentes e países, raças, costumes e profissões, devo assinalar que o uso de armas ofensivas estava espantosamente generalizado, entre homens, mulheres e até crianças (...) [assim] a ação policial exercita-se de modo extenso, quanto às prisões, nomeadamente as correcionais para as leves contravenções.<sup>65</sup>

As palavras do chefe de polícia revelam uma preocupação premente com uma cidade que se tornara uma espécie de lugar de ninguém, reduto das mais diversas intenções, de ações muitas vezes não condizentes com o projeto estruturado pela cidade da ordem. Essa mesma questão faz-se presente no relatório do ano de 1899,

(...) pelo desenvolvimento da cidade, já habitada por milhares de indivíduos de diferentes países, raças e costumes, a ação policial exercita-se de modo extenso, quanto às prisões, nomeadamente as correcionais para as leves contravenções<sup>66</sup>

<sup>65</sup> Relatório do Chefe de Polícia, 1898.

<sup>66</sup> Relatório do Chefe de Polícia, 1899.

Assim a capital recém-inaugurada, limpa e bela, próspera e opulenta, senão na prática ao menos no discurso, teria de conviver com a sua sombra, isto é, a miséria, a pobreza e o crime. Como salienta Andrade (1987, p. 8),

a presença dos imigrantes era sentida como uma verdadeira invasão, e a ‘gente boa, ordeira e cortês’, como eram chamados os belo-horizontinos, teria agora que conviver com os imigrantes, comumente rotulados de turbulentos e desordeiros.

É assim que o elemento imigrante tornar-se-ia o alvo central da polícia nos anos imediatamente posteriores à inauguração da nova capital. E junto com a perseguição dos indivíduos propriamente, parece haver por detrás da atividade policial toda uma rede de concepções que em conjunto compõem uma cultura do repúdio ao imigrante, principalmente o italiano.

Andrade, porém, considera que o principal critério orientador da perseguição policial aos imigrantes era o fato de serem *estrangeiros*. Segundo a autora a procedência do indivíduo, aliada à necessidade de evitar o ócio, parece ter se tornado o conteúdo das perseguições. Por isso mesmo associar o imigrante à figura do erradicado, sem compromissos e laços afetivos com o local onde reside, imprimindo-lhe o rótulo de *aventureiro*. O desemprego e a falta de assistência pública os tornariam, os imigrantes, alvos centrais da ação da polícia nos primeiros anos da capital. Apoiando-se nas teorias de George Simmel sobre a representação sociológica do estrangeiro e Alfred Schutz sobre o forasteiro, Andrade argumenta que a figura do imigrante se insere no imaginário social da cidade de Belo Horizonte como um estranho que, conforme a sua natureza instável e sem fixação, instala-se como um problema mesmo cultural. Lembrando Simmel, a autora ressalta que

(...) o estrangeiro, apesar de estar ligado ao grupo de modo inorgânico, constitui um membro orgânico deste, e o que caracteriza essa posição é ela se compor de certa proporção de proximidade e distância, presentes em todas as relações humanas, mas que adquire uma forma peculiar para o estrangeiro (ANDRADE, 1987, p. 10).

A mesma autora lembra que eram frágeis os limites colocados entre o trabalhador e o vadio, o que, somado ao caráter impetuoso do imigrante, contribuía para torná-lo suscetível à aplicação de rótulos, especialmente o de *aventureiro*.

Essa avaliação é importante para compreendermos as construções de sentido de uma sociedade que se construía a partir de sua negação. No âmbito, pois, das construções

identitárias da cidade, o que ao cabo informa as ações da própria polícia, o imigrante acabou se tornando o depositário de elementos que a “sociedade de bem” reprovava, mas o rótulo de estrangeiro ou forasteiro, como o concebe Andrade, não dá conta de definir as fronteiras entre o mundo da “ordem” e o da “desordem”. Não discordamos absolutamente da interpretação trazida por Luciana Andrade, vemos ser crucial o fato de o sujeito ser estrangeiro para que se lhe pudesse atribuir os predicativos de um *indesejado*. Propomos, porém, uma reavaliação desta concepção no sentido mesmo de circunscrevê-la em uma lógica mais geral da inserção imigrante.

De fato o elemento estrangeiro passou a ser considerado um problema para a “sociedade de bem”, mas se o tornara foi porque ele reunia um conjunto de predicados que afrontavam os projetos de uma cidade que se queria limpa, moralizada, próspera e moderna. O problema não era ser estrangeiro, era ser pobre. Não podemos afirmar que a ação da polícia orientava-se pela procedência da população, isto é, pela sua nacionalidade tão-somente. Sabemos por estudos anteriores que existiam relações conflitantes entre o elemento estrangeiro e a população nacional durante a Primeira República, a exemplo do comportamento lusófono no Rio de Janeiro. Sabe-se também que muitas vezes o imigrante italiano fora tomado como turbulento e desordeiro na capital federal, algo que se observa, como já salientamos, também em Belo Horizonte.<sup>67</sup>

Mas essas reações não podem ser tomadas de maneira absoluta. Os casos de comportamento lusófono não se aplicam a histórias de sucesso do imigrante português, como a fundação da famosa Confeitaria Colombo no Rio de Janeiro, por exemplo. Demais, cumpre notar, é diferente o comportamento dos belo-horizontinos em relação ao elemento português, mesmo o pobre. Este, conforme estudo recente, foi de certa maneira bem recebido por ser branco e europeu, o que contrastava com o previamente indesejado elemento de cor, e mesmo os mestiços nacionais. Segundo Mirtes Lopes Esteves (2003, p. 87).

Os grupos dominantes brasileiros e de grandes proprietários de terra deram preferência à imigração branca, católica e européia, em contraposição aos libertos e trabalhadores sob as nacionais. Os portugueses preenchiam esses pré-requisitos e ainda falavam a mesma língua portuguesa.

---

<sup>67</sup> Sobre esses temas existe um grande número de trabalhos na historiografia brasileira, entre livros, teses e dissertações, estudos gerais e monográficos. Apenas a título de indicação, referenciamos: OLIVEIRA, 2002; MEDEIROS, 1996.

Citando Fiúza,<sup>68</sup> a mesma autora lembra portugueses ilustres cujos nomes figuraram na história da cidade, entre os quais destaca:

(...) na jurisdição: Felício dos Santos, Perdigão Malheiros, Cândido de Oliveira, Levindo Lopes; na Medicina: Vieira de Andrade, Lucas de Oliveira, Cata Preta; historiadores: Cônego José Marinho, Diogo de Vasconcelos, Lúcio dos Santos; escritores, poetas e romancistas: Afonso Arinos, Bernardo Guimarães, Aureliano Lessa, entre outros (ESTEVES, 2003, p. 86).

As vozes de jornais que podemos considerar como representantes das elites oligárquicas do Estado de Minas também ressoam em favor do elemento português. Assim, no *Diário de Minas*, jornal do PRM (Partido Republicano Mineiro), o imigrante português é frequentemente representado como “*inteligente, laborioso, ordeiro, assimilável com facilidade*”.<sup>69</sup> Como aponta Mirtes Lopes Esteves, havia preferência salutar por parte do poder público estadual pelos estrangeiros de proveniência ibérica e italiana, dada a sua pele branca, sua formação católica e sua facilidade de assimilação através da língua. Assim “(...) sua chegada foi bem-vinda num momento em que a sociedade belorizontina enfrentava ao mesmo tempo a carência de mão-de-obra e o desafio de se tornar uma sociedade moderna” (ESTEVES, 2003, p. 69).

É claro, também, que esse lado amistoso da relação entre nacionais e estrangeiros não dá conta de encerrar o perfil das inserções imigrantes na sociedade belo-horizontina. A mesma Mirtes Esteves não nega que muitos portugueses pobres conheceram a falta de assistência, inoperância e descaso do governo para com os bairros operários, e mesmo as colônias agrícolas, que, com a expansão da cidade foram se transformando em conglomerados de casebres, cafuas e barracões, onde habitavam com suas famílias pedreiros, carpinteiros e outros trabalhadores. Eram lacunas que o governo deixava na vida desses bairros, e que eram preenchidas pela ação de comunidades de assistência ao estrangeiro. No caso dos trabalhadores portugueses, o papel central era da Comunidade Portuguesa,

responsável por fiscalizar e possibilitar a entrada dos portugueses e, até mesmo, dos belorizontinos, nessa nova ordem de trabalho, [havendo] a preocupação de atender, indicar e subsidiar empregos, além de policiar os contratos, seus direitos, a burla de troca dos trabalhos até mesmo de seus destinos, atuando sempre na defesa dos interesses de seus membros (da Comunidade) e dos integrados a ela (ESTEVES, 2003, p. 87).

<sup>68</sup> FIUZA, Ricardo Arnaldo Malheiros. *O 87º aniversário do Centro Luso-Brasileiro*. Belo Horizonte: Sografe, 1999. FIUZA, Ricardo Arnaldo Malheiros. *O passarinho de Lisboa*. Belo Horizonte: Rona, 1984.

<sup>69</sup> *Diário de Minas*, 1923, p. 10 - Caderno 3, *apud* (ESTEVES, 2003:93).

Também as populações italianas contavam com a assistência realizada principalmente pela Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro, criada em 1897, isto é, no mesmo ano da inauguração oficial da nova cidade, pela Liga Operária, e seu veículo oficial de divulgação na imprensa municipal, o jornal *O Operário*, cujo primeiro número foi a público em 1900.

Com efeito, observa-se a um só tempo comportamentos de repúdio e reverência com relação a indivíduos de uma mesma nacionalidade. Pelo que pudemos observar para o caso de Belo Horizonte, as fronteiras que definem o indivíduo no espaço urbano fazem-se por critérios que vão além da nacionalidade, fundamentando-se muitas vezes na posse e na posição social. Com efeito, certas práticas condenadas, como a prostituição, não demandavam a ação policial quando praticadas em lugares onde transitassem homens importantes e onde as artistas fossem européias, principalmente francesas. A ação policial é estreita nos prostíbulos de lugares como o Barreiro, e outros bairros da zona suburbana da cidade, destinada a populações excluídas do mercado de trabalho regular e que viviam de baixa renda, mas passa bem ao largo do cine-teatro livre, casa de shows localizada à Rua da Bahia, à qual fizemos menção no capítulo anterior, destinada ao público masculino de alta classe social, especialmente políticos em visita oficial à capital de Minas. Isso ilustra a complexidade das formações culturais na cidade: ao mesmo tempo em que se condena uma prática, condiciona-se a mesma a padrões sociais, muitas vezes resumidos na abastança, mas também no *status* político, ou mesmo na intenção de adequar-se a uma imagem ligada à família católica e aos bons costumes.

Desta maneira sustentamos que seja central no processo de estigmatização do elemento estrangeiro, não a sua nacionalidade, mas as circunstâncias em que se deu a sua inserção na nova sociedade. O imigrante tornou-se alvo da polícia por ter reunido três caracteres que não competiam definitivamente com os parâmetros mínimos de aceitação pelos projetos de cidade civilizada: pobre, promíscuo e desempregado, o que lhe imputa quase que automaticamente os rótulos de despossuído, imoral e ocioso (e, logo, vadio). O despossuído não tem propriedade e, portanto, não tem residência fixa, e, desempregado, nas suas andanças inativas, fica propício a freqüentar tavernas e a se envolver com o álcool, com o jogo e com a prostituição.

Os hábitos de freqüentar os botequins das áreas suburbanas colocam os imigrantes na mira das ações e prisões preventivas. Ao tratar do período em foco, Abílio Barreto relatava o seguinte:



(...) aqueles homens que, durante o dia, brandiam as ferramentas, esplanando (sic) o solo e construindo a cidade (...) mal a noite caíam, ajuntavam-se nas tavernas, que proliferavam por toda parte como cogumelos, e ali bebendo, fumando, jogando, discutindo, armavam freqüentes distúrbios (BARRETO, 1936, p. 352).

Observe-se que mesmo nos tempos em que o imigrante estava relativamente absorvido pelo mercado de trabalho da construção civil – aliás, a que ele veio originalmente – seus passos estavam devidamente vigiados, dentro e fora do ambiente de trabalho. Embora essas palavras possam sugerir que o estatuto de imigrante era o que determinava a perseguição, havemos de observar que o alvo da ação policial encontra-se nos hábitos desenvolvidos no cotidiano dos grupos trabalhadores, não só imigrantes. Veja-se que o jogo, o tabaco, a bebida, a taverna, isto é, elementos presentes no cotidiano dos trabalhadores determinavam a construção de uma imagem de delituoso em potencial, o que fundamenta e legitima a ação policial deliberada nos bairros operários.

Nos registros policiais e nas matérias veiculadas pelos jornais os considerados vadios são tratados por “indivíduo fulano de tal”, o que parece desclassificá-los, na medida em que se lhe retira o sobrenome, o domicílio e também o referencial de família. O “fulano de tal” passa automaticamente de vadio – algo muitas vezes circunstancial ou falso já que é comum encontrarmos verdadeiras “notas de repúdio” enviadas pelos presos às delegacias de polícia, afirmando terem sido autuados injustamente, estando empregados e domiciliados como manda a lei – para indivíduo de má índole, e, daí, perigoso, afinal não tem família, não tem residência fixa e não tem ocupação. (Voltaremos a este ponto no capítulo seguinte).

Por tudo isso o imigrante fora colocado nesses primeiros anos do nosso recorte – tanto no período da construção da estrutura básica da cidade (1895-1897) quanto no imediatamente posterior em que ainda se observam, a despeito do decréscimo, consideráveis percentuais de estrangeiros na composição total da população belo-horizontina (1897-1901) – nas malhas da ação policial, de maneira que as próprias horas de lazer passam a ser fonte potencial de desordem e contravenção.

O artigo 399 do Código Penal de 1890, classificava como vadio aquele que:

(...) deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite, prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes.<sup>70</sup>

<sup>70</sup> SIQUEIRA, Galdino. *Direito Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro, Editor Jacintho Ribeiro dos Santos, 1924.

A tônica fundamental do Código nessa passagem parece ser a da estabilidade. A Lei projeta na realidade a maneira mais sóbria de se promover a segurança a partir da previsibilidade da ação dos indivíduos. Ter domicílio e trabalho regular significaria ter vida estável e, portanto, melhor controlada. Quando da virada do século XIX para o XX, o estrangeirismo deixaria de ser o critério central de discriminação utilizado pela polícia para definir o delituoso em potencial, e entraria em vigor um novo elemento fronteiro entre o mundo da ordem e o do desvio: o trabalho.

Assim o rótulo de aventureiro passaria a conviver com um ponderativo, a afinidade ou não ao trabalho regular. O imigrante passaria a ser definido como “bom” quando provasse ser trabalhador e honesto, e “mau” (e aí sim aventureiro) quando ocioso. Se antes os imigrantes eram indiscriminadamente tratados como os devassos da capital, agora se opera uma distinção no seio do grupo. O trabalho tornar-se-ia, pois, a principal baliza de definição do indivíduo entre a vida regrada e previsível, e o ócio, desordeiro e repugnante.

No relatório de Chefe de Polícia do ano de 1901 lê-se o seguinte:

(...) nacionais e estrangeiros, morigerados, sóbrios e trabalhadores uns, aventureiros outros, avessos ao trabalho e dados à vida fácil das especulações (...) Os bons elementos emigraram à procura de remuneração para sua atividade lícita; outros lutam com sérias dificuldades sem abandonarem, todavia, o trabalho; os maus, porém, permanecendo como meros consumidores, constituíram-se em grave ameaça à ordem pública e à segurança individual.<sup>71</sup>

Parece claro aí que a questão fundamental é o trabalho, residindo nele o critério maior de classificação dos desviantes sociais. A própria visão do aventureiro passa a ser função da fronteira entre o trabalho regular e o não-trabalho, ou mais condizente com a concepção policial, o ócio.

Com efeito, o mundo do trabalho e da conduta moral no espaço público parece ordenar toda a lógica da definição do delito e do delituoso. A ordem pública é focada na letra do relatório em concordância com resoluções do Código Penal de 1890, que para além de resolver sobre a ordenação do trabalho, destinava-se também em larga medida à manutenção da ordem no espaço público urbano. Apenas a título de exemplo, podemos observar na resolução do artigo 29, destinado ao alienado, algo que poderia pressupor uma preocupação com o indivíduo, isto é, com o seu tratamento, na verdade atenta para sua periculosidade em relação à segurança pública: “*Os Indivíduos isentos de culpabilidade em resultado de*

---

<sup>71</sup> Relatório do Chefe de Polícia, 1901.

*afecção mental serão entregues ás suas famílias, ou recolhidos a hospitaes de alienados, se o seu estado mental assim exigir para segurança do público”.*<sup>72</sup>

As resoluções sobre a capoeiragem também são exemplos disso. Lê-se no Capítulo XIII – Dos vadios e capoeiras, artigos 402 e 404, respectivamente:

Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal. Pena – de prisão celular por dois a seis meses.<sup>73</sup>

Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranqüilidade ou segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes.<sup>74</sup>

A partir dos anos 1900, portanto, o trabalho passaria à ordem do dia na ação da força pública belo-horizontina como o principal elemento norteador das prisões, de estrangeiros e nacionais. Dados apresentados por Andrade (1987) registram que 56% das prisões efetuadas em Belo Horizonte no ano de 1898 são de imigrantes. Esse número declina em 1899 para 43% e volta a 56% em 1905. Segundo a autora, *“a partir deste ano [1905], a participação de estrangeiros nas prisões e detenções cai significativamente. Os motivos mais freqüentes eram a desordem, embriaguez e a vadiagem”* (ANDRADE, 1987:12-13).

A autora explica essa diminuição no percentual imigrante presente nas estatísticas de prisões e detenções a partir da idéia de que após cessarem as obras iniciais da capital a mão-de-obra imigrante seria dispensável, impondo-se à própria força policial a tarefa de compeli-los a se retirarem da cidade. A onda de desemprego parece real, mas, como argumentamos acima, não há referências concretas da saída desses imigrantes da cidade. Aliás, há, ao contrário, algumas evidências de sua permanência na capital.

A situação parece ser a de um crescimento desordenado da “cidade dos desvalidos” dentro da “cidade dos cidadãos”: outras “cidades”, menos arrojadas e pouco assistidas pelo poder público municipal, a exemplo de Favela e Leitão, desafetas enfim das elites políticas e econômicas, pululavam nas entranhas da cidade planejada. A segregação espacial figuraria, portanto, como correlato dessa situação na medida em que fincava raízes em ação prévia e deliberada da Comissão Construtora a qual governara a cidade em vias de construção, isto é,

<sup>72</sup> Código Penal de 1890, art. 24.

<sup>73</sup> Código Penal de 1890, cap. III, art. 402.

<sup>74</sup> Código Penal de 1890, cap. III, art. 404.

entre 1895 e 1897. Como vimos no capítulo I, a elaboração da planta matriz por Aarão Reis já determinava que a cidade para onde se destinariam recursos de infra-estrutura e ajardinamento não ia além dos limites da Avenida do Contorno.<sup>75</sup> Dessa maneira os bairros suburbanos e as colônias rurais não faziam parte do espaço digno de benefícios e melhoramentos, estes se restringiam à cidade dos proprietários e dos funcionários públicos.

A partir de 1901, quando as estatísticas começam a revelar um decréscimo sensível da imigração, em geral, e da italiana, em particular, os elementos até aqui identificados – questão do trabalho e da pobreza malfadada na ocupação da “cidade de bem” – continuarão orientando a prática policial, estando na ordem do dia não só do poder público, mas da própria sociedade, um projeto de consolidação de uma nova ética do trabalho e de uma nova moral pública *da e na* cidade.

### 2.3 Cidade da ordem: a segregação como projeto

Em 2 de maio de 1902, o Decreto nº. 1516 resolvia a criação da primeira vila operária da cidade de Belo Horizonte. Era algo de suscitar surpresas já que desde a origem das preocupações da comissão construtora nunca havia sido mencionada semelhante possibilidade. Em relatório apresentado ao governo do estado de Minas Gerais no ano de 1896, o então engenheiro-chefe da Comissão Construtora, Francisco Bicalho, arrolava as obras que urgiam serem feitas de pronto para que ali naquele lugar vazio – referia-se ao arraial ainda por receber os primeiros prédios – se edificasse uma verdadeira capital:

(...) palacios dignos para a administração superior, edificios publicos de toda natureza, casas para moradias dos funcionarios publicos, terraplenagem para arruamentos, calçamentos, abastecimento d’agua, rêde de esgotos e aguas pluviaes, illuminação publica, parque, jardins e tudo mais que compreende as exigencias da vida social moderna.<sup>76</sup>

Cumprir observar que todos os benefícios citados acima são destinados à área central da cidade, onde se encontram os prédios do governo e os residenciais de funcionários públicos e de membros ilustres componentes das elites proprietárias da cidade. Veja-se que não há nenhuma referência no relatório apresentado à infra-estrutura de bairros operários: os elementos que configuram uma cidade moderna, a capital republicana do estado de Minas

<sup>75</sup> Veja-se MINAS GERAIS, Comissão Construtora da Nova Capital. Revista Geral dos Trabalhos. Rio de Janeiro, 1895-1896. 2 volumes, APC-BH.

<sup>76</sup> Citado por BARRETO, 1936:336.

Gerais, seriam claramente afinados com o ideal de cidade limpa, bela racional e, no caso de Belo Horizonte, para o fim que se destinava útil, dinâmica, imponente, administrativa.

Curiosamente, o local escolhido para a construção da primeira vila operária de Belo Horizonte foi uma seção urbana, a 8ª, de nome Barro Preto. Poderá perguntar-se sobre a razão de se criar uma área operária no interior da zona urbana, destinada originalmente às elites proprietárias e aos funcionários do estado. A resposta é categórica e tem dois significados basicamente: em primeiro lugar, havia intenção de se criar uma vila operária mais próxima da área central para diminuir o ônus de uma possível demanda por infra-estrutura fora dos limites da Avenida do Contorno; em segundo lugar, não haveria problemas que um espaço central fosse destinado aos operários visto que para efeito mesmo de assistência pública municipal o bairro tornara-se automaticamente, por deliberação do mesmo Decreto nº. 1516, uma área suburbana (FARIA e GROSSI, 1982).

Com a ação exaustiva na direção de promover a “defesa” da área central ante o interesse dos trabalhadores – migrantes nacionais e estrangeiros – de ali se instalarem como já vinha acontecendo, o poder público acabou impedindo que houvesse um processo de povoamento minimamente uniforme em Belo Horizonte. O elevado preço dos terrenos localizados na área urbana forçava as famílias pobres a se dirigirem para as periferias, onde os preços eram mais acessíveis. Desta maneira um duplo problema atormentava os prefeitos: o vazio da área central e a necessidade cada vez mais premente de se estabelecer os bairros operários. A solução encontrada foi, como apontamos acima, a criação da vila do Barro Preto, que, além de resolver o problema da habitação operária realizava uma operação administrativa fundamental: situar uma área suburbana em ponto médio em relação aos bairros centrais. A 8ª seção não era tão distante a ponto de demandar gastos inusitados com infra-estrutura e serviços básicos, nem tão perto para causar mal estar à cidade limpa e organizada dos grupos proprietários.

Um trecho do relatório do prefeito Olinto Meirelles, apresentado ao Conselho Deliberativo da Capital em 1912, é exemplar ao se dirigir aos moradores porventura atormentados com o velho problema do vazio demográfico da área central:

Será sempre preferível uma população menos numerosa na área urbana, porém saudável e cercada de todas as garantias de higiene, habitando prédios e áreas que tenham o conjunto harmonioso e perfeito previsto pela Comissão Construtora a vermos mesmo no coração da cidade verdadeiros

bairros chineses, habitat predileto de todas as moléstias infecto-contagiosas.  
77

A tônica do discurso do prefeito é clara e aponta para uma sensação que entendemos ser fundamental na constituição de uma cidade que se quer limpa e organizada, livre das mazelas da pobreza. É importante salientar que o Barro Preto, conquanto tenha representado a primeira medida oficial do Estado para a criação de um bairro operário, não teve por parte do poder público a assistência mínima para o seu desenvolvimento. Muito ao contrário, o desdém e a inoperância administrativa eram ali facilmente identificáveis, a ponto de o prefeito Cornélio Vaz de Melo solicitar, em 1917, ao *Conselho Deliberativo* da Capital, a criação de uma nova Vila Operária. Esta se realizaria três anos depois em local um tanto distante da visada vigilante do centro, nos terrenos da Lagoinha (DUTRA, 1988).

A grande preocupação do prefeito, o que provavelmente encontrava ressonância entre os grupos proprietários, era a proliferação de cafuas e outros casebres pobres, promíscuos e insalubres, em áreas do patrimônio público municipal.<sup>78</sup> No mesmo relatório pode-se observar essa preocupação recorrente com a presença de barracões na zona urbana da capital. Ao tratar dos “Barracões na área urbana”, fazendo referência à criação pelo Conselho Deliberativo da taxa de 5\$000 mensais a ser paga pelos proprietários de barracões de aluguel situados à zona urbana da cidade, o prefeito Olinto Meirelles ancora-se nas intervenções de Marco Pórcio Catão (234-149 a.C.) propostas no Senado romano, e reafirma o repúdio àquelas construções tortuosas hostis à imagem e à higiene da cidade da ordem:

(...) os barracões da área urbana se tornaram a «delenda Carthago» de todas as administrações. Foi sempre a parte mais trabalhosa da hyiene (...) combatido tenazmente (...) a bem da conservação das nossas boas condições sanitarias, da moral e do conforto a que tem direito os habitantes da area urbana.<sup>79</sup>

Parece clara neste trecho a idéia de *merecimento*. O prefeito discorre com palavras devidamente sustentadas por uma legitimidade intrigante que remonta à idéia de “cidade boa” e “cidade ruim”, a cidade dos cidadãos e a cidade dos excluídos. Mas a sociedade, na sua complexidade, exprime no seio das relações urbanas diferentes modos de ver e de agir diante da diferença e da desigualdade. No jornal *O Operário* de setembro de 1900, ou seja, mais de

<sup>77</sup> MEIRELLES, Olinto dos Reis. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Capital em setembro de 1912, referente ao exercício 1911-1912. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912, p. 26.

<sup>78</sup> Veja-se MELO, Cornélio Vaz. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Capital em setembro de 1917. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1918, p. 3 *apud* DUTRA, 1988:64.

<sup>79</sup> MEIRELLES, Olinto dos Reis. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Capital em setembro de 1912, referente ao exercício 1911-1912. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912, p. 26.

dois anos antes da criação oficial da Vila do Barro Preto, uma matéria faz lembrar que a referida vila operária não surgiu com planejamento, uma vez que já naquele ano, 1900, o Barro Preto apresentava habitações pobres, as conhecidas cafuas. “Louvaríamos o ato do Dr. Prefeito se as cafuas fossem condenadas definitivamente, mas como no Barro Preto está se edificando uma nova cidade de cafuas não compreendemos o motivo por que manda-se desalojar os pobres operários com grandes danos de seus interesses. Cafuas por cafuas podia deixar as que já estavam”.<sup>80</sup>

O ato referido pelo periódico é fruto de uma portaria que determinara a demolição de cafuas no chamado Córrego do Leitão no mesmo ano de 1900. Leitão, conforme mostramos, era um complexo de moradias pobres originado do povoamento desordenado das populações imigrantes chegadas para o trabalho na construção civil, antes mesmo da inauguração da nova cidade. É interessante notar que da parte dos próprios operários parece haver uma preocupação com a proliferação das cafuas, ao que acrescentaríamos o fato um tanto elementar de isso significar diminuição das condições de vida dos mesmos. Assim configura-se em um desejo do jornal *O Operário*, algo que talvez possamos tomar como um sentimento coletivo dos moradores daquele local, a definitiva extinção das cafuas.

A matéria também deixa ver uma sensível tomada de posição diante da gestão municipal no intuito de fazer perceber que não há concordância por parte dos operários com em relação aos atos que os submetem a mudanças deliberadas no espaço da cidade, especialmente quando essas mudanças não trazem benefícios substanciais às suas vidas.

É recorrente esse tipo de relação conflituosa entre a sociedade e o poder público em assuntos que envolvem a moradia, em particular, e a conformação mesma do espaço urbano, em geral. Em 1926, a legislação municipal resolvia, através da Lei nº. 309, de 28/10/1926, pela criação de Vilas Proletárias cujos lotes poderiam ser adquiridos em 48 prestações, por operários regulares, ficando estes isentos de impostos e outras obrigações fiscais até que se concluíssem as construções das respectivas habitações. Com inclinações reconhecidamente positivas ao benefício dos trabalhadores, o governo comprometia-se ainda a promover “(...) a comunicação dessas vilas como outros pontos da cidade tornando-as habitáveis” (Lei nº. 309, de 28/10/1926).<sup>81</sup>

Aconteceu que, bem a despeito das benesses oferecidas pelo Estado, os operários já instalados em outras áreas da cidade não se dispuseram à transferência de suas residências, preferindo permanecer onde estavam obtendo títulos definitivos sobre os lotes. Segundo

---

<sup>80</sup> *O Operário*, Belo Horizonte, 2 de setembro de 1900, p. 2.

<sup>81</sup> Citada por Guimarães, 1991:153.

Berenice Guimarães (1991), essa posição dos trabalhadores pode explicar-se pelas parcas condições que os mesmos teriam em uma situação de leilão em hasta pública dos lotes. Acrescentaríamos, ainda, à observação da autora o fato de os operários trazerem consigo um sentimento de combatividade, de luta pelo seu lugar e pelas suas conquistas ante a realidade hostil que se lhes impunha a vida do trabalho numa cidade originalmente segregacionista e excludente. Sem lograr essa explicação, é a mesma Guimarães que arrola o conjunto de apelos feitos ao prefeito de Belo Horizonte pelos moradores da Pedreira Prado Lopes (VI seção suburbana), como resposta à Lei nº. 309. O “apelo ao Prefeito”, publicado no jornal Correio Mineiro, tinha em suas disposições:

1º. – Que já há muitos anos que usufruímos a concessão de nos estabelecermos nos referidos terrenos, onde contruímos nossas habitações, com dificuldades realizando bemfeitorias nos lotes na expectativa de que poderiam adquiri-los da Prefeitura em título definitivo.

2º. – Que já havia sido enviado ao Prefeito anterior requerimento pedindo que fossem concedidos os referidos lotes mediante condições de pagamento estipulados, como já se tinha dado em outras secções suburbanas e que a resposta foi positiva mas não cumprida.

3º e 4º. – que vender os lotes em hasta publica, de leilão de venda a quem mais der é inviabilizar a compra por parte de operários;

5º. – que se ocorrer a concorrência sera a perda do trabalho de muitos anos de uma classe digna de amparo, será a destruição da confiança expectante de que seus direitos de preferencias em epoca oportuna fossem levados em conta, a isto quando em Belo Horizonte, ainda permanece a crise de habitações (...) (Correio Mineiro, 11 nov. 1926, p. 2, grifos nossos).<sup>82</sup>

Além de registrar a existência de uma verdadeira “crise de habitações” em Belo Horizonte, o apelo deixa ainda ver toda uma concepção de luta dos operários, além de projetar uma visão singular dos trabalhadores que se percebem enquanto grupo constituinte da cidade. Há nessas palavras uma auto-valorização dos operários que os coloca como “classe digna de amparo” por parte do poder público, o que significa obter prerrogativas como a compra dos lotes em que já se encontravam estabelecidos sob condições favoráveis e possíveis de pagamento.

O apelo não fora ouvido pela Prefeitura, como lembra Guimarães. Segundo a autora: “Havia, antes de tudo, o compromisso do poder público com a imagem da cidade higiênica, limpa e ordenada o que levava à adoção de medidas para garanti-la, incluindo-se aí a hierarquização do espaço, com a definição de áreas específicas para moradia do trabalhador, abrangendo, agora, a zona suburbana” (GUIMARÃES, 1991, p. 154).

<sup>82</sup> Citado por GUIMARÃES, 1991:154.



Essas questões parecem apontar para uma situação mais geral em que a segregação espacial fundamenta-se no desejo de tornar a cidade um reduto de esplendor de uma certa cultura da limpeza e da racionalidade urbanas. Assim ia se constituindo à sombra da cidade da ordem uma outra cidade de traços imprecisos, desafeta dos olhos conspícuos daqueles a quem interessava a cidade esterilizada, higiênica e racional oriunda, desde a idéia-projeto original, do compasso de Reis e sua equipe de engenheiros.

À cidade da ordem eram, assim, destinados os melhoramentos providos pela receita pública, sendo aí o lócus por excelência do espetáculo arquitetônico, das ruas retilíneas, das praças arborizadas, da moda *chic* e do trânsito *smart* de homens elegantes e mulheres distintas; por seu turno, à não-cidade das cafuas e barracões pobres, instaladas nas adjacências da zona urbana ou nos arrabaldes da zona suburbana da capital, como o queria o poder público, estaria reservado o descaso e a inoperância.

Na letra da lei à não-cidade estava reservada senão a negligência, ao menos o segundo plano. A Lei n. 79 de 21 de outubro de 1914 dispunha o seguinte:

Art. 1º. A cidade de Belo Horizonte, em sua zona urbana, será dividida em tantas pequenas seções quantas sejam necessárias para o serviço de rigorosa limpeza das vias e praças públicas; (...) Art. 3º. O serviço (...) consiste na varredura e na irrigação da área calçada e na capina e irrigação da área não calçada; (...) Art. 5º. Quando as condições financeiras o permitam, tais serviços deverão se estender à zona suburbana, em suas partes mais povoadas.<sup>83</sup>

Um cronista certa vez, utilizando a idéia de que a cidade se dividia em dois campos opostos e antitéticos, expressou a existência de um quadro de contrários categóricos na disposição sócio-espacial de Belo Horizonte encarnado na existência de dois tipos de bairro: “um cheirando a lenços d’alcobaça e a mofo de secretarias [lembrando os funcionários do estado] e outro tresandando a água de colônia, a perfumes almiscarados, a lysol, a toucinho e álcool”.<sup>84</sup>

Através de um sentido singular, o olfato, o cronista articula duas realidades opostas conquanto coexistentes e correlatas. De um lado, os lenços de alcobaça e o mofo das secretarias revelam a um só tempo um hábito e uma espacialidade: o uso de um artigo nobre por certa casta da população identificada com o lugar em que habita, e o bairro dos funcionários, região nobre da cidade até os dias de hoje. De outro lado, a água de colônia e

<sup>83</sup> Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Capital em setembro de 1914. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1914.

<sup>84</sup> VITA. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 06 jun. 1914, s/p, *apud* Julião, 1996:82.

outros perfumes baratos, bem como a presença de toucinho e álcool, o que nos sugere a presença de botequins, dão a medida de um espaço-sociedade em que os artigos pessoais e a bebida e comida traçam o característico de um lugar de das pessoas dali.

A essa idéia geral, um tanto metafórica, somavam-se expedientes efetivos, mormente oriundos de leis municipais, para que tivessem efeito prático os projetos de ordenação do espaço. A instalação de estábulos, por exemplo, era proibida nas áreas centrais (zona urbana) e permitida nas áreas suburbanas e rurais. O matadouro, assunto recorrente nos relatórios dos prefeitos de Belo Horizonte por todo o nosso período, também é um exemplo que deixa ver as concepções segregacionistas. O prefeito Francisco Bressane de Azevedo, em relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Capital em 1903, escreve que

(...) a campanha que se tem desenvolvido para impedir que haja animaes vagando pelas ruas é daquellas que precisam não ser entibiadas, porque tal é a tendecia que se encontra em certa parte do publico em querer transformar o centro da cidade em logradouro publico, que apesar das multas não há quase dia em que a turma encarregada desse servico não tenha que conduzir animaes para o deposito publico.<sup>85</sup>

Nesse trecho vemos a preocupação do poder público em manter o centro protegido daquilo que reunia caracteres do sujo e arcaico, o que ia de encontro às aspirações de manter a cidade limpa e moderna, esterilizada e civilizada. Assim o trânsito de animais havia de ficar adstrito às zonas rurais da capital, sendo bem vinda ao centro apenas a carne, já devidamente condicionada à venda nas casas igualmente salubres, autorizadas pelo poder público, vistoriadas pela Polícia Sanitária.<sup>86</sup>

E assim a cidade da ordem ia impondo a sua proeminência no todo do município, regrido os passos da não-cidade conforme a orientação do projeto segregacionista e autoritário nascido antes da cidade propriamente dita, desde os tempos da Comissão Construtora.

Esse jogo da segregação espacial, algo presente em Belo Horizonte desde a planta matriz, conforme apontamos no capítulo anterior, faz parte de um processo geral de defesa da propriedade e da legitimidade de canalização de recursos para uma parcela da população em detrimento de outra. É importante considerar essa dimensão segregativa constante da formação espacial mesma de Belo Horizonte, porque, para além de ser um instrumento de dominação à disposição das elites, a segregação engendra toda uma lógica da ação policial, a

---

<sup>85</sup> AZEVEDO, Francisco Bressane de. Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Capital em setembro de 1903. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912, pp. 53-54.

<sup>86</sup> Ibid, idem.

partir de discursos que definem um ideal de moral pública. Assim, o pobre teria um lugar na cidade, e o seu cotidiano, pressupostamente desordeiro e promíscuo, conforme definições próprias dos mesmos grupos proprietários, o deixaria propício a práticas sociais condenadas, como a bebida, a prostituição, o jogo e o crime.

O trabalho figurar-se-ia aí como o redentor dessas populações. Lembrando a máxima proferida por João Pinheiro, a capital mineira tornou-se a “noiva do trabalho”. Na letra de cronistas da época, como vimos, há incisiva referência ao caráter laborioso do povo mineiro. Cumpre ressaltar, como já enfatizamos, que essa idéia de emprestar à cidade o caráter de lugar-do-trabalho difunde uma cultura urbana local centrada em abstrações universalizadoras que orientam e legitimam a ação policial na direção daquilo que representaria a negação dessa imagem vinculada ao trabalho digno e regular. Insere-se aí uma questão de suma importância para a nossa análise. Trata-se da forma como a sociedade belo-horizontina em formação concebia um certo “mundo da ordem”, pautado no trabalho e no bom comportamento em um meio público em formação. Pelo que analisaremos no próximo capítulo, parece haver sempre uma retórica da negação, ou antes, da alteridade na fala daqueles que se julgavam cidadãos ordeiros. O mundo da ordem, se é que podemos assim nomear esse conjunto de crenças e valores do trabalho e do asseio moral em prol do desenvolvimento da nova cidade, é construído muitas vezes à luz do seu avesso, isto é, da desordem, e, portanto, do imoral e do não-trabalho.

A polícia, como poderá verificar-se no próximo capítulo, seria lembrada muito mais em matéria de aconchego e tranquilidade, do que como mantenedora da segurança no sentido estrito do termo, isto é, o *combate ao crime*. Os policiais, bem como os guardas e vigias municipais – responsáveis pelos costumes e pelo ordenamento urbanos –, figuraram muito mais como depositários da ordem e do bom comportamento dos indivíduos em público do que como combatentes de delitos, afinal urgia normatizar o espaço de convivência pública, controlar os atos e a compostura das pessoas em sua relação com a cidade, com o mundo do trabalho, e com a própria estrutura urbana que ia se edificando conforme o andamento das obras e a corporificação da nova cidade.

### **CAPÍTULO 3: OS HOMENS DA ORDEM E A ORDEM DOS HOMENS: VIGILÂNCIA, AÇÃO POLICIAL, CONCEPÇÕES DE ORDEM E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

Neste capítulo realizaremos um estudo sobre a ação policial e das guardas municipais de posturas, a fim de compreender o lugar e o papel desses novos *profissionais da cidade*, para lembrar a expressão de Roncayolo, na formação do espaço urbano de Belo Horizonte.<sup>87</sup> Faremos previamente um estudo das posturas municipais de Belo Horizonte, tentando percebê-las no horizonte da coerção e da disciplinarização. As referidas posturas compõem o conjunto maior de *leis e decretos municipais*,<sup>88</sup> motivo pelo qual resolvemos analisá-las. Trata-se de uma documentação legislativa, e, por isso, entendemos que ela pode nos aproximar daquilo que o Estado projetava como sendo de sua competência, e, por conseguinte, de policiais e guardas municipais na direção do estabelecimento e manutenção da ordem no espaço urbano.

Definimos nossa análise sobre a documentação produzida pela polícia, na série *Ocorrências Policiais*, componente do Fundo Polícia do Arquivo Público Mineiro, bem como nos *Relatórios de Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais*, restringindo-nos evidentemente a questões relacionadas a Belo Horizonte, e no conjunto de leis e decretos municipais constantes da cartilha de regulamentação dos expedientes da *Turma de Guardas e Vigias Municipais*, publicada em 1903 pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais por encomenda da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, aparentemente destinada ao uso manual dos novos recrutas.

Analisando essas fontes percebemos que muito do que orientou a ação policial e a atividade dos guardas municipais, encarregados de levar a efeito as posturas, dizia respeito à consolidação de uma nova ordem do comportamento no espaço público e da disciplinarização através do trabalho. Assim é o advento da cidade, ou antes, do projeto de cidade moderna – dotada de infra-estrutura urbana, ruas largas, praças e avenidas, salubridade no espaço urbano e privado – e, circunscrito a esse processo, a formação de uma nova concepção de trabalho e organização social, que dão a medida da ação do poder público na direção da conformação do espaço urbano. O próprio processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre-

<sup>87</sup> Sobre o conceito de *profissionais da cidade* cunhado por Marcel Roncayolo, veja-se capítulo 1, p. 48.

<sup>88</sup> O conjunto de leis e decretos municipais de Belo Horizonte encontra-se no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APC-BH). O Código de Posturas Municipais de 1898, sobre o qual podemos encontrar algumas referências em obras anteriores, não aparece neste estudo porque não pôde ser localizado nos acervos aos quais tivemos acesso.

assalariado, algo experimentado por todo o país no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, impunha-se na constituição e (con)formação de um espaço urbano “moderno”, o que iria se misturar com pressupostos da ciência médica e urbanística, dando consistência ao conjunto de pressupostos formadores das principais cidades brasileiras da virada do século.

Os contingentes populacionais que rumavam para as cidades engrossando as massas humanas circulantes pelas ruas em busca de espaço e sobrevivência fizeram asseverar a ação (já enérgica) das autoridades municipais no sentido de organizar a vida urbana. Vimos no capítulo anterior como se desenvolveu um comportamento de repúdio ao imigrante italiano pobre e desvalido, principal alvo da ação austera do nobre capitão Lopes. Essa cultura da vigilância parece se confirmar nas posturas municipais e, por conseguinte, na ação mesma de policiais, guardas e vigias municipais.

O cotidiano regrado e circunscrito ao universo formal do trabalho fornecia um mote importante para o poder público interessado em realizar essa difícil operação da “gestão do espaço urbano”. Pudemos perceber, para o caso de Belo Horizonte, o que de certa forma coincide com outras realidades urbanas brasileiras à época, especialmente Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre,<sup>89</sup> que uma das armas mais fortes para promover essa organização era o discurso fundado numa *moral pública* e numa nova *ética do trabalho*.

Nossa pesquisa das fontes policiais apresenta-se por três eixos condutores principais: cidade (no sentido de estrutura concreta – ruas, casas, bairros –, mas também como espaço público de convivência, e, portanto, de relações sociais de embate e conflito), trabalho e polícia. Tomamos, pois, e entendemos tê-lo já demonstrado em parte até aqui, o ordenamento do espaço público e a consolidação de uma nova ética disciplinar do trabalho como pano de fundo da ação do poder público, concretizada nos expedientes das guardas municipais e da polícia. Com efeito, pode perceber-se que a polícia, para além de ser “o braço armado do Estado”, mantenedora da ordem no contato (violento) com o delituoso, era uma *referência* (junto à população em geral) de moral e de justiça. Talvez se trate da entidade de força do Estado mais estreitamente ligada à população, e, não que fosse uma fonte de assistencialismos, mas encontrava-se amiúde envolvida com atividades relacionadas com a manutenção da ordem em geral (desde recolher ébrios, vadios, turbulentos, mas também animais, como bois, cavalos e cachorros das ruas; até dar permissão para o funcionamento de clubes recreativos e cuidar para que prostitutas e jogadores, quando tolerados devido à classe

---

<sup>89</sup> Para fazer essa afirmação fundamentamo-nos nos trabalhos de CHALHOUN, 2001, SEVCENKO, 2003 e MEDEIROS, 1996 para o Rio de Janeiro; FAUSTO, 1975, FAUSTO, 2001 e SANTOS, para São Paulo e PESAVENTO, 2001 para Porto Alegre.

social a que pertenciam, atuassem longe dos olhos da *cidade de bem*), o que interessava, conforme veremos em algumas declarações nos jornais, às *nobres famílias* da capital.

### 3.1 A turma de guardas e vigias: o olhar vigilante e a coerção na direção da cidade ideal

A cultura jurídica brasileira apresenta uma forte influência do direito romano-germânico e, especialmente no que toca às leis penais, a dogmática jurídica nacional fundamenta-se na *civil law tradicion*. Segundo Roberto Kant de Lima, essa tradição difere-se da *common law tradicion* nos sistemas jurídicos ocidentais por privilegiar, entre outros aspectos, a *prescrição* em lugar da *descrição*. Conforme esclarece o autor, no Brasil as leis obedecem a critérios formais e abstratos na sua composição, apresentando “(...) caráter eminentemente normativo, de *dever ser*, e sua aplicação aos casos concretos depende, portanto, de interpretações que dêem conta do caráter contingencial da realidade” (LIMA, 1989:69).

A partir dessa idéia geral, havemos de considerar que no início da República, envolvido com um projeto maior de civilização, o Estado Nacional brasileiro debateu-se com questões importantes relacionadas ao direito penal e criminal, mas também com a criação de leis e decretos que organizassem e normatizassem os nascentes e crescentes centros urbanos. Assim, as legislações municipais das principais cidades brasileiras em todo o período da Primeira República estiveram em constante construção orientadas, é claro, pelas leis constitucionais (federal e estadual) e pelo Código Penal, especialmente no tocante às posturas municipais e suas disposições mesmo punitivas. Assim, levando em consideração o caráter prescritivo do Direito brasileiro, faremos deste momento de nosso trabalho uma análise da legislação municipal de Belo Horizonte, a fim de compreender como os órgãos administrativos, e de uma forma geral o próprio Estado, inscrevem-se ao projeto de criação *ideal* de uma cidade moderna e civilizada. Sem analisar as disposições legais em sua coerência e lógica internas, ou seja, na sua qualidade jurídica integral, o que escaparia ao objetivo deste trabalho, focaremos nossa análise naquilo que compõe o quadro de *intenções* do Estado para a criação de um corpo de agentes que tornasse possível a gestão de um espaço urbano pautado em pressupostos de organização do meio público e de conformação e recrutamento da população ao mundo do trabalho a partir dos referenciais de moral pública.

No seio da legislação municipal interessa analisar o conjunto de leis e decretos que regulamentavam a criação e principalmente a atividade da *Turma de Guardas e Vigias Municipais*. Essa documentação, a julgar pelo modo como foi organizada e pela

correspondência que guarda com os principais pressupostos do urbanismo moderno – isto é, embelezamento, higienização e racionalização do espaço urbano –, torna-se fonte de suma importância para a análise da *imagem de cidade* que se queria imprimir (oficialmente, i.e., pelo poder público) a uma realidade ainda em construção.

Assim, em 8 de outubro de 1903 a Lei Municipal nº. 12 criava a Turma de Guardas e Vigias de Belo Horizonte, destinada a fazer cumprir as posturas e regulamentos constantes das leis e dos decretos municipais, proibindo, coagindo e punindo aqueles que os contrariassem. A fim de regulamentar a própria corporação e fazer conhecer aos componentes da turma os seus respectivos expedientes, a prefeitura de Belo Horizonte publica imediatamente da aprovação da lei nº. 12, em 1903, um manual de instruções para execução dos serviços. Em sua primeira disposição o documento declarava criada a turma de guardas e vigias municipais, dividindo-a em dois grupos fundamentalmente, “(...) *sendo um de operários-vigias e outro de guardas municipais, cada um composto de quatro pessoas*”.<sup>90</sup>

Como se vê tratava-se de corporação modesta do ponto de vista quantitativo, oito guardas apenas. Nada, porém, incompatível com a população de pouco mais de 15.000 habitantes àquele ano de 1903.<sup>91</sup> Interessa-nos mais diretamente os expedientes postos a cargo da turma, porque eles representam o aparato qualitativo do referido manual, já que se tratam do conjunto das intenções de se criar um espaço urbano ideal, originalmente forjado na planta de Aarão Reis e sua equipe, e já aí envolto a um discurso inegavelmente consistente de conformação do novo espaço público a partir de critérios de asseio, moral pública e inserção no mundo do trabalho. Homens e mulheres estariam a partir de então submetidos relativamente de súbito por um novo conjunto de modos de agir e se comportar no espaço da cidade. Aos guardas e vigias municipais caberia a nobre tarefa de tornar efetivo e real o impecável projeto da nova capital.

Em primeiro lugar, caberia aos guardas municipais proibir entre outras coisas:

Que se dispensem na via publica materiais de construção que embarquem o transito ou as sarjetas, e bem assim os entulhos ou terras provenientes das obras, obrigando o depositante constructor, proprietário ou habitante da casa, conforme o caso verificado, a remover os materiaes no prazo que for fixado. Terminando este e não tendo sido realizado o serviço, lavra-se-á o auto de infracção, com a applicação da multa, nos termos do art. 59 e § das posturas approvadas pelo Dec. nº1.211, de 31 de outubro de 1898.<sup>92</sup>

<sup>90</sup> Prefeitura da cidade de Belo Horizonte. Instruções para execução dos serviços a cargo da turma de guardas e vigias. Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1903, p. 3. APM, 30 FM 352 B CX.BH 2.

<sup>91</sup> Não tempos referências precisas para afirmarmos se houve aumento de pessoal da Turma conforme ia crescendo a população.

<sup>92</sup> Ibid, p. 4.

Essas proibições, ancoradas no conjunto das posturas municipais, revelam o expoente fundamental da constituição do espaço urbano na relação público/privado, ao mesmo tempo em que informam práticas policiais como veremos à frente. Os cidadãos haveriam de respeitar certos moldes que a cidade “aspirava” ter. Era por ela que transitavam carros, carroças, velocípedes e pessoas, olhos atentos e bisbilhoteiros a se reconhecerem nos trajés, nos modos, nas posses, nas companhias; era na via pública que a cidade acontecia de fato; ela era o espaço público, por excelência. A via pública era a ribalta no “espetáculo da modernidade” cujo ambiente, por excelência, era a “cidade moderna”.

Nestas circunstâncias era forçoso, como se pode observar na citação acima, que não ficasse qualquer resquício de materiais de construção e outros objetos que entulhassem as ruas causando um duplo disparate em relação ao modelo de cidade que se pretendia imprimir ao plano da realidade concreta: primeiro, trata-se de cuidar para que não haja em circunstância alguma obstrução da via pública; segundo, trata-se de preservar a imagem de cidade que, insistimos, se quer limpa e admirável. Dessa maneira, proibia-se também,

que se despejem lavagens ou se deixem correr águas servidas nas vias publicas; Que se tenham jardins lagos ou poços cujo fundo e paredes não sejam cimentadas e cujas águas não sejam renovadas por correntes continuas [e, ainda,] Que se tapem, mudem e estreitem as vias publicas.<sup>93</sup>

Esse trecho lembra-nos da tentativa deliberada do governo de manter fora do alcance da visada e do olfato da população elementos que contrariem o projeto de vida esterilizada e elegante, livre dos percalços da natureza orgânica, donde emanam os odores, a insalubridade e a doença.

Outra preocupação do poder público com relação à manutenção da imagem e da livre circulação nas ruas da cidade era com o tráfego de animais. Proibia-se deliberadamente, por exemplo, o trânsito de cães desacompanhados de seus donos, sem coleira e sem comprovante de registro junto à prefeitura municipal. A justificativa para esse tipo de proibição pautava-se na idéia de que a presença de tais animais sem obedecer tais regras comprometeria a imagem e a salubridade do meio público urbano, daí proibir igualmente

---

<sup>93</sup> Idem.



Que se transitem ou estacionem sobre os passeios cavaleiros, animaes, carregadores com cargas, carroças e carrinhos e que se depositem nos passeios cargas ou quaesquer outros objectos que embarcem o transito; que se ande de velocípede pelos passeios e em disparada a cavallo ou de carro pelas ruas, avenidas e praças; que se amarrem animaes nas gradis dos portões, arvores e postes da electricidade; que se toquem boiadas ou tropas soltas pelas ruas, salvo se vierem convenientemente guiadas e a passo (multa de 10\$000 a 20\$000).<sup>94</sup>

As vias públicas, como se pode observar, *deveriam* ser severamente vigiadas e as novas leis haveriam de ser seguidas de maneira implacável. Em uma das disposições das posturas municipais encontra-se o regulamento de veículos, cabendo aos guardas municipais e, é claro, à polícia fazê-los valer e ser respeitados. Os guardas municipais cuidariam mais uma vez para que não:

(...) guiem vehiculos nas ruas individuos que não tragam a necessária licença, na forma do regulamento, (...) [obrigando] os guias e conductores de vehiculos a observar as disposições legaes quando ao transito de vehiculos nas ruas, e do asseio deste em emprego de animaes, (art. 68 e §§ das posturas e 6 n.9,7 n° 8, do Reg. n° 1377 de 3 de abril de 1890).<sup>95</sup>

Em 1913, um jornal informava sobre multa aplicada a três carroceiros em Belo Horizonte:

Foram multados em 10\$000, cada um, os carroceiros dos carros números 21, 27 e 44, que infringiram hontem o regulamento de vehiculos, trazendo as suas carruagens a contra mão em diversas ruas. Levou o facto ao conhecimento da polícia da 1ª. circunmscrição o inspector de vehiculos Orígenes Ribeiro de Carvalho.<sup>96</sup>

Está presente também entre as preocupações do poder público municipal a idéia de promover a total inserção em registro formal de agentes e ações, a fim de melhor regular o cotidiano urbano. É recorrente na letra das leis municipais essa preocupação com o comportamento previsível das pessoas e grupos, algo presente, conforme vimos, no próprio Código Penal de 1890. Manter a sociedade sob registro a tornaria de mais fácil vigilância e controle. Um exemplo marcante neste sentido pode ser encontrado na disposição n°. 10 do manual de instruções da turma de guardas municipais, à qual competia nunca permitir “que se

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> Idem.

<sup>96</sup> A CAPITAL, Belo Horizonte, 31 dez. 1913, p. 2.

estabeleçam nos logares públicos Kiosques ambulantes, *sem que os seus proprietários exhibam a respectiva licença* (grifos nossos)”.<sup>97</sup>

A criação de uma rede de registros formais pode ser entendida como estratégia do governo para fazer surtir um duplo efeito de controle social: em primeiro lugar, como já enunciamos, os registros tornam conhecidos os agentes e suas ações, ficando mais fáceis e eficazes operações de vigilância e punição dos indivíduos; em segundo lugar, exigindo a inscrição, o governo coagia o cidadão a estar em dia com suas obrigações, além de fazê-lo cumprir minimamente as normas públicas, condicionantes de seu sucesso enquanto vendedor. Os Kiosques, por exemplo, muitas vezes freqüentados por homens passíveis de ser considerados vagabundos pela polícia, poderiam existir em muito maior número – e na área central da cidade – se não fossem as normas para abertura e funcionamento dos mesmos.

Mas o poder público municipal não parecia dar conta das atividades exercidas pela população, ao que o mesmo responderia com uma vigilância enérgica e constante em relação às *ações sem registro* e, portanto, sem a devida licença. Caberia aos guardas municipais não permitir, por exemplo, a caça sem licença prévia a ser conseguida junto à prefeitura, sob pena de multa de 10\$000, conforme prescrição do art. 70 das posturas municipais vigentes à época.

Mas para além de impor o registro e o licenciamento às atividades de lazer como a caça, o poder público incumbia os guardas de cuidarem para que todo trabalho relacionado de alguma maneira à infra-estrutura urbana fosse feito por homens devidamente registrados – designados ou licenciados – pela prefeitura. Assim o que poderia parecer mera medida técnica de proibição dos serviços por pessoas não qualificadas, pode ser também entendido como projeto do governo de estar presente em todos os movimentos da nova cidade. Competia, portanto, aos guardas municipais proibir expressamente que:

bombeiros estranhos à prefeitura manobrem os registros da canalização publica e também das ramificações para prédios, collocalos nos passeios ou ruas (multa de 10\$000, art. 65 das posturas); Que pessoal estranho à prefeitura faça ligações de esgotos, quer com a rede geral, interna ou nos quarteirões, quer com a rede interna de cada prédio (multa de 10\$000 à 50\$000, art. 4º e 3º do Regulamento 1.366); Que façam serviços de instalação sanitária operarios que não estejam devidamente licenciados e matriculados (multa de 10\$000 a 50\$000, art. 4º e 3º do Regulamento 1.366). Que seja feito por pedreiros estranhos a prefeitura qualquer serviço de desobstrução ou reparação da rede interna ou externa de esgoto, serviço esse que so poderá ser feito por pessoal da Prefeitura (multa de 10\$000 a 50\$000, art. 36 e paragrapho do reg. 1366); (...) Que sejam feitas por indivíduos que não estejam matriculados ou que não tenham a respectiva

---

<sup>97</sup> Ibid, p. 5.

licença, instalações elétricas particulares (multa de 10\$000 a 100\$000, art. 14 a 15 do Reg. nº 1.383, de 26 de maio de 1900).<sup>98</sup>

Outras obrigações diziam respeito aos crimes contra a propriedade pública como quebra de “(...) lâmpadas da iluminação pública (...) danos nos postes e fios da iluminação (multa de 20\$000 a 30\$000)”,<sup>99</sup> entre outras. Daí que aos guardas cumpriria ainda o dever de

Communicar à directoria, por intermédio do chefe do serviço, quaesquer irregularidade que se notem nos serviços de electricidade, água e esgotos, taes como lampadas apagadas, cruzetas arruinadas, fios em mau estado, encanamentos arrombados, bem como os nomes dos indivíduos que, [mais uma vez] não estando matriculados, hajam feito concertos ou alterções nas installações particulares.<sup>100</sup>

Todas essas obrigações, especialmente as últimas em que apresentamos a recorrência da preocupação em regerar o mundo das atividades não registradas e não formalizadas, apontam para a formação de uma rede burocrática que se *pretende* eficiente, que tudo vê, que tudo registra, que tem previsibilidade e, portanto, controle sobre a dinâmica cidadina. O espaço urbano e as atividades humanas dentro deste espaço passam a constar da ordem do dia de um poder público aflito por manter em suas mãos o itinerário de uma cidade, cujos descaminhos, conquanto fossem reais, haveriam de ser vigiados, atenuados e, ao cabo, punidos. A lista de obrigações dos guardas municipais expõe o desejo do governo de regulamentação da vida pública, a fim de manter a cidade devidamente conhecida nas mais inusitadas nuances, registrando tudo e todos. Essa intenção expressa a necessidade de não permitir certas atividades sem licenciamento, mas sugere também que essas atividades já fossem corriqueiras, demandando, por isso mesmo, vigilância e jurisdição.

Se considerarmos que a cidade encontrava-se ainda em vias de construção do ponto de vista concreto – i.e., infra-estrutura, prédios, passeios, muros, ruas – não fica difícil de inferir a existência de conflito entre o formal e o informal, o público e o privado. O indivíduo que eventualmente é encontrado consertando instalações sanitárias ou de fornecimento de energia elétrica poderia ser autuado pelo guarda municipal. Isso parece sugerir que o mesmo haveria de deixar ao Estado certas competências que não eram dele. Mas a própria incidência de pessoas dando-se ao trabalho de consertar um encanamento aponta para a existência de

<sup>98</sup> Ibid, pp; 6-7.

<sup>99</sup> Ibid, p. 7.

<sup>100</sup> Idem.

irregularidades, senão abstinência, desses benefícios de infra-estrutura, em algumas áreas da cidade.

Não temos documentos que nos possam dar uma idéia mais concisa da geografia das atuações realizadas pelos guardas municipais, mas podemos sugerir que dificilmente um membro da elite burocrática do Estado ou da elite proprietária da cidade de uma maneira geral, moradora da zona urbana, poderia ser autuado se flagrado realizando tais serviços de “bombeiro”, “eletricista” ou “encanador”. Já nos bairros mais pobres em que os melhoramentos em infra-estrutura não chegassem de todo, ficando lacunas nas redes de esgoto ou fios elétricos, haveria maior possibilidade de se encontrar alguns “operários (!)” – conforme coloca o documento acima citado – “invadindo” os territórios de competência do governo, botando ele próprio mãos à obra na tentativa de melhorar sua vida. No capítulo 2, ao tratarmos do problema da mudança das populações de um local para outro dentro do espaço urbano, vimos um documento enviado pelos moradores da Pedreira Prado Lopes (VI seção suburbana), como negativa à Lei nº. 309 que determinava a transferência de populações de algumas áreas pobres da cidade para vilas operárias criadas pelo governo. Os moradores de Prado Lopes negavam-se a abandonar o bairro, alegando terem (eles próprios) realizado benfeitorias, além de terem erguido suas habitações.<sup>101</sup> Demais o próprio fato de haver leis que proibam a participação de operários não-licenciados em obras de competência do governo coloca-nos a possibilidade de essas práticas existirem em alguma medida.

Esmoleiros e indigentes também estavam na mira dos guardas municipais. Havia um “Regulamento dos Mendigos”, aprovado em 1900, pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Benjamin Franklin Silviano Brandão, no qual se lia: “nenhum indivíduo poderá pedir esmolas no distrito da cidade sem estar inscrito como mendigo no respectivo livro da prefeitura”.<sup>102</sup> Assim, aos guardas municipais competiria “Impedir que esmolem na cidade indigentes que não estejam matriculados”.<sup>103</sup>

A mendicidade estava intimamente ligada ao ócio e, por conseguinte, à própria vadiagem. Desde o último quartel do século XIX, o Brasil experimentava um processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado. O grande desafio que estava colocado era a superação do estigma do trabalho braçal no país, sempre ligado a uma imagem negativa de inferioridade, própria dos escravos. Urgia, portanto, convencer as pessoas de que o trabalho

<sup>101</sup> Veja-se Correio Mineiro, 11 nov. 1926, p. 2.

<sup>102</sup> Regulamento dos Mendigos, 1900, *apud* ANDRADE, 1987:24.

<sup>103</sup> Prefeitura da cidade de Belo Horizonte. Instruções para execução dos serviços a cargo da turma de guardas e vigias. Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1903, p. 8.

ordeiro e regular era uma atividade nobre e dignificante. O propangandismo não tardou, mas um outro problema se colocava à sombra da questão do trabalho: o da vadiagem. Esta representava o avesso do trabalho, e, diante da celebração deste último como a mais digna atividade humana, não seria difícil criar uma mentalidade de repúdio ao ócio, e, por conseguinte, aos ociosos.<sup>104</sup>

Assim o tema da vadiagem passara à ordem do dia e figurou como problema central na República. O Código Penal de 1890, primeiro feito da justiça criminal brasileira em regime republicano, prescrevia a vadiagem como contravenção, e, não por acaso, foram estimuladas construções de colônias disciplinares e correccionais a partir de sua vigência. A idéia que sustenta essa medida é simples: o vadio poderia se redimir e se recuperar através do trabalho coato, que, conforme prescrevia o Código Penal de 1890, deveria ser organizado em torno do “regime carcerário de caráter correccional”. A crença de que o trabalho digno e regular poderia dar sustentação à sociedade, sendo, para aqueles que não tinham outra coisa senão a sua força de trabalho para vender no mercado, a única via de inserção social, movia o pensamento jurídico à época, e deveria organizar os expedientes dos guardas municipais e da própria polícia. Citando o criminologista Maurice Parmelee (1916), Marco Antonio Cabral dos Santos, em estudo sobre a polícia e a sua relação com a sociedade paulistana da virada do século XIX para o XX, enfatiza que a vadiagem poderia significar uma ante-sala da criminalidade, podendo o vadio ser considerado um semi-criminoso, dada a sua predisposição para o crime, uma vez que se encontrava distante do trabalho honesto e regular. Dessa maneira, restaria ao vadio:

apenas a caridade pública ou o atentado à propriedade alheia. O combate à vadiagem se revestia assim de um caráter profilático, na medida em que evitava a manifestação da criminalidade em sujeitos para os quais esse potencial era evidente.<sup>105</sup>

Santos (2004), a fim de demonstrar a fala de um contemporâneo do início do século XX acerca do assunto, dá a palavra a Maurice Parmelee, que faz o seguinte juízo da questão:

Mendicidade e vadiagem devem ser proibidos porque, enquanto a ajuda dada a eles está em alguns casos justificada, tão logo a mendicância seja permitida, haverá numerosos impostores que se tornam parasitas na comunidade e encorajam doações indiscriminadas. Além disso, criminosos freqüentemente são ajudados podendo continuar suas atividades criminais sob o disfarce da mendicidade e da vadiação.<sup>106</sup>

<sup>104</sup> Ainda nos tempos do Império, quando era recente a assinatura da Lei Áurea, o então Ministro da Justiça, Ferreira Vianna, encaminhara ao congresso um projeto de lei de *repressão à ociosidade*, o qual fora aprovado em seguida (SANTOS, 2004:180).

<sup>105</sup> SANTOS, 2004:188-189.

<sup>106</sup> PARMELEE, Maurice. *Poverty and Social Progress*. New York, Macmillan, 1916, p. 295, *apud* SANTOS, 2004:189.

Em Belo Horizonte, a mendicância era tolerada, mas somente em hora, dia e local próprios, previstos pelo poder público municipal, através do mesmo *Regulamento dos Mendigos*. Quando identificado pela guarda municipal ou pela polícia o mendigo passava por uma avaliação, a partir da qual se resolvia o seu destino. Se identificado como vadio era preso e processado conforme manda a lei, e passaria (ao menos em tese) a ser vigiado e coagido ao mundo do trabalho regular; se fosse constatada a sua inaptidão para o trabalho receberia, conforme regulamento municipal, a licença para exercer a mendicidade.

O mendigo, assim que realizasse sua inscrição na Prefeitura, receberia uma placa de identificação com a designação “Mendigo”, a qual deveria trazer no peito de modo que fosse reconhecido de imediato. Recebia também um bilhete de identidade onde constavam seus dados pessoais e o local em que poderia exercer a mendicância. Esse quadro reflete uma atitude de tolerância por parte de uma sociedade que reconhece a invalidez para o trabalho como digna de amparo. Mas o mesmo regulamento, além de vigiar austeramente os “mendigos farsantes”, prevê a proibição irrevogável da exibição de escrófulas, chagas e deformidades.

Em 1911, a sociedade belo-horizontina receberia com euforia o Asilo Afonso Pena, destinado à internação dos mendigos. A partir daí o Regulamento dos Mendigos perderia validade, ficando expressamente proibida a mendicância pelas ruas da capital. Um periódico noticiava em 1913 que no Rio de Janeiro “o Dr. Francisco Valladares, Chefe de Polícia, ordenou aos delegados que tome medidas enérgicas para a repressão da mendicidade”.<sup>107</sup> Ao que parece, a polícia de Belo Horizonte também declarara guerra aos mendicantes. No mesmo ano de 1913, podia-se ler nas páginas de *A Capital* a seguinte matéria, cujo título era “Ainda a mendicância: o pobre Leonel no Asylo”:

Em nossa edição de ontem noticiamos haver o Sr. Dr. Chefe de Polícia oficiado aos srs. delegados das circunscrições da capital, no sentido de ser cumprida (?) a lei municipal que proíbe a mendicidade nas ruas. Como era de se esperar as suas ordenações vêm sendo cumpridas com rigor. Nestes últimos dias muitos indigentes encontrados esmolando pelas ruas foram recolhidos ao Asylo. O Leonel Rodrigues, o popular Leonel, o cego, pagou ontem o seu tributo à infelicidade. Ele, que prefere esmolar o resto da vida a ficar entre quatro paredes, viu-se agarrado por um guarda civil que o levou para a Delegacia, donde foi cambiado ao Asylo.<sup>108</sup>

<sup>107</sup> A CAPITAL, Belo Horizonte, 25 nov. 1913. Hemeroteca Estadual Assis Chateaubriand, Minas Gerais.

<sup>108</sup> A CAPITAL, Belo Horizonte, 25 out. 1913. Hemeroteca Estadual Assis Chateaubriand, Minas Gerais.

O asilo Afonso Pena era estreitamente destinado aos mendigos inaptos para o trabalho regular. Mas, ao que fica evidente nesta nota que citaremos a seguir, a polícia encaminhava bêbados, epiléticos e loucos para o asilo, sem discriminar sobre a sua necessidade específica de assistência social. Assim em 1915 um ofício chegava às mãos do Sr. Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais. Tratava-se de um apelo de autoria do Diretor do Asylo Afonso Pena para que não fossem enviados ao hospital – já lotado (!) – pessoas que não apresentassem estritamente as características de mendigos inválidos para o trabalho por moléstia ou defeito físico:

Prevaleço-me do ensejo para scientificar-lhe [o remetente se dirige ao Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais] que o hospital tem lotação limitada e que esse limite está sempre atingido (...) Assim são sistematicamente recusados os alcoolistas, os epilépticos e os dementes com mais de duas internações (...) reservar o hospital para os casos possíveis de tratamento e susceptíveis de cura (...) o Asylo Afonso Pena deve ficar reservado para os mendigos inválidos para o trabalho por moléstia ou defeito physico.<sup>109</sup>

Segundo lembra-nos Luciana Andrade, junto com o decreto que dera origem ao “Regulamento dos Mendigos”, foram aprovados outros dois: um criava a matrícula dos cães, proibindo a sua circulação pelas ruas sem a presença do dono, sendo obrigatório o uso da coleira contendo o registro do animal junto ao poder público; e outro criava a matrícula para cabras, cabritos e carneiros, sendo criado um imposto sob o animal, bem como a proibição de sua circulação no ambiente da cidade (ANDRADE, 1987:24). De sorte que podemos sugerir a questão da imagem urbana como razão fundamental para a criação de tais decretos. Limpar a paisagem urbana civilizada tal como era pretendia de elementos que comprometessem a ordem, bem como a limpeza e a higiene, quesitos que estavam condicionados à presença de animais e corpos humanos imundos, vadios ou inválidos pelas ruas, praças e avenidas.

Em estudo sobre a relação das autoridades médico-sanitárias com as forças policiais na cidade de São Paulo dos primeiros anos do regime republicano, Marco Antônio Cabral dos Santos e André Mota identificam um quadro conflituoso entre as ações (não raro violentas e arbitrarias) do poder público municipal e a reação das classes populares, que, na mira das políticas públicas de higiene e na malha da lei através da ação policial, apresentavam grande resistência à implantação de novas obrigações municipais.<sup>110</sup> Um exemplo marcante é o da lei

<sup>109</sup> Ofício enviado pelo Diretor do Asilo Afonso Pena ao Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais. Pol. 8 Cx. 02 – Doc. 10-13 (1913-1937) – Belo Horizonte. Ocorrências Policiais. Série 8: (1913-1937), BH. Pol 8. Cx 02 – Doc 16 (79 folhas), 1915.

<sup>110</sup> Lembrando uma nova historiografia, tanto estrangeira quanto nacional, que tem dado grandes contribuições ao estudo das resistências populares à implantação de novas ordens sociais orquestradas por interesses dos grupos dominantes – a exemplo de E. P. Thompson, Eugene Genovese, Robert Slenes, Sílvia Lara, Maria Helena

municipal nº 178 de 09/05/1895 que tornara obrigatório o cadastro de vacas e o uso permanente de uma caderneta por parte do proprietário a quem caberia fazer constar o “estado sanitário” do animal registrado. Os autores lembram que a reação da população foi quase imediata, posto que em 1896, em ofício enviado ao Chefe de Polícia de São Paulo, o intendente municipal de Polícia e Higiene, João Leite Penteadado, pede auxílio à força pública para combater a promessa de greve dos vaqueiros insatisfeitos com a nova obrigação (MOTA E SANTOS; 2003).

Em Belo Horizonte, como observamos acima, havia igualmente este tipo de regulamento, estendido, aliás, para cães, cabritos, cabras e carneiros, cujos donos eram também obrigados a matriculá-los na Diretoria de Higiene da Capital.<sup>111</sup> E, assim como em São Paulo, vemos emergir junto à população pobre de Belo Horizonte o protesto contra este tipo de medida, vista como no mínimo exagerada e importuna pelos donos de animais. Não encontramos uma ameaça de greve ou uma incidência mais enfática de resistência popular à nova lei em Belo Horizonte, mas de maneira satírica, noticia-se que, em fevereiro de 1901, nos dias de carnaval, um carro alegórico ostentava irônica e irreverentemente uma crítica tenaz ao referido regulamento.<sup>112</sup>

Os jornais noticiavam freqüentemente a presença de animais nas vias públicas, a ponto de um cronista certa vez comparar Belo Horizonte a Constantinopla devido à presença numerosa de cães vagantes pelas ruas (JULIÃO, 1996:87-88). O serviço de higiene e a ação policial parecem, então, estarem, também em Belo Horizonte, intimamente relacionados no contexto de formação do espaço urbano moderno.

Em Belo Horizonte, assim como em São Paulo e Rio de Janeiro, bem como em outras cidades do país,<sup>113</sup> a ação policial e a atividade higienista parecem ter dado as mãos especialmente no tocante à conformação do mundo do trabalho. Referindo-se às Agências de Saúde e de Segurança Pública, criadas pela legislação municipal de Belo Horizonte, no contexto de fundação da nova cidade, Leticia Julião (1996, p. 85) observa que:

ambas atuaram de maneira decisiva na formação do trabalhador urbano. Tomaram para si a tarefa de conhecer a multidão da cidade, de identificar e

---

Machado, Sidney Chalhoub, João José Reis, Eduardo Silva e Cristina Wissenbach, entre outros – os autores entendem “resistência” “(...) como reação popular às práticas saneadoras das autoridades, obstruindo e descaracterizando o projeto modernizador idealizado pelas elites [apresentado-se] (...) não apenas sob o prisma da reação, mas sobretudo da ‘ação’ ligada à permanência de hábitos e costumes tradicionais de imigrantes e nacionais” (MOTA e SANTOS, 2003:153-154).

<sup>111</sup> Sobre o referido regulamento, veja-se Decreto nº 1436, de 27/12/1900, Leis e Decretos Municipais.

<sup>112</sup> DIÁRIO DE MINAS, 18 fev. 1901, p.1.

<sup>113</sup> Sobre as mudanças experimentadas pelas cidades brasileiras na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX, veja-se SEVCENKO, 2003; PESAVENTO, 1995.



separar os trabalhadores dos vadios, de coibir antigas condutas e disseminar novos hábitos e valores, compatíveis com as exigências morais e materiais de uma sociedade moderna. Isso significou submeter os espaços de moradia, lazer e trabalho das classes populares a um rosário de expedientes normativos, somados a uma vigilância e repressão sistemáticas.<sup>114</sup>

Nessa definição de Leticia Julião encontramos elementos fundantes da ação policial e dos agentes sanitários. Trata-se de uma atividade que se insere exemplarmente na constituição do espaço urbano moderno, mormente com violência e arbitrariedade, senão legitimada por um discurso conciso (médico e jurídico-policial) e sempre amparada pela lei.

A criação e matança de gados, repudiada e proibida em termos legais, é um outro exemplo desse quadro geral de regulamentação de um espaço público pautado na salubridade e no asseio próprios de um projeto conciso de civilização. O poder público cuidaria para que o trabalho com a carne animal, do confinamento ao abate, haveria de se organizar em outras paragens, fora do centro da cidade. As leis municipais previam a existência de matadouros apenas nas zonas suburbana e rural do município, isto é, fora da visão e dos olfatos das nobres famílias proprietárias, tributárias do ideal de higienização da “urbe moderna”. Assim, mais uma vez, cumpria que os guardas municipais proibissem:

Que se façam a engorda e matança de suínos na zona urbana da cidade; Que se façam estrumeiras ou qualquer outro deposito de detritos orgânicos, sob pena de multa de 20\$000 e remoção do deposito por conta do infractor, lavrando-se o respectivo auto.<sup>115</sup>

Essa tarefa de manter limpa e asséptica a cidade ia somar esforços também com os vigias operários, a quem competia:

Fazer apreensão dos animais soltos nas ruas e logradouros públicos; Remover os cães mortos por bolas; Percorrer as zonas urbana e suburbana, verificando si há águas empoçadas e estagnadas e facilitar-lhes o escoamento; Indicar ao fiscal, por intermédio do chefe da turma, quaes os pontos da cidade que reclamam limpeza.<sup>116</sup>

---

<sup>114</sup> JULIÃO, 1996:85.

<sup>115</sup> Idem.

<sup>116</sup> Ibid, p. 8.

O poder público municipal impelia também os próprios cidadãos, através das posturas municipais, a agir pela manutenção da assepsia e salubridade da cidade, o que dependia da limpeza não só do espaço público, mas também do espaço privado. É exatamente neste aspecto que todo o projeto de constituição do meio público citadino, “moderno” (infra-estruturado, racionalizado do ponto de vista do espaço) e “civilizado” (embelezado e higienizado) passa a depender do asseio e da participação dos cidadãos particulares. Assim o sucesso pretendido a propósito do espaço e da vida pública dependeria para seu pleno efeito prático da aplicação de posturas também para o espaço privado. Desta forma ficava, ainda, a cargo dos vigias operários:

Fazer o serviço de limpeza dos pateos e cocheiras, quando os proprietários não o queiram fazer, correndo por conta deste as despesas; Fazer o serviço de desinfecção dos prédios, sendo dirigido pelo fiscal; [por fim] Informar ao fiscal, por intermédio do chefe da turma, sobre toda e qualquer irregularidade que possa prejudicar asseio e a hygiene da cidade.<sup>117</sup>

Assim, a salubridade e a imagem de cidade progresso que nega as práticas arcaicas que lembrem elementos concernentes à vida rural posicionam-se centralmente na luta contra as “mazelas” da vida urbana moderna. Com efeito, o que fica claro neste conjunto de posturas municipais, e que aos guardas competia fazer valer e zelar, é o *desejo* deliberado de levar à prática o ideal de capital limpa e civilizada, livre das enfermidades da natureza orgânica e das concepções costumeiras associadas a uma vida rústica. A idéia era fazer com que as pessoas conhecessem o mais intimamente as novas perspectivas que se colocavam à frente de uma cidade digna do Estado de Minas, do Brasil e do século XX, para relembrar a fala de Alfredo Camarate.

### **3.2 A polícia: guardiã do senso de disciplina urbana**

Talvez a grande novidade trazida pela vida moderna em cidades tenha sido a formação de um espaço público a partir do qual vão se configurando novos padrões de comportamento, de controle e jurisdição. As pessoas passariam a se referenciar pelos olhos dos outros, e o julgamento alheio ganharia importância no quadro das relações sociais no meio público.

---

<sup>117</sup> Ibid, p. 8.

Trata-se da consolidação de uma nova perspectiva da experiência coletiva de homens e mulheres cujos passos passariam a experimentar um novo ambiente. A cidade promove essa situação em que os indivíduos tornam-se a um só tempo observadores e atores de uma realidade nova, muitas vezes espetaculosa.

Walter Benjamin, ao analisar as cidades-metrópole dos séculos XVIII/XIX, lembra que alguns elementos são centrais na constituição deste novo espaço público, entre os quais cumpre destacar a imagem fotográfica, cada vez mais comum em meio à multidão urbana; a imprensa novelística, cuja estrutura folhetinesca tomava de assalto legiões de leitores ansiosos por conhecer os desfechos de tramas ligadas à vida cidadina, algo muitas vezes observável no plano da realidade; os *reclames* e os *affiches*, recheados de novos estímulos visuais projetavam um mundo de novos usos, novas maneiras e demandas materiais (moda, vestuário, remédios e curativos); as colunas policiais, de casos embaraçosos e mexericos que também prendiam amiúde a atenção alheia; as exposições universais que expunham as inovações técnicas sempre surpreendentes de uma ciência, tornada função da lógica produtiva de mercado; magazines e almanaques para as quais se voltavam cada vez mais olhares aflitos por encontrarem definições e usos para o mundo dessas novidades espetaculares. Demais, os locais públicos da cidade, como praças e jardins, além das próprias ruas, os bulevares e as galerias tornam-se o lócus do encontro de pessoas ainda ciosas de sua exposição e julgamento por parte do fenômeno urbano que as cerca. Segundo Azevedo (1998), essa nova configuração das relações sociais suscita

novos mecanismos de observação e de confinamento de pessoas, classes, usos e ocupações, enquanto se disciplina uma nova ordem urbana, vigil e policiada. Prodigalizam-se, outrossim, proibições, restrições e separações, transformando em delituosos ou suspeitos atos até então corriqueiros e, ao mesmo tempo, uniformiza-se a processualística cível e criminal com uma minuciosa taxonomia de culpas e contravenções e suas respectivas sanções (AZEVEDO, 1998, p. 2).

A ação policial neste contexto é decisiva porque as cidades – ou antes, os projetos de cidade – não prescindirão da vigilância. E essa vigilância não aparece como incumbência exclusiva de um grupo de agentes do governo, sendo, com efeito, reclamada por toda a sociedade, que se empenha junto ao poder público pelo controle sanitário e pela obediência às posturas municipais. Assim, mais uma vez observa Azevedo (1998, p. 2):

A polícia - no sentido que os séculos XVII e XVIII conferiram à palavra - nas cidades cosmopolitas, esmera-se em arremedar, de certo modo, a ordem impositiva da empresa capitalista. Numas e noutra, o imponderável e o aleatório devem ser expurgados; as expectativas necessitam subordinar-se a um dado grau de previsibilidade; as marginalidades, quando não alijadas, precisam ser controladas; a regra e a regularidade são impostas; os fins explicitam os meios e tudo há de ser estimado e contabilizado.

Ao tentar situar o lugar da força pública em Belo Horizonte no contexto de ordenamento do espaço e do comportamento urbanos, pensamos que encontraríamos na Série “Ocorrências Policiais”, do Fundo Polícia, arquivado no Arquivo Público Mineiro, um aparato de autuações, crimes, inquéritos e prisões. Descobrimos, todavia, que aquela série não se tratava apenas de boletins de ocorrências policiais, compondo-se também de documentos produzidos por outros setores da sociedade. Há, entre outros documentos, a) respostas a reclamações prévias ou reclamos originais de instituições ligadas ao trabalho policial, como o Gabinete Médico Legal, Seção de Transporte, Asilos e Cadeias; b) abaixo-assinados endereçados ao delegado de polícia por indivíduos eventualmente abordados na rua ou em casa, contendo notas de repúdio à ação policial, pedindo providências diante do comportamento agressivo da praça ou oficial que tenha efetuado a autuação, seguida ou não de prisão; e c) estatutos de clubes recreativos, que são enviados à polícia a fim de obterem permissão para dar início às suas atividades. Estes últimos são particularmente ricos, e nos interessam em especial, porque deixam ver todo um ideal de espaço público e privado, ordem e legitimidade da ação policial presente em setores da sociedade civil.

Nossa proposta nesta última parte do trabalho é, pois, analisar a referida série documental em conjunto com notas de jornais a fim de compreender o lugar da polícia neste processo mais amplo de ordenação do espaço público, da moral e do trabalho.

Em artigo já clássico sobre o tema da cidade do século XIX, enfocada pela perspectiva da ordem pública e mais especificamente da ação policial, Robert Storch (1984, p. 7) propõe-se a examinar

(...) a relação existente entre a emergência, na Inglaterra, de uma organização policial fardada, burocratizada, moderna e o advento de noções redefinidoras dos elementos constituintes da ordem urbana e da disciplina social no século dezenove, (...) [desenvolvendo] a idéia de que o policiamento era uma parte proeminente da tentativa de se criar um novo ‘padrão básico’ de ordem urbana – o esboço de novos limiares do comportamento individual tolerado em público (...).

Storch trabalha com as aspirações de uma nova classe urbana, a burguesia, centrando-se nos projetos de consolidação de uma ordem do trabalho e da moral pública na metrópole vitoriana. Ele identifica a emergência de um ideal de disciplina e moralidade cidadinas sustentadas pelo imperativo de uma

comunidade ideológica”, concretizada nas chamadas “missões domésticas”, promovidas pela burguesia, destinadas a difundir a mensagem do Lar, da Frugalidade, da Continência e do Adiamento da Gratificação Presente, além do lançamento de muitas outras cruzadas para moralizar as massas (STORCH, 1984, p. 9).<sup>118</sup>

Essa é a questão central: no esteio da ação dos homens da ordem (os policiais) estava muito bem colocada uma retaguarda moral vivaz presente em um discurso conciso de organização e ordenação do espaço e da conduta no meio urbano. É algo cuja ação surtiria o efeito próximo àquele causado pela comunidade ideológica inglesa de que fala Storch. Assim consoante à ação dos homens da ordem estava a ordem dos homens, um conjunto de juízos e concepções que a *cidade de bem*, a cidade dos proprietários e funcionários do Estado, na letra de jornalistas e literatos, pretendia imprimir à população.

De uma maneira mais sistemática a polícia de Belo Horizonte durante a Primeira República representava para a sociedade um mantenedor por excelência da ordem e da moral públicas. Assim, as prisões e a ação policial no cotidiano da nova cidade estavam relacionadas à gestão do espaço urbano. Por isso, como veremos, a polícia atua nesse universo social pautado em alguns valores ainda em construção a respeito do que representava um ato, uma prática ou mesmo um lugar imoral, a quem caberia o predicativo de vagabundo e desordeiro.

A partir do que já esboçamos no capítulo II a propósito dos imigrantes, a quem imputou-se o rótulo de aventureiro em referência à sua instabilidade e descompromisso com a cidade, o trabalho e o não-trabalho – isto é, aqueles que na leitura da polícia buscaram se estabelecer por via do trabalho regular e aqueles que não o fizeram, lançando-se à sorte – passaram a figurar como balizas para a definição de homens e mulheres passivos da repreensão policial. A pobreza, muitas vezes desdobramento dessa situação de desemprego e exclusão – lembre-se que houve uma política de retirada forçada dos imigrantes por parte do governo – começa a ser a principal baliza para o edifício de um mundo de fronteiras, onde a ordem imperava muitas vezes independente da justiça.

---

<sup>118</sup> Storch observa também a recorrente associação da pobreza com a desordem e a periculosidade, configurando uma nova ordem urbana pautada na vigilância constante dos grupos populares, seus costumes, seus hábitos, sua tradição (STORCH, 1984:15).

### 3.2.1 Prostituição

O caso das prostitutas é exemplar neste sentido. Havia aquelas pobres, que – tratadas e conhecidas por raparigas, putas e cuias<sup>119</sup> – tinham nas ruas o palco de seus encontros com a sorte de um bom ou um mau dia de trabalho; estavam sempre expostas aos olhos vigilantes da polícia e da sociedade civil, que nas páginas dos jornais registrava com não menos repúdio a sua presença nas ruas da capital. Por seu turno, havia também as sobranceiras “madames” francesas, ou mesmo as artistas nacionais vindas da capital federal, que iam exhibir-se com “respeito” e “reverência” – observáveis em notas de jornais – nas bem protegidas casas de espetáculos para homens de alto poder aquisitivo (ANDRADE, 1987, p. 32).

Em notas nos jornais, cronistas fazem referência ao mal do meretrício, falando em nome das idôneas famílias mineiras. Padre Francisco Martins Dias, em 1896, publicava no jornal de sua propriedade, o “Bello Horizonte”, uma matéria de repúdio à presença das prostitutas nas ruas da cidade. A matéria é exemplar porque expressa uma dupla concepção de mãe boa e mãe ruim, o que pressupõe a existência de boas e más famílias. Ocorre que Dias culpa as mães das prostitutas pela existência e “opção” delas, lamentando que um “mercado de trabalho” regular em franca expansão, pronto para absorvê-las, seja negligenciado e trocado pela vida vadia nas ruas, nas vendas e nos botequins. Com efeito, e essa era a bronca do reverendo, aquelas “meninas devassas” preferiam a vida fácil e imoral do meretrício a meter-se numa casa de família, por exemplo, ocupando-se dignamente de tarefas domésticas. Assim escreve Dias:

Em toda parte há esta praga pior que as do Egito, triste e péssimo produto, que as mães descuidadas, levianas e relaxadas dão à sociedade (...). Precisa-se de quem lave uma toalha e não se acha; precisa-se de quem busque um feixe de lenha e não se encontra; precisa-se de quem sirva uma casa e não se tem e, entretanto, as ruas, e as vendas cheias de mulheres vadias (...) (grifos nossos).<sup>120</sup>

É interessante notar nessa matéria a não preocupação com o fato de existir a prostituição em si, mas com o fato de a sua existência comprometer o mundo do trabalho moralizado e regular. Daí referir-se às meretrizes como *vadias*. Esse é um sintoma,

<sup>119</sup> Moacyr Andrade. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, n.º. 33, 1982.

<sup>120</sup> BELLO HORIZONTE, Belo Horizonte, 23 fev. 1896. Hemeroteca Estadual Assis Chateaubriand.

aparentemente surdo, conquanto recorrente tanto nos jornais como na documentação policial, que reproduz a fala de uma sociedade às voltas com a questão do trabalho. Não só o trabalho como prática e relação econômica de produção, mas o trabalho como sinônimo de dignidade, fonte, como vimos, do característico mais louvável do povo mineiro. Trata-se de uma representação (geral) forjada na fala e na pena de homens como Padre Dias e João Pinheiro, mas difundido na sociedade principalmente através da imprensa.

Também o grande problema que se verifica não é a prática do meretrício, mas a sua existência e exposição ao meio público. Lendo as notas de jornais e os relatórios do chefe de polícia podem-se ouvir com clareza vozes que reclamam a boa ordem e louvam a sua manutenção que projeta a imagem pública reta que desejam; campanhas de “saneamento moral” são comuns nessa época e figuram como característico central de uma cidade em vias de ordenação. Segundo aponta Luciana Andrade, “a polícia, como a imprensa e a população, acusava um ‘crescimento pavoroso’ da prostituição na capital e reclamava o isolamento do meretrício numa determinada região da cidade afastada do centro”.

Coloca-se aí mais uma vez a questão da espacialidade e da segregação: os moradores do centro da cidade, para onde se destinavam as benesses oferecidas pela administração municipal, sendo o verdadeiro lócus da concretização dos projetos de cidade moderna e civilizada, proferidos pelos médicos higienistas, pela inteligência urbanística e pela própria polícia, guardiã da ordem e da disciplina, exigem o afastamento deliberado não de uma prática propriamente – a prostituição – mas de suas indumentárias que não eram menos que uma *afronta à moral*, e, portando, indesejável no espaço público, porque promíscua, obscena e periculosa.

No ano de 1915, o “Diário”, periódico da capital, veiculava o seguinte reclamo da população belo-horizontina com relação ao meretrício em expansão: “*As famílias se queixavam do cinismo com que as marafonas exercem a sua tristíssima profissão, já fazendo exhibições que não deveriam transpor os umbrais de suas residências já metendo no ridículo a circunvizinhança*”.<sup>121</sup>

Vê-se aí mais uma vez uma intrincada relação com o trabalho. O autor dessa matéria, se lhe dermos as vezes de porta-voz em alguma medida das famílias proprietárias de Belo Horizonte – ressaltem-se as *boas, nobres, exmas* famílias, como aparece em outros jornais (veja-se capítulo 2, p. 18) –, vemo-lo conceber como legítima a “profissão” das “marafonas”, apesar de taxá-la como “tristíssima”, ficando a sua bronca reservada ao fato de elas – as prostitutas – se *exibirem* em público: portanto, mais uma vez, uma afronta à moral.

<sup>121</sup> DIÁRIO, 01 out. 1915 *apud* ANDRADE, 1987:35.

A história da prostituição em Belo Horizonte nas duas primeiras décadas do século XX parece ter sido a história da luta por parte da população e da polícia em torná-la – a prostituição – prática aceita, mas longe das vistas da cidade-modelo do progresso e da moralidade. Esse processo está ligado diretamente à formação de um espaço público específico, pautado nos referenciais de moral e disciplina públicas presente nas representações de cidade veiculadas pelo poder público e por uma parcela da população, residente ao centro da cidade, afinada com o projeto oficial vindo já dos tempos de Aarão Reis e da Comissão Construtora.

Algumas informações são importantes para percebermos o itinerário da prática do meretrício entre mulheres pobres em sua relação com a sociedade de Belo Horizonte da Primeira República de uma maneira geral. Primeiramente é necessário frisar que a prostituição não era considerada crime, apenas o cafetismo era considerado contravenção. Em segundo lugar, Belo Horizonte não desenvolvera posturas municipais para regulamentar o meretrício pelo menos até o início da década de 1920, razão pela qual, aliás, vimos a sociedade reclamar providências. Por causa disso as prostitutas autuadas por estarem claramente em exercício de sua “profissão” nas ruas da capital eram levadas presas não por meretrício naturalmente, mas por desordem e imoralidade.

Em 1912, o delegado de polícia responsável pela 2ª Circunscrição – Barro Preto, bairro pobre, vila operária (veja-se capítulo 2) – encabeça uma grande cruzada moral, chefiando incursões em bares e botequins, fechando-os quando lá encontrasse “(...) atos imorais ou cenas escandalosas” (ANDRADE, 1987:34). Entre esses alvos deliberados da polícia, em regime de ação preventiva, encontram-se as prostitutas, mas somente as que estivessem expostas aos olhos vigilantes do mundo público. Portanto estariam na mira dos homens da ordem aquelas que estivessem

(...) ‘fora de casa, passeiando (sic) pelos passeios e ruas, indo e voltando repetidamente’; prisão [também] para os que perturbassem o sossego público, ofendendo os bons costumes e a moralidade das famílias e máxima vigilância às ‘pensões alegres’, para que ‘não se dêem cenas de deboche, visíveis ao público, gritarias e palavrões incômodos e perturbadores da tranqüilidade das famílias’ (ANDRADE, 1987, p. 34).

O Código Penal de 1890 previa em seu Livro II, Título VIII — Dos crimes contra a segurança da honra, e honestidade das famílias, e do ultraje público ao pudor, contando um total de cinco capítulos, a saber: I) Da violência carnal, II) Do rapto, III) Do lenocínio, IV) Do



adultério ou infidelidade conjugal e V) Do ultraje público ao pudor. Veja-se que na própria letra da lei federal havia referência à moral de família da qual também falam os jornais de Belo Horizonte. Assim era mister que se prezasse pela honra, pela honestidade daquelas famílias. Como vimos esse discurso, em Belo Horizonte, iria servir à legitimação de uma série de medidas segregacionistas e excludentes.

Uma nota no jornal *O Diário de Minas*, intitulada “Os Cabarés de Belo Horizonte”, trazia a queixa dos moradores da Avenida do Comercio, direcionada ao Chefe de Polícia de Minas Gerais:

Há tempos as famílias residentes na Avenida Comercio fizeram um abaixo assinado pedindo um fechamento do ‘Eden Cabarets’, dirigido habilidosamente pela famosíssima Olympia. E a polícia, mais que depressa mandou fechar o Radium Cabaret, casa de show menos escandalosa e contra a qual ninguém até então clamara. É exquesito que o Sr. Chefe de Polícia, tendo o pedido de famílias para o encerramento de um prostíbulo, va exatamente contra outra casa de diversões, deixando em paz Olympia, que prospera, sabe Deus de que modo, em seu Éden.<sup>122</sup>

Como lembra Luciana Andrade, a partir de 1927, quando é criada a Delegacia de Costumes e Jogos, as prostitutas tornaram-se alvo de maior controle (ANDRADE, 1987:36). Naquela altura, as meretrizes e a prostituição já estavam adstritas a uma região determinada da cidade, longe dos olhos das nobres senhoras e senhoritas de família e recato, e uma portaria proibia-as de se exporem à rua, ou mesmo às portas e janelas, em “trajes menores”. Ao mesmo tempo, seguindo aquela lógica da regulamentação, era criado o Serviço de Legitimação de Meretrizes destinado ao registro e formalização de existência, perfil e atividade daquelas mulheres.

O Anuário Estatístico Policial e Criminal de 1928 registra que do total de prostitutas em Belo Horizonte naquele ano, 78,4% eram de cor branca, 88,4% de nacionalidade brasileira e 56,8% alfabetizadas. Esse perfil geral permite-nos notar que as prostitutas, a despeito, é claro, da diferenciação entre baixo e alto meretrício, compunham de modo geral um quadro de mulheres inseridas de alguma maneira nas disposições formais da ordem social vigente à época. Eram em sua maioria brancas e alfabetizadas, o que nos sugere mais uma vez considerar o aspecto moral de sua *prática* e não propriamente sua “opção” profissional.

Não só para o caso das prostitutas, era muito comum nos jornais o posicionamento acerca de questões morais envolvendo o espaço citadino. Em Belo Horizonte, aparentemente

<sup>122</sup> DIARIO DE MINAS, Belo Horizonte. 23 fev. 1923. Hemeroteca do Estado de Minas Gerais Assis Chateaubriand.

ligada à Confederação Católica do Trabalho e, portanto, ao periódico *O Operário*, sendo nele veiculada notas freqüentes a seu respeito, existia pelo menos a partir da segunda década do século XX uma *Liga pela Moralidade*, fundamentada, ao que parece, em preceitos de outras ligas da mesma natureza existentes à época pelo mundo.

Certa vez, *O Operário* trazia na coluna “Pela Moralidade”, artigo repudiando a nudez presente em muitos filmes exibidos na capital. De uma maneira geral a Liga baseava-se no fato de que era necessário agir contra a

corrupção dos costumes [que], oriunda dos desejos incontidos de prazeres materiais, é sem duvida um dos fatores da decadência da sociedade, da delinqüência dos povos, da fraqueza e da ruína das nações, (...) [concorrendo ainda] a incontinência, a sensualidade desenfreada (...) para o desequilíbrio econômico (...) para o retardo de solução da questão operária.<sup>123</sup>

A Liga considerava-se uma dádiva do movimento social católico, sendo a representação máxima da razão civilizada em meio aos homens de “espírito elevado”. Uma passagem da mesma matéria acima citada é ilustrativa dessa crença na moralidade, o que, a despeito de parecer algo comum e sem maiores implicações, deixa ver um discurso conciso baseado mais uma vez na segregação espaço-social da nova cidade:

Belo Horizonte não é constituído de negociantes e gozadores da imoralidade; é constituído por uma população culta, honesta, guiada por elevados ideais e não se deixará levar pela grita rancorosa ou mordaz da minoria inculta, retrógrada e rasteira que aqui existe.<sup>124</sup>

O discurso da Liga coloca também, embora de maneira menos categórica, a questão da existência de pessoas moralizadas e outras não moralizadas, inclusive, entre essas, alguns inimigos do *progresso* em nome da moralidade. Trata-se aqui do estabelecimento de mais um critério de exclusão, um divisor de águas, que coloca, de um lado, a cidade de bem, civilizada e limpa, e, de outro, a cidade de desvalidos e desclassificados.

Havia uma tendência a estabelecer comparações entre Belo Horizonte e os lugares cultos do Brasil e do mundo, de modo que os exemplos de fora servissem de espelho para uma cidade tomada do desejo de tornar-se referência em matéria de modernidade e progresso material e moral. A própria Liga pela Moralidade se declarava um órgão inspirado em entidades da mesma envergadura atuantes nos países cultos do mundo, como França, Itália e

<sup>123</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 10 jul. 1920, p. 1.

<sup>124</sup> Idem.

Alemanha, onde a civilização já havia fincado raízes profícuas.<sup>125</sup> Comparar a capital mineira à capital federal também era aproximação de efeito. Assim, em 1916, *A Gazeta*, periódico de Belo Horizonte, ao mesmo tempo em que alfinetava a polícia local criticando-a pelas suas arbitrariedades, chamava a corporação a envolver-se pelo exemplo dado pela polícia carioca naquela ocasião:

no Rio, a polícia anda empenhada numa rigorosa campanha: o saneamento moral do jogo. Para a consecução do seu fim, o Chefe de Polícia combinou com os seus delegados, meios que destituídos de trampolinas e tranquiibernices, hão de mostrar o seu eficaz efeito (...) Se a polícia de Minas (...) observasse também o exemplo daquela, talvez que não estaríamos ocupando com tanta minúcia das suas arbitrariedades.<sup>126</sup>

### 3.2.2 Jogos e embriaguez

Ao lado do meretrício, a “jogatina”, com se referem alguns jornais às práticas de jogos de azar, além de ser considerada contravenção, também era exemplo de imoralidade. A jogatina é associada ao crime quando cominada com outros elementos como o álcool, mas essa relação parece estar adstrita aos lugares isolados do centro da cidade, isto é, aos bairros pobres, cujos moradores são em sua maioria operários. No caso de aparecer em meio público nos espaços privilegiados do centro da cidade, e, portanto, embaixo do nariz das nobres famílias mineiras residentes à zona urbana da capital, a jogatina é imediatamente identificada com a imoralidade, ficando tão logo passiva à ação enérgica dos cidadãos de bem. A Rua da Bahia, sem dúvida a mais movimentada e famosa de Belo Horizonte à época, fora certa vez alvo de reclamações dos seus moradores, através do jornal *A Epocha*, localizado à Rua São Paulo:

A Rua da Bahia está transformada em Principado de Montenegro. Ali funciona publicamente nada menos de três roletas tão bem organizadas que tem encarregados de caçar parceiros. Operários, menores, deputados, todos confraternizados pela roleta e pela pavana (sic). A bem da moralidade pública e do comércio, esperamos que Chefe de Polícia tome uma providência qualquer. Se assim não for, temos traçado o nosso plano de combate contra essa afronta (...).<sup>127</sup>

<sup>125</sup> Idem.

<sup>126</sup> A GAZETA, Belo Horizonte, 15 junho, 1916.

<sup>127</sup> A EPOCHA, Belo Horizonte, 19 julho de 1905. Hemeroteca do Estado de Minas Gerais Assis Chateaubriand, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Trata-se de uma declaração de guerra àquilo que se considera como imoral e pernicioso à boa imagem pública que se quer imprimir à cidade. Observe-se o tom ameaçador do articulista, que, a julgar pela sua postura enfática, pode ser considerado uma espécie de “porta-voz” da moralidade proferida por setores sociais interessados na ordem citadina presente nos projetos de modernidade segregacionista e excludente do governo e da própria sociedade.

No caso dos lugares mais pobres, o jogo aparece relacionado ao álcool e à desordem. O caso mais interessante neste sentido é o que corrobora as nossas hipóteses de que o ideal do trabalho ordeiro e regular esteve presente na ação policial junto à sociedade é o da prisão de doze homens e um dono de botequim num bairro pobre de Belo Horizonte, acusados de praticarem jogo de azar, contravenção das mais sérias, legal e moralmente, constante do Código Penal de 1890 e, naturalmente, presente entre as posturas municipais.

Fizemos breve alusão a esse caso no Capítulo 1, quando falávamos da formação de um ideal de “cidade da ordem” – dentro dos limites da avenida de contorno – e “cidade da desordem” e dos turbulentos – fora daqueles limites. Vamos a ele. Era entre nove e dez horas de uma noite comum. Como de costume, amigos se ajuntavam para beber, prosear e jogar no botequim do Sr. Vitório Lorenzato, italiano, residente em Belo Horizonte, já com passagem pela polícia. Localizado à Avenida Paraopeba, no Barro Preto, o botequim tinha em suas adjacências outros salões em que era habitual a jogatina. Naquele dia, 13 de agosto de 1915, cumprindo ordens do Sr. Delegado de Polícia da 2ª. Circunscrição, Dr. Orlando Pimenta Bueno, o subdelegado Alferes João Baptista Soares encontrava-se na Avenida Paraopeba em “giro de inspeção”, acompanhado de mais alguns soldados de seu destacamento, todos armados de fogo, faca e cassetete.

Ao se aproximar do botequim de Lorenzato, o subdelegado percebera uma “algazarra” orquestrada por uma turma que jogava escopa, jogo de azar originário da Itália e praticado com baralho comum. Dirigiu-se, então, ao dono do bar; queria auferir dele alguma explicação para o ilícito. Lorenzato, segundo contaria o próprio subdelegado, o recebera com não somenos repúdio e agressões verbais, entre as quais uma reverberava em destaque e a plenos pulmões: “não tenho que lhe dar satisfação, pois, em minha casa quem manda sou eu (!)”.<sup>128</sup> Neste ínterim, o subdelegado, que sabia da passagem de Lorenzato pela polícia, deu voz de prisão ao italiano e a outros doze homens que jogavam.

---

<sup>128</sup> Correspondência enviada pelo Subdelegado do Barro Preto e Calafate, Alferes João Baptista Soares, ao Exmo. Sr. Dr. Orlando Pimenta Bueno, D. D. Delegado de Polícia da 2ª. Circunscrição. 30 de agosto de 1915. Fundo Polícia – Arquivo Público Mineiro. Pol. 8 Cx. 02 – Doc. 10-13 (1913-1937) – Belo Horizonte. Ocorrências Policiais.

Em 30 de agosto de 1915, o subdelegado Soares, enviava ao Delegado de Polícia da 2ª. Circunscrição da Capital, a seguinte correspondência:

(...) cumpre-me informar-vos que na noite de 13 do corrente mez, conforme vossa determinação, segui para o Barro Preto, acompanhado de alguns soldados deste destacamento, a fim de policiar aquele distrito que se achava infectado de pessoas desordeiras e desocupadas.<sup>129</sup>

Vê-se aqui claramente a imagem que se criara a propósito do Barro Preto. O bairro pobre, além de não receber as benesses dos bairros centrais, tais como infra-estrutura e embelezamento (veja-se capítulo 2), torna-se depositário de uma imagética pautada em predicativos de lugar perigoso, propício à proliferação de práticas ilícitas e contravenções. O botequim de Lorenzato reúne todos os maus predicativos, conforme juízo da “cidade-debem”, sendo, pois, alvo prévio e legítimo da ação policial. Como o próprio subdelegado coloca no relatório acima, aquele distrito, o Barro Preto – como vimos no capítulo anterior, um bairro de operários, apesar de geograficamente localizado na zona urbana da cidade – estava infectado por desordeiros e desocupados, sendo forçosa ali a ação preventiva, o acima referido “giro de inspeção”.

Em outro trecho da mesma correspondência, o subdelegado ainda salienta que havia encontrado pelas ruas do bairro, tempos antes de efetuar a prisão coletiva no botequim do italiano Lorenzato, homens portando armas, bem como vagabundos e desocupados, aos quais deu voz de prisão antes de qualquer ato fugidivo. Ele se refere com enfática, como quem se congratulasse, a essas prisões cujo delito era não mais que a desocupação, isto é, o não-trabalho. Assim escreve o subdelegado:

(...) depois de ter percorrido diversas ruas, tomado armas e effectuando diversas prisões de pessoas desocupadas, as 10 horas da noite no botequim de Victorio Lorenzato, na Av. Paraopea (Barro Preto) encontrei grande algazarra de pessoas que alli jogavam, não so no botequim como numa sala próxima. Informando do Snr. Lorenzato do que havia em seu botequim e por qual motivo se achavam jogando respondeu-me com voz bastante alterada, dizendo: não tenho que lhe dar satisfação, pois, em minha casa quem manda sou eu; neste ínterim prendi o Snr. Lourenzato e 12 pessoas que alli jogavam visto ter sido desacatado pelo mesmo. Acresce mais que não é esta a primeira vez que Victorio Lorenzato vem preso para esta delegacia por faltas idênticas.<sup>130</sup>

---

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> Idem.

Como falamos, além do italiano Vitório Lorenzato, proprietário do botequim, outros doze homens foram detidos e levados presos para a subdelegacia da 2ª. Circunscrição de Belo Horizonte.

O caso gerou duas repercussões, que podem ser analisadas em outros dois documentos. O primeiro documento chegou às mãos do Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais no dia 18 de agosto de 1915, isto é, cinco dias após o ocorrido. Tratava-se de um abaixo-assinado escrito por Vitório Lorenzato e seus amigos, presos na noite do dia 13 daquele mês. A carta dizia assim:

Os abaixo assignados, vem ante V. Ex. pedir providencia contra o seguinte facto arbitrário praticado pelo Alferes João Baptista, subdelegado do Barro Preto, no dia 13 do corrente, às 9 horas da noite: no dia acima mencionado estavam os abaixo assignados pacificamente em a casa commercial do cidadão italiano Victorio Lorenzato, jogando simplesmente por divertimento, um jogo Italiano denominado, “escopa”, quando a casa daquelle senhor foi invadida abruptamente, pelo referido Alferes acompanhados um soldado da força publica, que effectuou sem motivos ao justificado a prisão dos abaixo assignados, fazendo-os recolher o xadrez da 2a. delegacia onde ficaram até o dia seguinte, às 11 horas da manhã. <sup>131</sup>

O jogo de azar é, segundo o Código Penal de 1890, uma contravenção, mas parece que os reclamantes não o sabem, ou não o consideram se jogado, conforme apontam na carta, por mero divertimento. Ora, mas o teor da carta não reside no fato de o jogo ser ou não ser de azar. O que os presos pedem é providência, pois julgam estarem dentro de seu direito e protegidos pelas paredes de uma propriedade privada. Eles parecem querer colocar limites à intervenção policial aparentemente já cultivada de conflitos entre a população daquela localidade. Adiante no abaixo assinado, lê-se o seguinte:

Acresce ainda que a injusta prisão dos suplicantes foi levado a efeito com violências e acusações de pancadaria e até de morte, pois o dito alferes empenhara um revolver assim como algemas (...) [soldados] que também por ordem do subdelegado empunhavam armas de fogo, facas e cacete. <sup>132</sup>

É, pois, o caráter invasor e arbitrário da abordagem policial que incomoda os reclamantes, cujo argumento está centrado no fato de terem sido agredidos e maltratados pelos soldados da força pública. Mas o clímax da carta está nas linhas finais, quando os requerentes se declaram “cidadãos operários”, honrados por isso e merecedores, portanto, de justiça. Assim escrevem:

<sup>131</sup> Idem.

<sup>132</sup> Idem.

Os supplicantes são todos cidadãos pacíficos e hordeiros, vivendo honestamente de suas profissões como podem atestar as autoridades desta Capital. Confiados, pois, no espírito (...) da justiça, que [é] característica dos (...) policiais, os supplicantes operários desta capital esperam providências que o caso exige. Nestes termos pedem justiça:

Domingos Pessoto (proprietário da Marcenaria);  
 Ardunio Trattesi (Pedreiro)  
 Pedro Nicolau (Pintor);  
 Emilio Righi (Pedreiro);  
 Manuel Alono (Comercio)  
 João Pedro de Resende (Eletricista)  
 Silvio Lazaretto (pedreiro);  
 Moreto Nicolau (Pintor);  
 Lourano A Batista (guardalivro)  
 Vittorio Lorenzato.<sup>133</sup>

É notável a importância daquele discurso do trabalho digno e regular, do qual falamos em grande parte deste estudo, na vida e na relação da sociedade com a polícia de Belo Horizonte. O mesmo discurso que fundamenta as perseguições e conseqüentes prisões, também serve à defesa dos detidos, o que revela uma situação em que códigos e valores são compartilhados, ao menos como estratégia discursiva. O abaixo-assinado enviado ao Chefe de Polícia pelos detidos do botequim de Lorenzato, em que este se inclui, deixa ver um verdadeiro exercício de cidadania por parte dos reclamantes, que, além de cobrarem justiça da autoridade competente, esperam que a polícia, no exercício de sua função, faça valer o papel de instituição representante por excelência da ordem e da justiça sociais.

Em 4 de setembro de 1915 outro documento chega às mãos do Chefe de Polícia de Minas Gerais. Desta vez o remetente é o Delegado da 2ª. Circunscrição da Capital, Dr. Bueno. Tratava-se de uma correspondência escrita em resposta a um ofício enviado pelo Chefe de Polícia, ao que parece um pedido de esclarecimento sobre o ocorrido no Barro Preto, e recebido pelo mesmo Dr. Bueno em 28 de agosto de 1915.<sup>134</sup> Na letra da correspondência lê-se o seguinte:

Accuso recebido vosso officio n. 1643, de 28 do mez transacto a cujas determinações dei cumprimento, mandando que o Sr. Subdelegado do Calafate e Barro Preto fallasse aos termos do mesmo. Additando a inclusa informação do referido subdelegado, tenho communicar-vos que, de facto, chegando denuncias a esta Delegacia deque, à noite, no Barro Preto e Calafate, os vagabundos e desordeiros se agglomeravam nas tascas e tavernas para promoverem assuadas e desordens, determinei ao subdelegado

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> Não conseguimos encontrar este ofício, motivo pelo qual não o reproduzimos aqui.

desses dois districtos policiaes que, em gyro de inspecção, reprimisse taes abusos, prendendo os perturbadores da ordem publica.<sup>135</sup>

É clara a manifestação do Delegado em defesa do seu subordinado até porque tratava-se de ordem sua. Coloca-se aqui mais uma vez a imagem que se fazia do Barro Preto: lugar de enclave, para usar a expressão de Sandra Pesavento (2001), isto é, focos de periculosidade, área de abusos e algazarra, enfim, lugares condenados pelo estigma da desordem e da perturbação da moral pública.

Adiante o Delegado Bueno desfecha:

Nenhuma especial recommendação houve, pois, com relação à pessoa de Victorio Lorenzato cuja prisão, como se vê das informações do subdelegado, resultou de circunstancias de ocasião. Desacatando, com diz ter sido o subdelegado, no exercício da sua autoridade por Victorio Lorenzato, a prisão deste teve fundamento legal (...) Informo-vos mais que, logo pela manhã do dia immediato, foram postos em liberdade todos os individuos presos por ocasião daquela diligencia policial.<sup>136</sup>

O delegado, como pode observar-se, julga legal a prisão de Lorenzato e curiosamente não volta à questão do jogo de azar. Volta a falar em desordeiros e vagabundos, e diz ter ocorrido a prisão de Lorenzato por motivos circunstancias, agressão à autoridade do subdelegado Soares. É também importante observar que a prisão foi de natureza correccional, já que os presos foram soltos pela manhã. Esse aspecto também mostra que a preocupação da polícia era a de manter as fronteiras da ordem bem estabelecidas entre as populações pobres da zona suburbana, ainda que para isso recorresse a corretivos não prescritos pela letra da lei, já que, ao que parece, não houve formação de culpa.

Outras prisões podem ser observadas no mesmo bairro. Em 1913, por exemplo, o periódico *A Capital*, de Belo Horizonte, noticiava a prisão de “(...) Maria Nazareth, presa no Barro Preto pela patrulha ali em serviço, por embriaguez”.<sup>137</sup> Mais uma vez uma prisão de tipo disciplinar: embriaguez, apesar de ser uma contravenção em si mesma, por suscitar vandalismo e desordem, representa, com efeito, o não-trabalho regular e digno do imaginário que se criara *na e pela* cidade. Estar embriagado significava descompromisso com certos valores que contrariavam o mundo reto do trabalho. O ébrio estaria mais próximo do vadio, e

<sup>135</sup> Delegacia de policia da 2ª. circunscrição. Belo Horizonte, 4 de setembro de 1915. Fundo Polícia – Arquivo Público Mineiro. Pol. 8 Cx. 02 – Doc. 10-13 (1913-1937) – Belo Horizonte. Ocorrências Policiais. Série 8: (1913-1937), BH. Pol 8. Cx 02 – Doc 16 (79 folhas), 1915.

<sup>136</sup> Idem.

<sup>137</sup> A CAPITAL, Belo Horizonte, 27 maio 1913, p. 4. Hemeroteca do Estado de Minas Gerais Assis Chateaubriand.



mais distante do operário padrão, filiado ao sindicato católico, afinado com a ordem e a moral públicas.

No contexto das cruzadas morais verificadas no cotidiano da cidade de Belo Horizonte, tanto na ação policial como nos códigos de postura, os jornais também traziam amiúde notas de repúdio à presença de bêbados que comprometiam a boa imagem – civilizada e asseada – da cidade. *O Operário* certa vez publicara a seguinte avaliação acerca do álcool e de sua ação no organismo humano:

o álcool empana a inteligência e degenera o caráter; depaupera o organismo, conspurca o lar, promovendo a sua dissolução: arruína as finanças. Em suma, o homem que embriaga-se reduz-se a um se abjeto, e neste particular inferior aos animais.<sup>138</sup>

Ressalte-se que o título do artigo é “uma definição para muita gente decorar”, o que se já não insinua o grande número de usuários de álcool circulantes à capital, ao menos aponta para a possibilidade iminente de esse número crescer a passos largos.

Por embriaguez também seria preso mais tarde naquele mesmo 12 de maio de 1913 “(...) o carregador n. 7, João Ferreira, [encontrado em estado alterado na] Avenida do Comercio, [sendo autuado] pelo guarda ali de serviço (...)”.<sup>139</sup> Além deste, um homem de profissão não identificada, chamado “(...) João da Matta Ferreira, [fora também preso] na Rua Tupinambás, por promoção de desordens, pelo guarda ali de serviço”.<sup>140</sup> Também na região da 2ª. Circunscrição, em que se inscrevem as seções do Barro Preto e Calafate, outra prisão ocorrera. Na letra da matéria jornalística lê-se as seguintes palavras: “Na ocasião em que, embriagado, perturbava o sossego público à Avenida Amazonas, foi preso e conduzido à 2ª. Delegacia o indivíduo Manoel Moreira”.<sup>141</sup> Adiante, sem especificar o delito, a mesma matéria acrescenta que “correcionalmente foram presos e trancafiados no xadrez da 1ª. Delegacia Otavio Ozório, João Macário, Orozimbo Monteiro, Eduardo Câmara, Maria Leopoldina da Conceição, Anna Cecília, Maria Benedicta e Theodoro Silva”.<sup>142</sup>

Em 1913, “foram presos Carlos de Carvalho e Carlos (?) de Queiroz na porta do circo por praças ali de serviço por estarem embriagados e promovendo desordens; Maria José de

<sup>138</sup> O OPERÁRIO, Belo Horizonte, 26 out. 1921, p. 4.

<sup>139</sup> A CAPITAL, Belo Horizonte, 20 out. 1918, p. 4. Hemeroteca do Estado de Minas Gerais Assis Chateaubriand.

<sup>140</sup> Idem.

<sup>141</sup> A CAPITAL, Belo Horizonte, 25 out. 1913, p. 1. Hemeroteca do Estado de Minas Gerais Assis Chateaubriand.

<sup>142</sup> Idem.

Jesus e Alexandria dos Santos na porta do Circo [também] por estarem embriagadas; Maria da Conceição Chagas, presa na Rua Rio de Janeiro por pronunciar nomes injuriosos na rua”.<sup>143</sup>

### 3.2.3 Lugares e juízos

O jornal *O Estado* trazia em página de assuntos gerais uma matéria que também ilustra os estereótipos construídos na imprensa e nos relatórios policiais tal como vimos acima a propósito do Barro Preto. O título da matéria chama bastante atenção: “Barro Preto entre duas megeras: uma cena do paraíso terrestre”.<sup>144</sup> Parece tratar-se de um desentendimento comum entre duas amigas ou conhecidas, algo ordinário, mas que na letra do colunista ganha uma aura sensacionalista, quase espetacular. Assim narrou-se o ocorrido:

Maria Gabriella e Theodora Magalhães, duas megeras de cabelinhos nas ventas, e que a afinidade, talvez, de gênios e de vida reuniu num mesmo casebre à Rua Ouro Preto, no Barro Preto, ante-hontem, às 11 horas da noite, depois de bastante alcoolizadas, desavieram-se por motivos fúteis, terminando por trocarem murros e rijos cachações. O resultado foi sahirem ambas da lucta fortemente contundidas. Os guardas civis números 22, 67 e 140 que efectuaram a prisão das duas desordeiras, conduzindo-as ao xadrez da 2 a. Delegacia, estacaram pasmos e ruborizados (...).<sup>145</sup>

Esse tipo de narrativa, conquanto possa parecer apenas uma opção estética, guarda relações profundas de sentido com a intenção de estereotipar lugares e pessoas. O título da reportagem e o tratamento algo extravagante dado ao caso pelo articulista torna exóticos palco e personagens do evento. Sob juízo deliberado, o periódico taxa de megeras as duas mulheres envolvidas, trata com estridência o desentendimento entre elas e desfecha a matéria com três guardas civis que teriam ficado atordoados com a situação. Todos esses elementos, da forma como são apresentados ao público, esboçam a imagem de um lugar pecaminoso, onde as coisas mais horrendas podem acontecer.

Em outra situação, cujo palco é mais uma vez o Barro Preto, a articulista desfecha um ar de ironia para com os moradores daquele bairro, colocando-os como personagens de um eterno “qüiproquó”, onde a vida não é levada a sério, e amantes astutos e marafonas encenqueiras tornaram-se figuras comuns, tornando condizente a ação policial sempre austera por aquelas paragens.

<sup>143</sup> A CAPITAL, Belo Horizonte, 12 maio 1913, p. 1. Hemeroteca do Estado de Minas Gerais Assis Chateaubriand.

<sup>144</sup> O ESTADO, Belo Horizonte, setembro de 1917, p. 2. Hemeroteca do Estado de Minas Gerais Assis Chateaubriand.

<sup>145</sup> Idem.

Ontem à noite por motivos de ciúmes fúteis ou descabidos, travaram-se de razões a marafona Maria Genoveva e seu 'valiente' amante Pedro Barbosa, e quando andava mais acalorada a discussão (...) eis que surge a infalível polícia do Barro Preto (pois a cena era ali representada) e sem mais preâmbulos levou-os ao xadrez da 2<sup>a</sup>. Delegacia para assim livrá-los dos ouvidos... indiscretos. Com certeza de la sairão amanhã mais amigos do que nunca. É virtude da 2<sup>a</sup>. (...).<sup>146</sup>

A propósito do Calafate essa mesma mentalidade da estereotipia pode ser observada. O “giro de inspeção” cabia bem à realidade deste bairro, e, em Belo Horizonte, como em outras cidades do Brasil à época de nosso recorte, a segregação espacial, que determinava e informava a ação policial, definia-se em correspondência com a pobreza e a exclusão sociais. O Calafate era um bairro pobre, mal instalado e mal assistido pelo governo, carente quase de todo de infra-estrutura, e vigiado pela polícia. Uma matéria do jornal *A Gazeta*, intitulada “O Calafate e a Prefeitura” pode ser elucidativa neste sentido.

De há muito o populoso bairro do Calafate foi considerado suburbano e, como tal, a prefeitura começou a fiscalizá-lo, cobrando os impostos (...) Os moradores dali ufanaram-se (...) porque supunham (...) iriam gozar de todas as vantagens concedidas à Floresta, por exemplo, ou à Lagoinha. Entretanto nada disso se verificou; ficou estabelecido o ônus, mas os melhoramentos dele decorrentes não apareceram até hoje. Não possui ainda o Calafate uma planta cadastral, nem água, nem esgotos, nem alinhamento, nem iluminação.<sup>147</sup>

Unindo essa reportagem sobre o Calafate com a preocupação da polícia em estreitar a vigilância no bairro podemos sugerir a existência de um processo, por vezes surdo, de criminalização da pobreza. De certa forma, a maneira como se concebe um local, as representações que se veiculam nos jornais a propósito dele, enfim, os verdadeiros estigmas que se desenvolvem no interior de uma imagética do desordeiro e turbulento, ébrio e criminoso, definem as demandas pela ação policial. Nos boletins de ocorrência essa estigmatização fica patente quando vemos delegado e subdelegado compartilharem de uma mesma concepção (resoluta) de que lugares como o Barro Preto e o Calafate precisam de um maior patrulhamento, haja vista o caso acima apresentado da prisão no botequim de do cidadão Vítório Lorenzato.

<sup>146</sup> A CAPITAL, Belo Horizonte, 12 maio 1913, p. 1. Hemeroteca do Estado de Minas Gerais Assis Chateaubriand.

<sup>147</sup> A CAPITAL, Belo Horizonte, 25 out. 1913, p. 1. Hemeroteca do Estado de Minas Gerais Assis Chateaubriand.

São diferentes os tratamentos dados aos locais e aos acontecimentos neles observados. Um caso ocorrido na Floresta pode nos servir como exemplo neste sentido. Trata-se de um marido – supostamente antes fiel e feliz – que foge de casa com uma rapariga para o Rio de Janeiro. O enfoque da trama passa à narrativa como a *dissolução de uma família* pela terrível loucura das paixões sem limites.

O título da nota é: “Um chefe de família que abandona o seu lar – e segue acompanhando uma “grisette”.<sup>148</sup> A matéria é particularmente rica porque cruza algumas questões gerais acerca da moral tão defendida e vangloriada pela imprensa com a imagem que se faz da família. O articulista inicia a matéria com as seguintes palavras: “A corrupção moral, parece, é o apanágio de nossa sociedade atual. Não há um só dia em que não se registre um fato deprimente aos nossos costumes de civilização”. De saída já avisa o juízo que se fará à frente a propósito de um novo “caso lamentável”, porque compromete um projeto de civilização desejado por aquelas *famílias de bem*. Assim, prossegue-se:

Ora é o amor visionário que leva o seu atingido ao crime revoltante como esse caso trágico da rua S. Valentim, ora é a historia triste das seduções que não cessam em sua carreira vertiginosa. Tudo isso traz-nos a impressão de uma raça que morre afundando-se no abismo negro da depravação. O fato de que vamos tratar ocultando o nome de seu protagonista para não ferir ainda mais o coração de uma esposa infeliz e de três filhos em abandono, representa uma dessas delinqüências que, aos poucos, vão assaltando as consciências mais puras os caracteres mais ilibados (...). Há tempos aqui chegou uma esfuziante cançonetista que, desde logo, conseguiu dezenas de adoradores. Dentre eles se salientava o Sr. X., homem de negócios, circunspeto e que, até então vivia feliz à sombra tutelar, como se diz, de um lar acariciante, lá para os lados da Floresta. A “grisette”, hábil e traquejada no “metier” do amor fácil, enleou-o de tal maneira que, anteontem, desvairados, seguiram ambos rumo ao Rio de Janeiro. O cavalheiro deixou à sua esposa uma carta (...). É fácil advinhar-se como poderiam as poucas frases nela firmada ter ecoado, dolorosamente, naquele lar dantes feliz e tranqüilo.<sup>149</sup>

Observe-se que o tratamento dado à atitude do Sr. X é de crime e delinqüência. Diante da lei a definição não procede, mas a moral de família condenaria esse tipo de ato no mais alto grau porque ele mina a possibilidade de um lar continuar tranqüilo e feliz, ao mesmo tempo em que agride o projeto de civilização almejado. Além de ser um depositário das mazelas da imoralidade, semelhante homem, o Sr. X, rendido à paixão desmedida e impura por uma

<sup>148</sup> A NOTA, Belo Horizonte, 30 ago 1915. In: POL. 8. Doc. 16 Ocorrências Policiais, 017.03, 1915. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte Minas Gerais.

<sup>149</sup> Idem, grifos nossos.

“grissette”, tornava-se na letra do jornalista também o anti-exemplo do bom chefe de família.<sup>150</sup>

O componente espacial também é importante aqui de ser observado. A Floresta era uma região da cidade em franco desenvolvimento. Era nobre a sua localização: concernia à área central da cidade, isto é, a zona urbana, portanto dentro dos limites da avenida de contorno. Só isso não dá conta de definir um espaço privilegiado da cidade, haja vista que o Barro Preto, por exemplo, localizava-se na mesma zona urbana, e não recebia absolutamente as mesmas benesses. Ocorre que a Floresta desenvolveu-se a partir da sua habitação por comerciantes e outros negociantes, proprietários, como aponta a matéria acima, ao passo que o Barro Preto, como sabemos, era habitado por operários pobres e desempregados. Para a Floresta rumavam seguidos melhoramentos. Em *A Capital*, de 1913, noticiava-se o progresso na Floresta. O título avisa para um processo já em andamento de sucessivas benesses: “A Floresta progride: mais um importante melhoramento naquele bairro”.<sup>151</sup> E continua: “O populoso e pitoresco bairro da Floresta vai ser brevemente dotado de mais um importante melhoramento (?)”.<sup>152</sup>

As espacialidades também se organizavam pela presença ou não de vozes reclamantes dotadas de efeito, isto é, uma personalidade politicamente forte ou a imprensa. Na Rua Rio Grande do Norte, área também pertencente ao espaço privilegiado da cidade, certa vez o jornal *Actualidade*, localizado naquele bairro, noticiava o atendimento por parte da prefeitura de reclamações por ele veiculada (em nome dos moradores) pedindo que cortassem o mato naquelas mediações: “Ordens foram dadas e o mato na Rua Rio Grande do Norte, nos quarteirões por nos reclamados, foi roçado e capinado. Continuando assim... vai bem”.<sup>153</sup> Esse tipo de relação da sociedade – encarnada nas vozes da imprensa – com o poder público define balizas poderosas entre áreas que chamam atenção de sua existência e passam a merecer amparo e melhoramentos.

Quando falamos no Capítulo 1 sobre a presença do elemento italiano na composição populacional da nova capital, defendemos a idéia de que a estigmatização do imigrante não dizia respeito somente ao fato de ser estrangeiro, mas de ter-se inserido naquela sociedade de uma maneira originalmente excludente. Trazido ao canteiro de obras pela comissão construtora para erguer a cidade, o imigrante tornara-se dispensável depois de findas as obras.

<sup>150</sup> Curiosamente, o jornal manteve o anonimato do tal senhor X. Isso não era comum quando as notícias referiam-se aos populares.

<sup>151</sup> A CAPITAL, Belo Horizonte, 31 dez. 1913, p. 1. Hemeroteca Estadual Assis Chateaubriand, Belo Horizonte, Minas Gerais.

<sup>152</sup> Idem. A notícia é curta, e as frases restantes estão danificadas, motivo pelo qual não as citamos aqui.

<sup>153</sup> ACTUALIDADE, Belo Horizonte, 3 abril 1927. Hemeroteca Estadual Assis Chateaubriand, Minas Gerais.

Desempregado e despossuído, privado das benesses infra-estruturais da cidade, o imigrante foi se amontoando junto com outros operários em bairros como Favela e Córrego do Leirão. Depois dos primeiros anos da década de 1900 diminuem até desaparecerem dos jornais e de outros documentos, como os Relatórios de Prefeitos, crônicas isoladas e os próprios boletins policiais, essa alusão pejorativa do imigrante – aventureiro – tão presente nos tempos da construção da cidade, na chefia do Capitão Lopes. Isso nos conduziu à conclusão de que o imigrante foi estigmatizado por ter se tornado pobre e despossuído, fruto daquele momento histórico específico em que se deu a sua inserção na nova sociedade.

A estigmatização não cessou. Em verdade a sua origem remonta à planta original da cidade onde já se previa um quadro de segregação espacial deliberada. Segregação esta que, combinada ao agravamento da pobreza e da exclusão sociais, passaria a fundamentar-se no critério da propriedade privada e na condição econômica de compra e manutenção de casas nas áreas centrais, onde a especulação imobiliária era crescente.

Assim, um lugar como o Barro Preto ou o Calafate passam a ser considerados lugares perigosos *a priori*. E os moradores dali também são rotulados dentro dessa lógica. O Chefe de Polícia de Minas Gerais em relatório ao Secretário do Interior, em 1907, escrevia que havia na cidade de Belo Horizonte “(...) certa classe de indivíduos, *que pelos seus hábitos e modos de vida*, fornecem o contingente mais temeroso para as cadeias e penitenciárias”. Ele referia-se, como enfatiza, “(...) aos *vagabundos e desclassificados*”.<sup>154</sup> Vagabundos e desclassificados em relação à ordem que se queria consolidar e fazer valer. O Chefe de Polícia concebe uma “certa classe de indivíduos” moldados por “hábitos e modos de vida” que, poderíamos acrescentar, não condiziam com os hábitos e modos de vida das nobres famílias que transitavam pelas ruas do centro da cidade, reluzindo praças e galerias com o brio e o glamour da moda parisiense e do estilo europeu de se vestir e portar-se em meio público urbano,<sup>155</sup> apesar é claro do pó e da poeira.<sup>156</sup>

<sup>154</sup> Relatório do Chefe de Polícia, 1907, grifos nossos.

<sup>155</sup> São diversas as referências em jornais da época à moda parisiense vinda do Rio de Janeiro ou direto de Paris. O jornal *A MODA* – periódico cultural e de reclames de propriedade da Alfaiataria E. Wilke e Com. – talvez seja o exemplo máximo da presença na capital de um comércio afinado com o *chic* e o *smartismo* próprios daquilo que se entendia como a verdadeira civilização (veja-se artigo interessante sobre a evolução dos estilos europeus e sua chegada ao Brasil em *A MODA*, Belo Horizonte, ago. 1909, p. 1).

<sup>156</sup> Como já tivemos oportunidade de dizer neste trabalho (veja-se Capítulo 1), o pó das ruas de Belo Horizonte foi mais de uma vez motivo de injúria para a população nobre da cidade, rendendo assim alguns apontamentos a respeito. Reclamações à prefeitura por parte dessa população pareciam perenes à época. Certa vez grupo de comerciantes cobrava da Prefeitura a irrigação da rua. A reclamação veio a público através do jornal *A CAPITAL*, que assim dizia: “comerciantes da Rua da Bahia reclamam da Prefeitura, e com muita razão, para que seja irrigada aquela via pública que, com o formidável pó que produz o seu grande movimento de veículos, muito prejudica as suas mercadorias” (*A CAPITAL*, Belo Horizonte, 25 out. 1913).

Sandra Jatahy Pesavento, em seu estudo sobre a cidade de Porto Alegre no final do século XIX, trabalha com o par identidade-alteridade a fim de compreender como a construção do sentimento de pertencimento de certos grupos a uma comunidade de sentido dá-se a partir de uma operação intelectual e simbólica, a um só tempo, de negação e afirmação. O *alter*, ou o *outro*, concretiza a diferença e dá automaticamente sentido ao *iden*, isto é, o igual, o semelhante, o sujeito inserido em uma comunidade específica. A idéia de pertencimento torna-se correlata da de não-pertencimento, e então *nós* e os *outros* colocam-se centralmente nessa relação: *nós* é tudo aquilo que não é o *outro*, assim só existem os civilizados se a eles puderem ser confrontados os bárbaros, e daí, só há cidadãos se há os não-cidadãos, isto é, os excluídos.

O projeto de civilização presente nas cidades brasileiras pode ser entendido por esse aspecto da construção simbólica da diferença. Segundo Pesavento para além das questões materiais que envolvem o cotidiano da cidade,

há um processo concomitante de construção de personagens, com estereotipia fixada por imagens e palavras que lhes dá sentido preciso. Os chamados indesejáveis, perigosos, turbulentos, marginais podem ser rechaçados e combatidos com o inimigo interno, ou, pelo contrário, podem se tornar invisíveis socialmente, uma vez que sobre ele se silencia e nega a presença (PESAVENTO, 2001, p. 12-13).

Assim à cidade limpa e organizada se oporiam os bairros desordenados e insalubres; à figura do cidadão reto e moralizado, se oporiam os hábitos grosseiros e promíscuos dos assim taxados desclassificados, conforme a fala do Chefe de Polícia acima mencionado. Mas a cidade dos *homens de bem* não poderia negligenciar a presença desses “ébrios, descalços e indigentes” no espaço urbano da capital, por isso um elemento deverá servir de critério de seleção dos que poderiam se inserir de maneira controlada e regular à ordem cidadina, e aqueles que não poderiam fazê-lo, ficando a eles reservada a perseguição policial e o claustro em asilo ou penitenciária. Esse elemento é o trabalho ordeiro e regular que baliza a sociedade entre um mundo de cidadãos civilizados e respeitáveis e outro de delinquentes e desvalidos. Em 1895, portanto ainda no contexto de construção da nova capital, o Chefe de Polícia de Minas Gerais lembrava mais uma vez a presença em Belo Horizonte de “(...) uma turba de indolentes viciados, *predispostos ao crime*, gastos pela embriaguez e demais vícios, inimigos do trabalho honesto e remunerador, que eles desprezam pela devassidão”.<sup>157</sup>

<sup>157</sup> Relatório do Chefe de Polícia, 1895.

É também a partir dessa definição que se estreitará o cerco para essas pessoas consideradas a negação da boa imagem de civilização. Um decreto de 1925, integrante das posturas municipais da capital mineira, tornava determinantemente proibida a circulação em meio público de “pessoas ébrias, alienadas, descalças, indigentes e as que não estiverem decentemente trajadas, e bem assim as que levarem consigo cães e outros animais em liberdade (...)”.<sup>158</sup>

Alguns setores da sociedade, porém, a julgar pelas matérias presentes nos jornais, avaliavam negativa ou positivamente o trabalho da polícia e dos guardas municipais. Um caso aparentemente mero e corriqueiro pode apontar para a presença de certa “opinião pública” observada nas linhas dos jornais, e que em alguma medida reproduz a fala de setores da sociedade civil. Em 1913, com ironia e reverência, o jornal *A Capital* veiculava matéria policial sobre um desentendimento seguido de agressões por parte de dois sorveteiros. Segundo o periódico, os dois homens – um de nacionalidade turca o outro italiana – arrefeceram os ânimos em mútuas injúrias, apesar do frio que fazia naquela tarde. Daí que

o guarda ali de serviço [em frente ao abrigo de Pernambuco] (...) os levou para a 1ª. delegacia, incumbindo-se de fazer o serviço de isolamento em duas celas bem separadas. E assim foram extintas as chamas abrazadoras de ódio que os devoravam, apesar de os sorvetes não estarem quentes.<sup>159</sup>

A matéria é elucidativa de uma posição positiva por parte da sociedade acerca da ação policial. Diante de uma briga em local público de dois homens, embora em exercício aparentemente digno de seu trabalho, haveriam de ser recolhidos à prisão por incomodarem a ordem pública, sendo, portanto, louvável e necessária a intervenção do guarda de serviço no momento.

Em 1896, o jornal de propriedade do Padre Francisco Martins Dias, *Bello Horizonte*, trazia uma reportagem também em louvor à ação policial, cujo título era “Uma diligência coroada de êxito. A prisão de três criminosos”. Tratava-se de uma prisão efetuada pelo Chefe de Polícia de Minas Gerais, acompanhado de outros soldados, que conseguiram com sucesso trazer à cadeia da 1ª. Delegacia da capital três criminosos – Custódio dos Santos, José Tolentino e Eugenio Donatiso – os quais se achavam foragidos em outras cidades do Estado.

160

<sup>158</sup> Decreto nº. 10, de 24 de junho de 1925. Coletânea de Posturas Municipais, Prefeitura de Belo Horizonte. Impresso nas oficinas gráficas da Faculdade de Direito da UFMG, 1956, *apud* ANDRADE, 1987:43.

<sup>159</sup> A CAPITAL, Belo Horizonte, 27 maio 1913, p. 1.

<sup>160</sup> BELO HORIZONTE, Belo Horizonte, 1896, p. 2.



Mas não era só de elogios que se fazia a relação polícia e sociedade. O caso abaixo, conquanto longo, elucida bem uma matéria que rechaça certas atitudes da polícia.

Sabemos que deu-se há dias em Patrocínio um fato praticado pelo cidadão Manoel Alves Barcellos, 3º. suplente de delegado em S. Paulo do Muriahé, que muito depõe sobre o seu critério de autoridade, attentas as condições em que tentou praticar uma diligencia no hotel de propriedade do Sr. Francisco de Souza Nápoles. Inimigos do jogo e promptos a elogiar a policia sempre que o perseguir nos termos da lei, não podemos guardar uma censura àquella autoridade pelo modo por que pretendeu dar busca na casa do sr. Nápoles em dia claro e acompanhado de força aramada a horas em que na residência desse cidadão apenas se cuidava do labor de um hotel e atender aos hospedes que lá se achavam. Sabemos mais que [o delegado] mandou embalar armas pelas praças (...) causando pânico as famílias do logar residentes nas proximidades do hotel (...) Realmente foi uma diligência errada, foi um erro policial.<sup>161</sup>

A famosa 2ª. Delegacia, circunscrição do Barro Preto e Calafate, também foi alvo de reclamações e repúdio na imprensa por causa da violência e da arbitrariedade com que agiam seus policiais.

A 2ª. Delegacia continua a fornecer fatos os mais escandalosos ao noticiário local. Raro é o dia em que um espancamento, uma prisão arbitrária, um gesto qualquer de despotismo não sejam levados, pela imprensa independente, ao conhecimento do público, que vê assim os seus direitos calcados aos pés por uma autoridade que não sabe cumprir os seus deveres (...) O dr. João Olavo de Andrade [Juiz de Direito] vai responsabilizar o delegado da 2ª. circunscrição pelo seu ato ilegal, conservando uma pessoa presa mais de 1 mês sem culpa formada. O Chefe de Polícia precisa também encarar o caso com seriedade, a bem da moralidade da sua administração.<sup>162</sup>

A pessoa a que se faz referência é a cidadã Anna Cerqueira Leite, presa ao que parece de maneira discricionária pelo delegado da 2ª. Circunscrição. Observe-se que o articulista salienta que o Chefe de Polícia deve tomar conhecimento da situação, encarando-a com a devida seriedade a fim de manter a moralidade de sua gestão. É importante notá-lo porque isso demonstra mais uma vez que há uma “vigilância” por parte da sociedade sobre o trabalho da polícia, que, conforme prescreve a lei e o senso de organização e moral públicas, deve manter intacta a sua aura de referência da justiça social e da retidão no trato com as pessoas de bem.

A polícia também tomava conhecimento dessas reclamações e as arquivava, a fim, ao que parece, de investigá-las e tomar providências futuras. Na pasta de ocorrências do ano de

<sup>161</sup> O REGISTRO, 1 julho 1897.

<sup>162</sup> A CAPITAL, Belo Horizonte, 31 dez. 1913, p. 2.

1915 encontramos recortes de jornais, em cujo conjunto um merece destaque. Trata-se mais uma vez de reclamação sobre o trabalho da polícia. A diferença em relação aos demais é que este, ao invés de sugerir que o Chefe de Polícia tomasse providências, contando assim com a sua insofismável idoneidade, atacava-o diretamente condenando sua provável condescendência com a imoralidade de seu subordinado, acusado de ser um “gigolô”. O título da matéria é “Um guarda civil ‘gigolot’ e arbitrário – Para o Sr. Dr. Chefe de Policia não providenciar”.<sup>163</sup> Assim narra-se o ocorrido:

Ante-hontem alguns rapazes alegres e inoffensivos resolveram fazer uma “tocata” na casa de no. 457 da rua Curytiba, residência de um delles. Nos fundos della reside uma mulher de quem é “gigolot” o guarda civil n. 147 de nome Ernesto Soares da Silva. Este heróico mantenedor da ordem talvez enciumado ou porque os accordes do violão perturbassem o seu idyllo com a sua Dulcinéa, enfureceu-se e, sem mais demora, n’um requinte de arbitrariedade innominavel, sem ter competência para tal, prendeu um dos rapazes, levando-o para a 2a. delegacia onde o fez trancafiar no xadrez de onde sahiu o mesmo muito depois por ordem do promptidão. E é assim que em Bello Horizonte, capital do mais populoso Estado da federação, agem os belenquins policiaes que reúnem ainda as boas qualidades de “gigolot”, profissão muito em moda aqui entre moços de diversas categorias. De ante-mão temos certeza de que sr. Dr. Chefe de policia não tomará providencia alguma sobre o bello acto de seu enamorado preposto.<sup>164</sup>

Ao mesmo tempo em que havia essa dupla avaliação do trabalho policial por parte da sociedade, observa-se que a própria também se posicionava sobre seu trabalho e sobre o que ela acha que o poderia tornar mais eficaz e legítimo. Sobre esse aspecto é marcante o desejo dos policiais de auferir maior amparo da lei na hora de lidar com a ocorrência policial nas ruas da cidade. Assim, no relatório do Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais do ano de 1905, podia-se ler a seguinte bronca:

Foi a lei de 1871 (...) que destituiu as autoridades policiais da faculdade de prenderem preventivamente, inovação prejudicial à reparação dos delitos, porque desarmou os verdadeiros e diretos agentes contra ele dessa competência criminal.<sup>165</sup>

<sup>163</sup> A NOTA, Belo Horizonte, 30 ago 1915. In: POL. 8. Doc. 16 Ocorrências Policiais, 017.03, 1915. Arquivo Público Mineiro.

<sup>164</sup> A NOTA, Belo Horizonte, 30 ago 1915. In: POL. 8. Doc. 16 Ocorrências Policiais, 017.03, 1915. Arquivo Público Mineiro.

<sup>165</sup> Relatório do Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais endereçado ao Secretario do Interior, 1905. Essa parece ser uma questão geral que encontra ecos em outros centros urbanos do país. Em São Paulo, Washington Luís, em Relatório de Secretaria de Justiça e Segurança Pública, em 1906, escrevia que ““(…) a tranqüilidade, a comodidade e a segurança públicas repousam principalmente na ação preventiva da autoridade, quer policiando as ruas para impedir os crimes, corrigi-los ou mantê-los inofensivos (...) iniciei uma resoluta, rigorosa e contínua mas leal campanha contra a vadiagem”” (SOUZA, 1994:23-24).

Luciana Andrade salienta que, apesar de o procedimento correto para a repreensão de vadios, mendigos, bêbados, prostitutas e turbulentos era o termo de bem-viver, muito frequentemente a polícia optava por efetuar prisões correcionais, isto é, forçar a permanência do delituoso por algumas horas na prisão. Alguns casos citados acima, especialmente os de embriaguez, confirmam essa avaliação, e se formos às estatísticas podemos recolher ainda outros elementos que apontam nessa mesma direção. No intervalo que vai de 1898 a 1902, das detenções efetuadas apenas 15,2% transformavam-se em prisões permanentes; já entre 1905 e 1909, a cifra é ainda um pouco menor: 10,6%. Há um aumento mais sensível, porém, nos cinco anos posteriores, entre 1911 e 1915: 22,4% (ANDRADE, 1987:73).

Esses dados, combinados ao estudo que fizemos das ocorrências presentes na documentação policial e nos jornais, permitem-nos propor duas inferências. Em primeiro lugar, trata-se, como apontamos acima, de uma maneira deliberada (porque muitas vezes não prescrita em lei) de os policiais imporem a sua presença na cidade, sendo parte de um processo de consolidação da identidade da própria corporação que também se repensa e se firma dentro da nova ordem republicana. Em segundo lugar, observe-se que as prisões correcionais são freqüentes, demonstrando que o cotidiano da cidade naquele período dependia em certa medida da ação policial no sentido de imputar a ordem às pessoas.

As demandas da cidade definiam-se à medida que a sociedade ia se estabelecendo no espaço urbano. A cidade, complexa se fitada na perspectiva da diversidade de crenças, hábitos, comportamentos, posses e valores, exibia suas demandas e suas mazelas, dentro e fora do mundo do trabalho. A ação da polícia e dos guardas e vigias municipais inseria-se de maneira emblemática neste contexto para promover a vigilância do espaço urbano público. A nova ordem que se consolidava, conforme pudemos observar, partia de duas preocupações básicas, a saber: a promoção e manutenção da moral pública, pautada no asseio e na eliminação de atos, lugares, pessoas e comportamentos não desejados; e o disciplinamento e controle da vida cotidiana dos cidadãos pobres, compelindo-os ao mundo do trabalho. Era preciso cuidar para que a cidade não fosse tomada pelo livre trânsito de animais; era preciso regulamentar as vias públicas, levando à população (ainda envolta a hábitos de uma vida rural) as leis que haveriam então de ser cumpridas; era também necessário proibir que pessoas quaisquer realizassem serviços exclusivos do poder público; enfim, o Estado se impunha como agente de transformação e consolidação de uma ordem nova desejada e consentida em grande parte por setores proprietários da sociedade belo-horizontina.

Assim, estava na ordem do dia de guardas, vigias e policiais consolidar um senso de ordem urbana pleno de sentido se observado a partir do discurso da moral e da disciplina. Aos profissionais da ordem no centro urbano estava posta a tarefa de proteger a “sociedade de bem” do estorvo de bêbedos desordeiros e da “imoralidade” de prostitutas; das lamentações dos mendigos e da imagem incômoda (e deplorável) de dementes e escrofulosos; punir, igualmente, a vadiagem e prezar para que o trabalho ordeiro e regular triunfasse como bastião maior *da* ordem, ou antes, de *uma* ordem, ainda em construção, debatendo-se com a realidade fora dela, menos efetiva do que desejada.

## CONCLUSÃO

Em 1907, o jornal *A Gazeta* de Belo Horizonte trazia uma matéria intitulada “A CAPITAL DO ESTADO”, em que se comentava sobre o esplendor e suntuosidade da nova “metrópole”. Assim começa o articulista:

A capital do Estado de Minas Gerais é a bela e moderna cidade de Belo Horizonte, começada a construir em 1894 e para onde se transferiu o governo em 12 de dezembro de 1987 (...) Belo Horizonte, cidade edificada com rapidez e audácia dignas do nobre e enérgico povo yakee [sic], custou ao tesouro do Estado 33.073:000\$000 reis ([em dólar] U\$8.268.250). Estrangeiros ilustres como o coronel Charles Page Bryan (ex-ministro americano no Brasil), o barão Alberte Fallon (antigo diplomata Belga), o conde de Arco Valley (ministro da Alemanha), Gaston Donnet (do Figaro de Paris), o dr. W. Valentim (redator do Berliner Taglealt), o Conde Pietro Antonelli (saudoso plenipotenciário italiano) [o autor fala ainda em personalidades da Europa Centro-oriental e ibérica, entre políticos e clérigos] (...) visitantes notáveis têm vindo à jovem capital mineira e todos a proclamam de beleza e plano sem igual, em terra sul-americana.<sup>166</sup>

Fala-se dos gastos que o governo teve, converte-os para a moeda norte-americana, depois se arrola líderes da Europa e dos Estados Unidos, que, em visita à capital, teriam ficado seduzidos com tamanha beleza. Matérias como esta, cuja tônica principal é a cidade e a sua soberba encantadora, podem ser encontradas em diversos textos da época, como vimos no capítulo I deste trabalho. O que nos chama de assalto à atenção, porém, é a preocupação do autor em listar os componentes que tornariam a cidade digna de reverência. Desta maneira continua o autor: “*Higiene, polícia, arquitetura, salubridade, paisagem, arborização, estilo, ventilação, luz, espaço, conforto – tudo nela [cidade de Belo Horizonte] se encontra abundantemente*”.<sup>167</sup>

O artigo em geral, e esta última passagem em particular, são reveladores porque reúne predicativos tidos como necessários a uma cidade que se pretende próspera e moderna, digna por isso mesmo da reverência de personalidades ilustres de diversos países do “mundo civilizado”. Entre os predicativos está a presença policial, senão do senso de ordem e disciplina, condição *sine qua non* para a sobrevivência de uma bela e próspera cidade. Belo Horizonte tornou-se a capital do trabalho e onde há trabalhadores (pobres) tem de haver um destacamento policial. Mas a cidade que se quer ordenada e disciplinada também se preocuparia com a imagem projetada nas vias públicas. Animais e homens sujos, mendigos e

<sup>166</sup> A GAZETA, Belo Horizonte, out. 1907, p. 2.

<sup>167</sup> A GAZETA, Belo Horizonte, out. 1907, p. 2.

escrofulosos eram indesejáveis. Os jornais noticiavam freqüentemente a presença de bois, cabras e cães nas vias públicas, a ponto de um cronista certa vez comparar Belo Horizonte a Constantinopla devido à presença numerosa de caninos sem donos vagando pelas ruas (JULIÃO, 1996:87-88). A questão da boa imagem pública aparecia, portanto, associada à ação dos guardas municipais e de policiais que executariam a vigilância mais austera de práticas, hábitos e comportamentos no centro urbano.

Em Belo Horizonte, bem como em São Paulo e Rio de Janeiro, e outras cidades do país,<sup>168</sup> a ação policial inscreve-se fundamentalmente no quadro geral do ordenamento urbano e conformação do mundo do trabalho. Referindo-se às agências de saúde e de segurança pública, criadas pela legislação municipal de Belo Horizonte no contexto mesmo de fundação da nova cidade, Letícia Julião observa que

ambas atuaram de maneira decisiva na formação do trabalhador urbano. Tomaram para si a tarefa de conhecer a multidão da cidade, de identificar e separar os trabalhadores dos vadios, de coibir antigas condutas e disseminar novos hábitos e valores, compatíveis com as exigências morais e materiais de uma sociedade moderna. Isso significou submeter os espaços de moradia, lazer e trabalho das classes populares a um rosário de expedientes normativos, somados a uma vigilância e repressão sistemáticas (JULIÃO, 1996, p. 85).

Nessa definição de Julião encontramos elementos fundantes da ação policial e dos agentes sanitários. Trata-se de uma atividade que se insere exemplarmente na constituição do espaço urbano moderno, agindo com violência e arbitrariedade, senão legitimados por um discurso conciso, amparado pela lei e reiteradamente informado pelo pensamento médico e pela própria moral pública difundida na sociedade belo-horizontina ao período aqui focado.

Considerando a cidade como um construto social resultante das práticas e das representações de grupos, acreditamos ter chegado ao jogo complexo e conflituoso das relações sociais urbanas exatamente através desses textos, aparentemente soltos e neutros. As matérias veiculadas na imprensa, bem como o esforço de definição e classificação dos tipos indesejados presentes nos relatórios policiais, revelam representações intimamente relacionadas aos mecanismos de exclusão e segregação social, reservando o espaço público da cidade para as elites, tidas como as boas famílias do local. . Com efeito, são nas entrelinhas que “lemos” a legitimação da exclusão. Num anúncio aparentemente neutro sobre a estada na

---

<sup>168</sup> Sobre as mudanças experimentadas pelas cidades brasileiras na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX, veja-se SEVCENKO, 2003; PESAVENTO, 1995.

cidade de uma tourada da empresa *Rodero*, o jornal *Folha Pequena*, assim escreve: “*A empresa Rodero dará amanhã o seu segundo espetáculo (...) Ficaram prontos os camarotes especiais destinados as exmas. famílias e independentes das arquibancadas*”.<sup>169</sup>

A cidade de Belo Horizonte era, segundo conjecturamos, um vazio que se queria preencher. Os grupos, naquele contexto, se constituíram em correlação com a construção própria cidade, e, nessa perspectiva, observa-se que o espaço urbano comporta um verdadeiro mosaico de discontinuidades; os atores sociais, como aponta Bernard Lepetit (2001), encarnam subjetividades e por isso a urbe é necessariamente diversa. Consoante às teses de Marcel Roncayolo, entendemos que o espaço urbano é “(...) onde se projetam ambições, esperanças e utopias, marcadas pelas relações de lutas e conflito social” (*apud* VELLOSO, 2004, p. 13).

A obra de Padre Dias, a qual analisamos no Capítulo I, pode ser lida como um discurso conciso e carregado de sentidos, versado *sobre e pela* nova cidade, em que o autor constrói uma retórica do passado do Curral d’el Rei para pensá-lo, ele próprio, como Belo Horizonte, capital (republicana) do estado de Minas Gerais. A matéria da obra tem dois pólos claros, como vimos: de um lado, Curral, lugarejo fincado no cimento da tradição interiorana católica, de população rala, distante dos centros político e econômico da província (depois estado) de Minas Gerais; de outro, uma *cidade-promessa*, ainda não concretizada, envolta a um discurso de modernidade. O trauma de Curral – destruída materialmente e negada ideologicamente como signo do atraso –, somado ao *vazio* da *semiconstruída* Belo Horizonte de 1897, constituem o caldo de contradições reais de que se faz a obra de Dias.

Ora, não acreditamos absolutamente que a construção da nova capital tenha se dado sem amargura e sem conflito. A coexistência de entusiasmos e consternações constitui o característico intrínseco da sinuosa e ousada empreitada de Aarão Reis e seus técnicos. Mas a existência de textos como o de Dias, que tentam dar sentido às coisas obscurecendo essa complexidade, é sintomática. Lembre-se que a obra fora publicada primeiramente no periódico *Bello Horizonte*, na forma de folhetinescos. Dessa maneira a podemos considerar uma difusora de representações sobre a cidade que de uma maneira ou de outra circulou entre o público da época. Que leituras se fizeram dela e a que grupos ela interessava? Como essas representações, que forjam uma verdadeira *identidade* para a cidade, repercutem e mesmo refletem as ações dos cidadãos? Essas poderiam ser boas indagações para se iniciar novas reflexões sobre o cotidiano da cidade compreendida em sua esfera cultural.

---

<sup>169</sup> *Folha Pequena*, 27 ago. 1904.

Uma grande preocupação de Roger Chartier ao tratar dos métodos e da operacionalidade dos conceitos em uma investigação de história cultural é com a estreita relação existente entre as práticas e as representações. Citando Marcel Mauss, Chartier salienta que “(...) *mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam atos*” (CHARTIER, 1990, p. 17). Daí indagarmos centralmente sobre o lugar histórico de um discurso como o de Padre Francisco Martins Dias na constituição do espaço urbano e das relações de trabalho e poder em Belo Horizonte. Ora, se as “teses” de Dias informaram atos, resta saber que atos foram esses, e em que medida as ações das pessoas dentro da urbe refletiram e foram refletidas por elas. Em estudo sobre a cultura das ruas do Rio de Janeiro, Mônica Velloso trabalha com cronistas e caricaturistas, tomando-os como olhares sensíveis e ao mesmo tempo participantes de seu tempo e de sua cidade. Como escreve a autora, “*as representações [difundidas, senão muitas vezes até moldadas e construídas mesmo pelo trabalho dos cronistas e caricaturistas] não refiguram apenas o mundo social, mas o constituem enquanto tal [por isso] (...) a crônica constitui-se em fonte indispensável para a reflexão historiográfica*” (VELLOSO, 2004, p. 17). Dias pode ser aproximado da imagem do cronista de Velloso na exata medida em que se constitui em sujeito histórico do processo de construção da cidade de Belo Horizonte, preocupado com a construção de traços identitários que dessem uma história e um sentido para a nova cidade e para o seu povo. Como os cronistas fluminenses, Dias criou representações reveladoras de um período complexo e contraditório, mas cuidou, como insistimos mais de uma vez neste trabalho, para que as ambivalências e choques de modernidade e tradição se tornassem amálgamas leves do equilíbrio e da harmonia.

Exatamente em contraponto a esse tipo de leitura sobre a realidade da nova cidade, vemos a ação policial e as notas nos jornais que repudiam a presença do cidadão pobre, suas práticas e seu cotidiano. Enquanto Dias faz um juízo, por assim dizer, harmônico da nova capital, obscurecendo as mazelas do meio urbano (físico e humano), jornais e documentos administrativos e policiais elegem, elencam e classificam os indesejados da urbe. Nosso estudo pôde detectar um discurso excludente presente na imprensa belo-horizontina, cuja fala parece coincidir com a da elite burocrática e proprietária; pretendeu-se mostrar nos capítulos 2 e 3 que a prefeitura tinha um *projeto de infra-estrutura moderna* – conforme, obviamente, os padrões da época – para o centro da cidade, mas negligenciava os bairros pobres. Vimos, igualmente, que a polícia e os guardas e vigias municipais tinham um alvo principal: os bairros pobres, a presença e ação de homens e mulheres despossuídos, no centro e nos arrabaldes da cidade-capital.



Alfredo Camarate, escrevendo a propósito da construção de Belo Horizonte nos dias que sucederam a inauguração oficial, resume a recepção e a concepção da nova metrópole, “dádiva” do progresso em Minas Gerais:

Construímos, é verdade, uma capital para os filhos do Estado de Minas; mas esses mineiros são igualmente filhos da República dos Estados Unidos do Brasil e são, além dessas duas desvanecedoras filiações, filhos do século das luzes ou, talvez antes, do século XX, que se lhe segue; a criação de uma capital nova traz, portanto, pesadíssimos encargos para os mineiros e refiro-me aos *encargos morais* e não aos econômicos (...). Fitam os olhos sobre nós, não só todos os brasileiros como todos os povos do mundo; visto que uma cidade e de mais a mais *uma cidade destinada a ser capital de um Estado florescente como o de Minas*, erguida sobre um solo nu e simplesmente desbravado, é cometimento de que só se vangloriam os Estados Unidos da América do Norte e a República Argentina (CAMRATE, 1894, p. 2).

Camarate, conforme já observamos, fez parte da Comissão chefiada por Aarão Reis. Essa é, pois, a fala de um *construtor*, segundo definição de M. Roncayolo, havendo nas palavras uma espécie de sensação de compromisso com o sucesso e a projeção da nova cidade. Adiante no texto observe-se a influência peremptória de uma espécie de crença na ciência ilustrada, encarnada na figura de Aarão Reis, e a capitulação de elementos fundamentais na composição de uma grande cidade moderna:

(...) pelas duas estações de Estrada de Ferro, pelos planos da Igreja Matriz, do Palácio do Presidente, do Palácio da Administração e de muitos outros edifícios planejados, se vê que o dr. Aarão Reis, ilustrado engenheiro como é, entendeu a ‘simplicidade’ na aceção em que esta palavra devia ser tomada e que vamos ter uma capital, se não ostentosa, pelo menos digna do Estado de Minas, do Brasil e do século XIX. Em tais condições, nenhum dos fatores que constituem uma grande cidade moderna pode ser esquecido, e teremos, além de praças grandes e elegantes, ruas extensas e largas, canalizações de todo o gênero, jardins, teatros, etc. (...) (CAMRATE, 1894, p. 2).

O senso de ordem e asseio social, preconizado por uma elite burocrática e econômica afinada com os novos padrões sociais e urbanísticos em voga na Europa centro-ocidental na virada do século XIX para o XX, chegara a Belo Horizonte com a própria cidade. Signo do progresso e da civilização, a nova capital representaria o coroamento senão a chave de um futuro próspero que encetava e acontecia no *ambiente urbano*. A sociedade belo-horizontina, conforme salienta Camarate, havia de zelar por essa imagem e a nova função social que a capital encarnaria: cidade-espetáculo – espelho da modernidade diante do olhar alheio que lhe

passaria então a observar;<sup>170</sup> dependia do sucesso da cidade, o sucesso de seus próprios cidadãos; dependia do rigor e da capacidade de governo e gestão a existência e sustentação de um centro urbano limpo e próspero, moralizado, em cujas ruas, praças e avenidas, se pudesse flagrar homens e mulheres afeitos ao trabalho ordeiro e regular, à ordem e (porque não?) aos fetiches do mundo *smart*, do *chic* presente nos cafés (como o Estrela) e bares (como o Bar do Ponto) da novíssima e então já promissora cidade.

Talvez exatamente por esse conjunto de novos elementos e novas demandas sociais no meio urbano, o poder público fosse tão enfático e operante na formação de um corpo burocrático conciso de controle e vigilância. Assim, a história da cidade encontra-se com a história de uma ordem, de um sonho, de um projeto: plantar no coração das Minas Gerais, na sua nova capital, a civilização e a modernidade, tal como se os concebia uma elite proprietária e burocrática estadual à época. Se o projeto realizou-se não podemos responder com certeza, até porque aqueles atores sociais não puderam vislumbrar de maneira mais concreta o futuro da cidade que sonharam.

A elite construtora e o poder público, bem como as famílias proprietárias moradoras das áreas centrais, projetaram a capital de seus desejos, e nós a tentamos encontrar nos jornais e em relatórios oficiais, mas a cidade e as relações sociais ali observadas revelaram processos complexos e intrincados originalmente, impelindo ao poder público a tarefa de agir; vieram as leis e os agentes, a “sociedade de bem” fez valer seu verbo por meio da imprensa; os pobres também reclamaram. A cidade foi-se fazendo, pois, desse embate, dessa contradição; o mundo dos pobres misturara-se ao mundo dos proprietários e eles conflitaram.

Por meio dessas análises e a partir de uma investigação detida na ação política e mesmo social na direção da concretização de uma cidade ideal, tentamos compreender como o poder público atuou no processo de controle e ordenação do espaço urbano em Belo Horizonte. Em resumo, pudemos observar que, através da elaboração de leis (especialmente no tocante aos melhoramentos realizados no espaço central da cidade, conforme analisamos no capítulo 2) e formação de pessoal especializado (a própria polícia, mas também os guardas e vigias municipais, conforme vimos no capítulo 3), o poder público agiu em consonância com um projeto amplo de constituição e consolidação da ordem liberal capitalista e da crença de que o espaço urbano era o signatário maior do progresso e da modernidade enfocados pela ciência médica e urbanística da época.

---

<sup>170</sup> No capítulo 1 trabalhamos essa idéia conforme proposta de Segundo Carlos Nelson dos Santos, para quem as cidades modernas teriam o duplo papel de referenciais de modernidade, prosperidade e civilização para as elites locais diante do olhar exterior, e, por sua beleza e transparência, constituem verdadeiros “espelhos didáticos”, servindo como referencial seus cidadãos mesmos.

## FONTES

### Cronistas e Memorialistas

AZEVEDO, Arthur. *Um passeio a Minas*. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. nº 33. Belo Horizonte, p. 179-211, 1982.

CAMRATE, Alfredo. *Por montes e valles* – XLV. Minas Gerais, Ouro Preto, 21 out. 1894, p.2

DIAS, Padre Francisco Martins. *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*. Belo Horizonte, 1897.

FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1979.

### Fontes impressas

ESTADO DE MINAS GERAIS, Comissão De Estudos das Localidades para a nova Capital. Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Afonso Pena pelo Engenheiro Civil Aarão Reis. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

MINAS GERAIS, Congresso. *Annaes da Constituinte de 1891*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896.

MINAS GERAIS, Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos*. Rio de Janeiro, 1895-1896. 2 volumes, APC-BH (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte).  
REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Belo Horizonte, n. XXXIII, 1982.

RELATÓRIOS DOS CHEFES DE POLÍCIA (1897-1920), APM (Arquivo Público Mineiro).

RELATÓRIOS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (1899-1920), APM.

CORRESPONDÊNCIAS DA SECRETARIA DO INTERIOR referentes à instrução pública e à reforma da Força Pública do Estado de Minas Gerais, APM.

### Jornais

A CAPITAL. Belo Horizonte, Minas Gerais, 12 de agosto de 1897.

A CAPITAL, Belo Horizonte, Minas Gerais, 27 de maio de 1913

A CAPITAL, Belo Horizonte, Minas Gerais, 12 de maio de 1913

A CAPITAL, Belo Horizonte, Minas Gerais, 12 de julho de 1913

AURORA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 5 de janeiro de 1897.

A GAZETA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 09 de fevereiro de 1904.

A GAZETA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 21 de abril de 1904.

A GAZETA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 03 de junho de 1904.

A GAZETA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 07 de junho de 1904.

A GAZETA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 24 de julho de 1904.

A GAZETA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 13 de outubro de 1904.

A GAZETA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 05 de janeiro de 1905.

A GAZETA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 15 de janeiro de 1905.

A GAZETA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 15 de junho de 1915.

A EPOCHA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 07 de agosto de 1904.

A EPOCHA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 19 de julho de 1904.

A EPOCHA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 23 de julho de 1904.

A EPOCHA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 23 de outubro de 1904.

A TRIBUNA, Belo Horizonte, Minas Gerais, 18 de novembro de 1912.  
BELLO HORIZONTE, 12 de janeiro de 1898.  
FOLHA PEQUENA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 06 de agosto de 1904.  
FOLHA PEQUENA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 07 de agosto de 1904.  
FOLHA PEQUENA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 23 de agosto de 1904.  
FOLHA PEQUENA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 24 de agosto de 1904.  
FOLHA PEQUENA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 25 de agosto de 1904.  
FOLHA PEQUENA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 26 de agosto de 1904.  
FOLHA PEQUENA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 27 de agosto de 1904.  
FOLHA PEQUENA. Belo Horizonte, Minas Gerais, 30 de agosto de 1904.  
O GALENO. Belo Horizonte, Minas Gerais, 1907.  
JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, Minas Gerais, Ano 1, N. 10, 14 de dezembro de 1899.  
JORNAL DA TARDE. Belo Horizonte, Minas Gerais, 18 de novembro de 1912.  
O ESTADO. Belo Horizonte, Minas Gerais, 25 de novembro de 1911.  
O ESTADO. Belo Horizonte, Minas Gerais, 30 de novembro de 1911.  
O OPERÁRIO. Belo Horizonte, Minas Gerais, 1903.  
O OPERÁRIO. Belo Horizonte, Minas Gerais, 10 de julho de 1920  
O OPERÁRIO. Belo Horizonte, Minas Gerais, 31 de julho 1920.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Marcelina Dutra de. *Fé na modernidade e tradição na fé*. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1993. Dissertação de mestrado.
- ANDRADE, Luciana Teixeira. *Ordem Pública e Desviantes Sociais em Belo Horizonte (1897/1930)*. Belo Horizonte, UFMG/FAFICH/DCP, 1987. Dissertação de Mestrado.
- ANDRADE, Manuel Correia de. “A República e a questão social”. In: ANDRADE, Manuel Correia de. *O Povo e o Poder*. B. Horizonte: Oficina de Livros, 1991.
- AZEVEDO, Arthur. “Um Passeio a Minas”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: APM, 1982, nº 33.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A verdade sobre a história de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: FIMAC, [s.d.].
- BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte, memória histórica e descritiva, história média. Planejamento, estudo, construção e inauguração da nova capital (1893-1897)*. Belo Horizonte: Rex, 1936.
- BERMAN, Marshall. 1986. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- BOLLE, Willi. *A fisionomia da metrópole moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- BOMENY, Helena. *Guardiães da razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Edições Tempo Brasileiro, 1994.
- BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Difel, 1989.
- BRESCIANI, Maria Stella M. *O cidadão e a política nos projetos republicanos no Brasil: 1870-1910*. Departamento de História – UNICAMP, [s.d.]. Mimeografado.
- \_\_\_\_\_. *Permanências e rupturas no estudo das cidades*. Departamento de História, IFCH – UNICAMP, p. 1-32, novembro 1990. Mimeografado.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CARONE, Edgar. *A Primeira República (1889-1930): texto e contexto*. São Paulo, Difel, 1969.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CASTRO, Hebe. *História Social*. In CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CASTRO, M. C. P. S. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Folhas do tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte (1895-1926)*, 1997, v. 1.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

- \_\_\_\_\_. Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. Trabalho Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- \_\_\_\_\_. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CHARTIER. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1990.
- \_\_\_\_\_. "A história hoje: dúvidas, desafios, propostas", Estudos Históricos, n. 13, jan.-jun, 1994.
- \_\_\_\_\_. "Cultura Popular: revistando um conceito historiográfico". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, p.179-192, 1995.
- CHOAY, Françoise. O Urbanismo. Série Estudos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Ática, 1995.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Intenção e Gesto: pessoa, cor e a construção urbana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.
- CURY, Maria Zilda Ferreira. Ouro Preto, Belo Horizonte, Brasília: the utopia of modernity. In: VALDES, Mario J. e KADIR, Djelal. Literary Cultures of Latin America: a comparative history. Vol. II. The cultural centers of Latin America. Oxford: Oxford University Press, 2004. (p. 597 – 614).
- DUARTE, Regina Horta. A imagem rebelde, a trajetória libertária de Avelino Fóscolo. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1991.
- DULCI, Otavio Soares. "As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia". Ciências Sociais Hoje. ANPOCS, 1984.
- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.
- DUTRA, Eliana de Freitas. BH: Horizontes Históricos. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- \_\_\_\_\_. Caminhos Operários nas Minas Gerais. Belo Horizonte: HUCITEC-UFMG, 1988.
- ECO, Umberto. A Estrutura Ausente. São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.
- LOPES, Mirtes Esteves. O imigrante português em belo horizonte e o centro da comunidade luso-brasileira (1897 - 1930). Porto Alegre: PUC, 2003. Dissertação de mestrado.
- FARIA, Maria Auxiliadora. Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política (uma abordagem histórica). Revista do Departamento de História, Belo Horizonte: UFMG, n.1, p. 26-43, nov. 1985.
- FARIA, Maria Auxiliadora e GROSSI, Yonne de Souza. "A classe operária em Belo Horizonte 1897-1920". In: Seminário de Estudos Mineiros (5.: 1977: Belo Horizonte) – A República Velha em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.
- FARRET, Ricardo Libanez et al. O espaço da cidade, contribuição à análise urbana. São Paulo: Projeto, 1985.
- FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio (1992). Cidade e história. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA.
- FOLLIS, Fransérgio. Modernização urbana na Belle Époque paulista. São Paulo: Unesp, 2004.
- FÓSCOLO, Avelino. A Capital. BH, Imprensa Oficial, 1979.
- GERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

- \_\_\_\_\_. "Raízes de um paradigma indiciário", em GINZBURG, Carlo. Mito, emblemas, sinais. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- GUIMARÃES, Berenice Martins. "A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis". In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (orgs.). Cidade, povo e nação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- \_\_\_\_\_. Cafuas, Barracos e Barracões. IUPERJ, Tese de Doutorado, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 17ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- HUNT, Lynn. The new cultural history. California, University of California Press, 1989.
- INGLESIAS, Francisco. Trajetória e significado de Belo Horizonte. In: Memória da Economia de Belo Horizonte. Belo Horizonte, BMG, 1987.
- JULIÃO, Leticia. Belo Horizonte: Itinerários da cidade moderna (1891-1920). Belo Horizonte, UFMG/FAFICH/DCP, 1992. (Dissertação de Mestrado).
- LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.
- LE VEN, M. M. Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte, 1893-1914. Belo Horizonte, 1977. Tese (mestrado) UFMG, DCP.
- LEPETIT, Bernard. Por uma nova história urbana. São Paulo: EDUSP, 2001.
- LINHARES, Joaquim Nabuco. Mudança da capital: apontamentos históricos. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, p. 339-82, 1905.
- \_\_\_\_\_. Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954; estudo crítico e nota biográfica de Maria Ceres Pimenta S. Castro. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995
- LYNCH, Kevin. 1990. A imagem da cidade. Lisboa, Edições 70.
- MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. Belo Horizonte, um espaço para a república. Belo Horizonte: UFMG, 1989.
- MAROCCO, Beatriz. Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico. Porto Alegre, século XIX. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2004.
- MATTOSO, Kátia Queiroz (1978). A cidade de Salvador e seu mercado no século XX. São Paulo: Hucitec.
- MAUSS, Marcel. Représentations collectives et diversité des civilisations. Paris, Ed. Minuit. (Oeuvres, 3), 1969.
- MELLO, Ciro Flávio Bandeira de (1996). "A noiva do trabalho – uma capital para a República". In: DUTRA, op. cit., pp. 11-45.
- MENEZES, Lená Medeiros de (1996). Os indesejáveis. Rio de Janeiro: Eduerj.
- MIRANDA, Wander Melo (Org.). Belo Horizonte - a cidade escrita. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- MONTEIRO, Norma de Góes (1974). Imigração e Colonização em Minas – 1889-1980. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Coord.). Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.
- MORSE, Richard. O Espelho de Próspero. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. A Catedral de Nossa Senhora da Boa Viagem. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1977.
- \_\_\_\_\_. História de Belo Horizonte de 1897 a 1930. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1970.
- MUNFORD, Lewis. A Cidade na História. Suas origens, suas transformações, suas perspectivas. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Ltda, 1965. 2 volumes.

- \_\_\_\_\_. A Cultura das Cidades. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Ltda. 1961.
- MURARI, Luciana. “O Culto da Diferença: Imagens do Brasil entre exotismo e nacionalismo”. In: Revista de História/Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP. nº 141, 1999.
- NASCIMENTO, Luciana Marinho do. A Cidade de Papel: um estudo de A Capital, de Avelino Fóscolo. Dissertação (mestrado). FALE, Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.
- NEDELL, Jeffrey D. Belle époque tropical. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NEVES, Magda de Almeida e DULCI, Otavio Soares (coord.). Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- OLIVEN, Ruben George. Urbanização e mudança social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.
- PAIM, Antonio. Plataforma Política do Positivismo Ilustrado. Brasília: UNB, 1999.
- PAIVA, Eduardo França (Org.). Belo Horizonte: histórias de uma cidade centenária. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997.
- PECHMAN, Robert Moses. “Um olhar sobre a cidade: estudo de imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade”. In: FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio. Cidade e história. Salvador: UFBA/ANPUB, 1992.
- PENNA, Octávio. Notas Cronológicas de Belo Horizonte 1711-1930. Belo Horizonte, Gráfica Santa Maria, 1950.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre:UFRGS, 1999.
- \_\_\_\_\_. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p. 279-290.
- \_\_\_\_\_. Uma Outra Cidade: O Mundo dos Excluídos no Final do Século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- PINTO, Dr. Alfredo Moreira. Monographia de Bello Horizonte em 1901. Bello Horizonte, Imprensa Official, 1913.
- RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAMINELLI, Ronald. “História Urbana”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- REIS, José Carlos (2003). Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. 6ª ed. Rio de Janeiro: FGV.
- REIS, Maria Ester Saturnino (1994). A Cidade Paradigma e a República. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG. Dissertação de mestrado.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, nº 39, p. 129-161, julho de 1974.
- RIO, João do, 1881-1921. Histórias da gente alegre: contos, crônicas e reportagens da belle-époque carioca / João do Rio; seleção, introdução e notas de João Carlos RODRIGUES. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1981.
- RONCAYOLO, Marcel. La ville et ses territoires. Paris, Gallimard, 1990.
- \_\_\_\_\_. Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da Paris haussmanniana. Projeto História-espço e cultura. Revista do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da PUC, SP. São Paulo, n. 18, 1999.



- SALGUEIRO, Heliana Angotti. "O Pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas". In: SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos*. São Paulo: Edusp, 2001.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: UFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Processo de crescimento e ocupação da periferia*. Rio de Janeiro, IBAM, 1982.
- SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. vol. 3, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Literatura como Missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Luiz Roberto. *Doce dossiê de BH*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998.
- SILVA, Regina Helena Alves de. *A Cidade de Minas*. Belo Horizonte, DCP/UFMG, 1991. Dissertação de mestrado.
- \_\_\_\_\_. (coord) et al. *O Legislativo e a Cidade: Domínios de Construção do Espaço Público*. Belo Horizonte: CMBH, 1998.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- SOMARRIBA, Maria das Mercês, VALADARES, Maria Gezica, AFONSO, Mariza Rezende. *Lutas Urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- TASSINI, Raul. *Verdades Históricas e Pré-Históricas de Belo Horizonte, antes Curral Del Rey*. Belo Horizonte, s/e, 1947.
- TAVARES, Pe. Joaquim da Silva. *Monographia de Bello Horizonte*. *Revista Luso-Brazileira*. Bahia, vol. XII, 1914.
- TEXEIRA, Luís Guilherme Sodré. *O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.
- TOPALOV, Christian. "Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX". In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (orgs.). *op. cit.*, 1996.
- VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e Educação na Trama da Cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.
- VELHO, Gilberto. *Estilo de Vida Urbano e Modernidade*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, pp.227-234.
- VELHO, Otavio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- VELOSO, Mônica Pimenta (2004). *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa.
- VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *Teatro das Oligarquias*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001.